



MARIANA MAYUMI SOARES KATO

O LEGISLATIVO E A POLÍTICA EXTERNA DO CHILE (2006-2014)

JOÃO PESSOA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA MAYUMI SOARES KATO

O LEGISLATIVO E A POLÍTICA EXTERNA DO CHILE (2006-2014)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadores:

PROF. DR. PEDRO FELIÚ RIBEIRO

PROF. DR. TÚLIO SÉRGIO FERREIRA

João Pessoa

2015

K191 Kato, Mariana Mayumi Soares.

O legislativo e a política externa do Chile (2006-2014). / Mariana Mayumi Soares Kato. – João Pessoa: UFPB, 2015.
116f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro; Dr. Túlio Sérgio Ferreira
Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Votações nominais - legislativo. 2. Política externa do Chile. 3.
Análise de política externa. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro de 2015, no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da aluna **Mariana Mayumi Soares Kato**, sob orientação do **Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira**, intitulada "**O Legislativo e a Política Externa do Chile (2006-2014)**".

Pelos Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas:

Membro: Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes

Nota: 10 Assinatura:

Membro: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

Nota: 10 Assinatura:

Membro: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

Nota: 10 Assinatura:

A aluna foi com a média final de 10.

OBS.: _____

RESUMO

A pergunta norteadora da pesquisa é: como votam os deputados chilenos em temas de política externa? O presente trabalho, por meio de uma análise das votações nominais do período de 2006-2014 da *Cámara dos Diputados* chilena, objetiva verificar a associação dos votos dos deputados chilenos em política externa com fatores comumente referidos pela literatura como estruturadores do voto em políticas públicas, incluindo os temas de política externa: o pertencimento ou não à coalizão de governo; e a ideologia do partido. O pano de fundo da pesquisa é a troca de coalizões partidárias no governo, que ocorreu no ano de 2010, depois de 20 anos de poder da *Concertación*.

Este estudo utiliza um método que abrange análise quantitativa e qualitativa, com análise de dados descritivos produzidos das votações coletadas, análise dos pontos ideais dos deputados e análise de regressão binária/logística, conjuntamente com uma análise mais aprofundada de votações semelhantes nas duas legislaturas e uma revisão de literatura sobre a política externa chilena.

As duas variáveis testadas apresentaram relação com o comportamento legislativo dos deputados analisados – demonstrado pela manutenção da polarização dos deputados nas coalizões e pela probabilidade de apoio ao presidente estar na direção dos partidos no governo. Confirmada a hipótese de comportamento ideológico, se mantém a afirmação de que no Chile não ocorre *bipartisanship* em temas de política externa. Estes resultados, então, indicaram que esses posicionamentos ideológicos significariam mudanças na política externa chilena, questão esclarecida com a relação feita com a etapa qualitativa, que mostrou linhas de continuidade pragmática, bem como redirecionamentos da política externa sob o governo de Piñera.

PALAVRAS CHAVES: Legislativo, Votações Nominais, Política Externa do Chile, Análise de Política Externa.

ABSTRACT

The guiding question of this research is: how Chilean legislators voting foreign policy themes? This research, by means of roll call votes by 2006-2014 of the *Cámara de Diputados* de Chile, aim at found out the association between legislators vote in foreign policy themes and ordinary factors pointed by the literature as determinants in the roll call in public policies, including foreign policy: belong or not to government coalition; and the party ideology. The background of this research is the government coalition change, occurred in 2010, after 20 years of the *Concertación* in the power.

The study use a method that involve quantitative and qualitative analysis, with descriptive roll call dates, ideal points analysis of the legislators and a logistic regression, jointly with a deep analysis of similar voting in both legislature and a literature revision of the Chilean foreign policy.

Both of the variables presented relation with the legislative behavior – showed by the continuation of the legislator's polarization in yours coalition and by the likely to support the president be in the direction of government parties. Confirmed the hypothesis of ideological behavior, this maintains the proposition that deny bipartisanship in foreign policy in Chile. These results, then, indicate that this ideological positions means foreign policy changes, question that was clarified with the qualitative analysis, which showed pragmatic continuum lines, as well as foreign policy redirections under Piñera's government.

KEY WORDS: Legislative, Roll Call, Chilean Foreign Policy, Foreign Policy Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA	17
1.1. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)	17
1.2. LEGISLATIVO E POLÍTICA EXTERNA	23
CAPÍTULO 2. O SISTEMA POLÍTICO E A POLÍTICA EXTERNA DO CHILE ..	29
2.1. O SISTEMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO CHILE	29
2.2. POLÍTICA EXTERNA DO CHILE	35
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	50
3.1. ETAPAS DO TRABALHO	53
3.2. O USO DE VOTAÇÕES NOMINAIS	54
3.3. OS PONTOS IDEAIS	55
3.4. REGRESSÃO LOGÍSTICA	56
CAPÍTULO 4. RESULTADOS	59
4.1. DADOS DESCRITIVOS DAS VOTAÇÕES	59
4.2. PONTOS IDEAIS	79
4.3. APOIO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	80
CAPÍTULO 5. ESTUDO DE VOTAÇÕES	84
A) Boletín 5363-03 e Boletín 5363-10	84
B) Proyecto de Acuerdo 889 e Boletín B7892-10	87
C) Proyecto de Acuerdo 826 e Proyecto de Acuerdo 134	89
D) Boletín 6560-10 e Boletín 6842-10	91
E) Proyecto de Acuerdo 792 e Proyecto de Acuerdo 1005	95
F) Proyecto de Acuerdo 136 e Proyecto de Acuerdo 680	96
G) Proyecto de Acuerdo 477 e Proyecto de Acuerdo 1004	98
H) Proyecto de Acuerdo 686 e Proyecto de Acuerdo 398	99
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXO 1	112
ANEXO 2	113
ANEXO 3	114
ANEXO 4	115

DEDICATÓRIA

A meus pais e ao Marcelo.

AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer a meus pais e meu irmão Marcelo. Vocês, juntamente com nossa família, sempre me ajudaram e fizeram meu esforço justificado. Agradecimentos especiais para: minha avó Joana, tia Luzia, tio Antônio e tia Tuca, meus padrinhos Francisca e Ivomar Badu e meu primo Fábio e sua esposa Flávia.

Obrigado a vocês que caminham comigo, meus amigos. Obrigado especial para meus mais recentes ‘amigos de infância’, que compartilharam muitos momentos memoráveis: Pedro Paulo, Laís, Jaguifaildo, Carol e Ana Carolina, levo o companheirismo e carinho de vocês como presentes.

Meu sincero agradecimento à todos os meus professores, profissionais do departamento e aqueles que participaram de minha formação de alguma forma. A sempre generosa transmissão do conhecimento, a atenção, disponibilidade, dedicação e conhecimentos compartilhados tornaram possível minha formação.

Agradecimentos especiais aos meus três professores, orientadores e inspiradores: Prof. Dr. Pedro Feliú, de minha iniciação científica, deste TCC e um dos meus chefes do estágio; e Prof. Dr. Thiago Lima, como famélico-mor e o professor mais psicólogo que conheci; Prof. Túlio, responsável por meu estágio, monitoria e coorientador deste trabalho.

Prof. Pedro, primeiramente obrigado por me orientar e por acreditar em mim. Por isso e tudo o mais, foi uma honra contar com sua orientação ao longo desses anos. Sua atenção, paciência, disponibilidade, apontamentos e seus conhecimentos compartilhados comigo, seja nas suas aulas ou nas reuniões, foram fundamentais em me ajudar a traçar um caminho. Agradeço por sua orientação na iniciação científica, oportunidade que me permitiu os primeiros contatos com a tão fascinante APE e as pesquisas quantitativas. Não poderia deixar de agradecer por seus conselhos, quase paternais diga-se de passagem, por seu apoio na ABCP e no aprendizado do estágio na RICRI. Além da minha gratidão, quero que saiba de meu grande respeito, sincera admiração e desejo de muito sucesso e felicidade nesta nova fase de sua vida profissional.

Prof. Thiago, obrigado por me lembrar da necessidade do lado humano, empático e benevolente das RI, com isso, sei que posso usar meu conhecimento e esforço para a ajuda do próximo. Espero que eu tenha esta oportunidade ao longo de minha vida, e que você continue este importante trabalho de inspiração, já que você e o FOMERI mudaram minha maneira de pensar as RI. Agradeço pelos debates e troca de opiniões entre nós famélicos,

por todo seu conhecimento transmitido, suas aulas imperdíveis, por sua atenção e sessões de aconselhamento, sempre com disposição em me ajudar.

Prof. Túlio, sua chefia do estágio, da monitoria e a orientação deste TCC permitiram o avanço nos últimos requisitos desta graduação. Sou muito grata por sua corajosa atitude de aceitar me orientar, mesmo não dominando a parte quantitativa. Além disso, obrigado por todas as suas aulas de APE, minha base para a concretização deste trabalho, por tantas tardes divertidas e memoráveis, pela monitoria que desejei o curso inteiro e por toda sua atenção, carinho e paciência comigo.

Agradecimento in memoriam do diretor (Tio) José Antônio Mármora, onde quer que esteja, espero que esteja orgulhoso de minha trajetória.

Obrigado à Dr. Glória, por sua ajuda incondicional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de votações coletadas por ano do Chile (2006-2014)	p. 60
Gráfico 2. Distribuição partidária na Câmara de Diputados de Chile (2006-2010)	p. 64
Gráfico 3. Distribuição partidária na Câmara de Diputados de Chile (2010-2014)	p. 65
Gráfico 4. Os subtemas em política externa do Chile (2006-2010)	p. 67
Gráfico 5. Os subtemas em Política Externa do Chile (2010-2014)	p. 68
Gráfico 6. Polarização das votações em Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 73
Gráfico 7. Resultados das votações em Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 75
Gráfico 8. Porcentagem de resultados das votações em Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 76
Gráfico 9. Resultado por subtema em Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 77
Gráfico I. Pontos Ideais Deputados Política Externa (2006-2010)	p. 79
Gráfico II. Pontos Ideais Deputados Política Externa (2010-2014)	p. 80
Gráfico III. Apoio a Presidente na política externa por ideologia e coalizão (2006-2010)	p. 82
Gráfico IV. Apoio ao Presidente na política externa por coalizão e ideologia partidária (2010-2014)	p. 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Compilação de Dados oficiais da Câmara de Diputados de Chile (2006-2013)	p. 61
Tabela 2. Iniciativas em Política Externa do Chile	p. 62
Tabela 3. Tipos de iniciativas em Política Externa do Chile	p. 63
Tabela 4. Deputados por coalizão partidária do Chile	p. 64
Tabela 5. Número de votações por subtema de Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 66
Tabela 6. Votações destacáveis em subtemas de política externa do Chile (2006-2014)	p.70
Tabela 7. Polarização das votações por ano da Política Externa do Chile (2006-2014)	p. 72
Tabela 8. Polarização das votações por legislatura do Chile (2006-2014)	p. 72
Tabela 9. Resultados das votações em Política Externa coletadas do Chile (2006-2014)	p. 74
Tabela 10. Os resultados das iniciativas em política externa do Chile	p. 77

LISTA DE PARTIDOS E SIGLAS UTILIZADAS

APE – Análise de Política Externa

AP – *Alianza del Pacífico*

CCRI – *Consejo Chileno para las Relaciones Internacionales*

IC – *Izquierda Ciudadana*

IND – *Independientes*

IIRSA – *Proyecto Integración Regional Sudamericana*

OEA – *Organização dos Estados Americanos*

OEA – Organización de los Estados Americanos

OMC – *Organização Mundial de Comércio*

ORPOP - Organización Regional de Ordenación Pesquera para el Pacífico Sur

PCCH – *Partido Comunista de Chile*

PDC – *Partido Demócrata Cristiano*

PPD – *Partido por la Democracia*

PRI – *Partido Regionalista Independiente*

PRSD – *Partido Radical Social Demócrata*

PS – *Partido Socialista*

RN – *Partido Renovación Nacional*

RASD - *República Árabe Saharaui Democrática*

UDI – *Unión Demócrata Independiente*

MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul*

UNASUL – *Unión de las Naciones Sul Americanas*

RI – *Relações Internacionais*

TPP – *Acordo Trans-Pacífico*

WTO – *World Trade Organization*

INTRODUÇÃO

A política externa chilena vem se orientando pela inserção internacional e liberalização comercial. Estas linhas são heranças da ditadura de Pinochet (1973-1990) e foram seguidas pelos governos da *Concertación* seguintes. Porém, em 2010, ocorre uma troca das coalizões no governo e a *Coalición por el cambio*, uma coalizão ideologicamente de centro-direita, assume a presidência e maioria no legislativo, como reflexo de mudanças na sociedade do Chile, e que mais recentemente resultaram em uma nova aliança política¹.

Diante da estrutura político-partidária chilena, e sua influência na política externa, este trabalho propõe um estudo empírico da tomada de decisão em Política Externa, partindo dos pressupostos da relevância dos atores domésticos no processo decisório da política externa, e escolhe a *Cámara dos Diputados* como subunidade de análise, objetivando entender o comportamento legislativo em temas de política externa no período de 2006-2010 e 2010-2014 – que respectivamente correspondem aos mandatos presidenciais de Michelle Bachelet (PS) e Sebastián Piñera (RN).

A escolha da *Cámara* como o ator da política externa chilena se baseia no desenho de formulação da política externa chileno. Sua estrutura constitucional o nomeia um *vetoplayer* constitucional, isto é, um ator com capacidade legítima de modificar políticas públicas, que em sua definição é “um ator individual ou coletivo cuja concordância é a fonte de concordância necessária para que se tome uma decisão política” (TSEBELES, 1995 p.4).

Como um mecanismo dos sistemas políticos democráticos, que aumentam o número de atores institucionais envolvidos para aumentar a estabilidade de manutenção do *status quo*, uma vez que a concordância de todos os atores envolvidos na cadeia constitucional é necessária e suficiente para a mudança política. Uma vez que o Legislativo e o Executivo no Chile apresentam atribuições constitucionalmente complementares na política externa, a *Cámara* admite seu papel de ator com poder de iniciativa e de veto. Soma-se à isso o fato da *Cámara* apresentar maior porcentagem de participação na política externa, se comparado ao Senado².

A escolha do Chile ainda apresenta a oportunidade de comparar a política externa de coalizões políticas opostas no espectro direita-esquerda. A justificativa para este estudo

¹ Criada em 2013, a Nueva Mayoría é uma coalizão partidária que agrupa partidos de esquerda, centro-esquerda e esquerda. É resultado da junção da coalizão *Concertación* com o PCCCh, IC e outros grupos políticos. Esta aliança vence as eleições de 2013 e elege sua líder, Michelle Bachelet, novamente a presidência do Chile.

² Vide tabela 1 deste trabalho na página 61.

inclui, assim, a escolha de um período recente, pois alguns trabalhos podem ser citados como pesquisas semelhantes e pioneiras do comportamento legislativo³, mas que não se atém ao Chile, a seu período aqui proposto e nem à problemática da troca de coalizões.

O estudo do comportamento legislativo envolve a manifestação dos legisladores através do voto – que representa a expressão das preferências dos mesmos em questões políticas (HIX and NOURY,2011). E, a partir do estudo dos votos nominais dos deputados – não suas preferências ou posicionamentos políticos – que objetivamos responder a uma pergunta de pesquisa principal: como os deputados chilenos votaram os temas de política externa nesse período?

E podemos ao mesmo tempo trabalhar com perguntas secundárias: O comportamento foi diferente do observado ou manteve o comportamento ideológico-partidário? Qual foi o resultado da troca de coalizões para a política externa chilena? Houve mudanças ideológicas e perceptíveis na política externa? Os deputados que se reelegeram tiveram um comportamento ideológico ou apresentaram um comportamento estratégico?

Como o objeto de estudo deste trabalho, o voto não está isento de constrangimentos, que em sistemas presidenciais, conformariam um comportamento legislativo mais significativamente motivado pela barganha entre executivo-legislativo e benefícios dados pelo executivo, do que pela ideologia pessoal ou partidária, por exemplo (ver posteriormente os argumentos de: ZUCCO (2008), HIX AND NOURY (2011), CAREY (2002)).

Esta literatura origina as seguintes hipóteses⁴ a serem testadas:

H1= O comportamento dos deputados chilenos permaneceu ideológico nas duas legislaturas estudadas.

H2= O comportamento dos deputados no período foi estratégico, pautado pela dicotomia entre governo e oposição.

Tradicionalmente utilizados para estudos do Congresso dos Estados Unidos, técnicas e modelos espaciais de estudo das votações nominais já são mais utilizadas na política

³ Estudos específicos do Chile, ver: CAREY, 2002; FELIÚ, 2008; WESKAMP, 2013; e ONUKI, FELIÚ, OLIVEIRA 2009;

Já para pesquisas de comportamento legislativo, ver também: MCCORMICK AND WITTKOPF, 1992; KING, 1986; POOLE AND DANIELS, 1895; GODBOUT and HOYLAND, 2008 e 2013; NEVES, 2003; ROSENTHAL AND VOETEN, 2004; HIX, NOURY AND ROLAND, 2006; SAIEGH, 2009; FELIÚ, OLIVEIRA E GALDINO, 2009; OLIVEIRA, 2013; FELIÚ, 2012; ZUCCO, 2011; VALDIVIESO, 2007; BUSTAMANTE Y RIVERA. 2011; HIX AND NOURY 2011, entre outros;

⁴ Como explicado na seção 1.2 a seguir, não foi considerada neste trabalho a hipótese de comportamento supranacional, ou bipartisanship, por já ter sido comprovado em períodos anteriores que o mesmo não ocorre na Câmara dos deputados do Chile.

comparada, mas que utilizam técnicas de associação produzidas pelas votações nominais se encontram em aperfeiçoamento e disseminação, por exemplo, em estudos de diferentes poderes Legislativos ao redor do mundo, no Parlamento Europeu e até das votações nas Nações Unidas (CARROLL and POOLE, 2014).

Entretanto, ainda são poucos os casos de estudos empíricos sobre a influência e atuação do poder legislativo na política externa dos países da América Latina (OLIVEIRA E ONUKI *apud* FELIÚ, 2012). Parte da literatura com ênfase na relação e interferência do legislativo com a política externa, que trata da relação executivo-legislativo, dos partidos políticos, da ideologia ou grupos de interesse que interferem no processo, principalmente em defesa e em pautas comerciais, já são mais comuns (ver, por exemplo: WESKAMP, 2013, NEVES, 2003 ou AMORIM NETO, 2010). E como um todo, trabalham analisando, discutindo e/ou refutando argumentos de abdicação das funções dos deputados nas temáticas de política externa.

Com isso, este trabalho se insere numa linha de pesquisa empírica da Análise de Política Externa, e predominantemente quantitativa, objetivando, através de testes de associação, verificar a relação dos votos em política externa com as duas principais variáveis apresentadas pela literatura: ideologia e pertencimento ao governo ou oposição⁵.

Para isso, este trabalho apresentará uma etapa inicial quantitativa, através de uma análise descritiva dos votos, a produção de pontos ideais e de testes de regressão. Em seguida, com os resultados da etapa anterior, será feita uma relação com a documentação primária e secundária utilizada, objetivando responder às questões gerais e específicas deste trabalho.

Este trabalho apresenta como argumento que o comportamento permaneceu ideológico mesmo com a troca de coalizões no governo, o que provocou mudanças na agenda, nas relações e posicionamentos chilenos em alguns aspectos da política externa. Os resultados e conclusões mostraram que mesmo com a troca das duas coalizões, as variáveis ideologia e pertencimento ou não ao governo se relacionaram com o comportamento legislativo. A literatura sobre a política externa chilena, por sua vez, mostrou algumas linhas de continuidade entre governo de Bachelet e Piñera, entretanto, o estudo das votações mostrou mudanças de posicionamento dos deputados em votações semelhantes. Isso evidencia que houve um certo grau de modificação na política externa.

⁵ É preciso evidenciar que estas variáveis não são excludentes entre si, mas estão aqui sem diferenciação de maior ou menor impacto, bem como de ordem de impacto no comportamento legislativo.

Para compreender a linha de raciocínio utilizada, este trabalho estará dividido da seguinte maneira: no capítulo 1 será apresentado o aporte teórico, dividido em três subseções: a 1.1. Análise de Política Externa, seus pressupostos, atores e estruturas, incluindo a perspectiva das negociações em política externa de Putnan; a 1.2. Legislativo e Política Externa, buscará evidenciar os estudos de comportamento legislativo, partindo da ideia de *vetoplayers* do corpo legislativo no Chile, o que faz com que a Cámara possa ser estudada e nos propicia a apresentação dos tipos de comportamento legislativo, que em política externa se concentram no debate *bipartisanship* X posicionamento ideológico.

O capítulo 2 apresentará o estudo da política do Estado Chileno e de sua inserção internacional, sendo este composto por uma subseção sobre Sistema Político-Partidário do Chile, que tratará da estrutura político-partidária do Chile, o constrangimento do sistema em duas consolidadas coalizões, a *Cámara* como dividida e o Executivo sempre majoritário – exceto pelo governo de Bachelet a partir de 2007 perde maioria; já a subseção 2.2. apresentará uma síntese da política externa do Chile, evidenciando suas linhas de continuidade e rupturas sutis em seus eventos importantes

O capítulo 3 é uma seção dedicada à descrição da metodologia utilizada, priorizando o desenho de pesquisa misto e o uso do estudo de caso, das votações nominais, do modelo espacial de pontos ideais e da regressão logística. O capítulo 4 iniciará a apresentação dos resultados da pesquisa, que incluem: dados descritivos produzidos a partir das votações nominais e testes estatísticos, a fim de analisar a agenda e relação de aprovação/rejeição da *Cámara*, que envolvem não só os resultados, mas também a polarização das votações.

O capítulo 5 então privilegia a análise das discussões do diário oficial e o posicionamento de deputados e partidos com relação a votações com matérias semelhantes, e que ocorreram em legislaturas diferentes, a fim de encontrar indícios de mudança ou continuidade no posicionamento dos deputados.

Por fim, o capítulo 6 se aterá às conclusões do trabalho, lembrando a relação dos resultados obtidos do estudo dos votos com a revisão da literatura sobre a política externa do Chile no período.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)

Esta seção apresentará os pressupostos teóricos do presente trabalho, situando-o como um trabalho de APE. Para elucidar isso, inicialmente será feita uma síntese do processo de surgimento da APE e diferenciação das teorias tradicionais e sistêmicas das RI. Será discutido também o conceito de política externa que orienta esta pesquisa.

A Análise de Política Externa é um campo de estudo multidisciplinar que aborda a política externa e visa à compreensão do comportamento dos Estados, se utilizando de pressupostos das Relações Internacionais e da Ciência Política. Esse subcampo de estudo se diferencia das teorias de relações internacionais tradicionais por identificar e adicionar os fatores domésticos aos Estados como relevantes na compreensão de seu comportamento no âmbito internacional, sendo estes incluídos na análise juntamente com os fatores de cunho sistêmico (HILL, 2003; HUDSON, 1995). Mesmo o objeto de estudo e objetivo disciplinar ser, tanto de APE quanto de RI, estudar e explicar a política internacional e o comportamento dos Estados, a relevância dos fatores internos se apresentam como um ponto de especificação da APE se considerarmos as duas áreas de estudo (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013).

Stein (2006) ao discutir as teorias de APE e as das RI expõe que, muitas vezes, as teorias de relações internacionais sistêmicas identificam o sistema internacional como um constrangimento, que delimita as ações dos Estados, mas isso não necessariamente significa que o sistema internacional – ou análises do mesmo – possam explicar as escolhas em política externa ou as decisões tomadas pelos Estados.

E contrariamente à esta concepção de generalização do comportamento dos Estados surge a Análise de Política Externa, principalmente em contraposição às ideias realistas clássicas de racionalidade e interesse nacional, investigando os motivos e origens dos comportamentos dos Estados (HILL, 2003). Sua origem data da década de 50⁶, com trabalhos que se diferenciavam das análises tradicionais por inserirem as preocupações com a tomada de decisão, individuais ou em grupo, nos estudos das Relações Internacionais (HUDSON and VORE, 1995).

Esse processo gradual de ênfase no aspecto doméstico do Estado resulta no surgimento das chamadas ‘Teorias de Política Externa’, estas visavam explicar o comportamento dos

Os autores afirmam que três trabalhos são considerados as bases fundadoras: James Rosenau (1966); Snyder, Bruck and Sapin, (1963) e Sprout and Sprout (1957)

Estados através de análises que incluíam fatores explicativos particulares ao caso, e por isso, grande parte se focou em fatores domésticos, como a economia, a ideologia política, os partidos políticos e a estrutura socioeconômica (ROSE, 1998). Todos estes fatores influenciam no comportamento dos Estados no nível sistêmico.

E uma vez que as teorias categorizadas como sistêmicas não se mostraram satisfatórias o suficiente para englobar e prever os comportamentos e modificações da política externa dos Estados, as APE se mostram como um modelo teórico e metodológico coerente da tomada de decisão⁷. E mesmo sendo difícil a diferenciação entre o doméstico e o externo na política internacional, ao serem adicionados nas análises os fatores domésticos, as análises se tornam mais capazes de relacionar e compreender a interferência dos determinantes internos, pressões domésticas e as heterogeneidades dos Estados com as dinâmicas do sistema internacional.

Além desta perspectiva ou síntese teórica, é possível a conceituação. Hudson (2005) expõe que o campo da APE se distingue por análises do contexto internacional focadas nos atores, e que as relações entre os Estados estão baseadas na ação da tomada de decisão de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. O foco no ator/agente se baseia na noção de que o que acontece, tanto doméstica, como internacionalmente, é resultado da tomada de decisão de agentes. Assim, os fatores explicativos da Análise de Política Externa são aqueles fatores que influenciam a tomada de decisão, bem como os tomadores.

Com essa elucidação já se compreende uma das diretrizes fundamentais da APE: olhar além do nível do Estado, abandonando sua concepção de caixa-preta e considerando como uma entidade composta por atores e estruturas (HUDSON, 2008). Ainda dentre as diretrizes apresentadas para o subcampo, um aspecto importante é buscar análises multidisciplinares e multi-nível da tomada de decisão, isto é, análises que ultrapassem os pressupostos das ciências sociais e que abranjam um ou mais níveis de análise (Idem, 2008). Isso justifica o uso de novas abordagens que contribuam com o campo e proporcionem análises mais completas. Outra diretriz é a concepção de que o processo de tomada de decisão e os agentes nele envolvidos são tão importantes quanto os resultados, a política externa em si (HUDSON, 2008), e por isso, tão fundamental para essa abordagem é a concepção do que é a política externa.

⁷ É possível identificar algumas linhas de pesquisa da tomada de decisão em política externa: estudos de caso, política externa comparada, política externa contextualização, estudo de grupos de tomada de decisão, estudo da organização burocrática, influencias psicológicas na tomada de decisão, influência da sociedade civil, etc (HUDSON, 2008).

Hill (2003) a caracterizada como o que um Estado faz a, ou com, outro (s) Estado (s), delimitando que esta política pública é conduzida por um ou mais atores independentes, e que são resultados da soma de diversas relações oficiais, implicando a presença de instituições e intenções conscientes e coordenadas dos tomadores de decisão. Esse conceito deixa evidente o papel da ação dos indivíduos e de procedimentos na tomada de decisão em política externa.

Com uma definição mais simplista, Breuning define política externa como “a totalidade de políticas de um país para e interagindo com o meio além de suas fronteiras” (BREUNING, 2007 p. 5 [tradução livre]). Entretanto, uma separação como esta, delimitada pela fronteira, é mais relativa, já que a política externa envolve aspectos mais abstratos como objetivos e interesses dos Estados no plano internacional (OLIVEIRA, 2005).

E como uma política pública, destacam-se atores domésticos que participam deste processo, pois, ao considerarem fatores internos e do cenário internacional (possibilidades externas), bem como a participação cada vez maior de organizações internacionais e não-governamentais, multinacionais e outros elementos transnacionais, formulam a atuação do país (Idem, 2005).

Podemos ressaltar ainda que a política externa é mais bem compreendida e analisada se considerada como um produto das dinâmicas internas do Estado (ROSE, 1998). Esta dinâmica evidencia a política externa como a política de disputa de interesses, isto é, o resultado do privilégio de um interesse ou de um grupo, em detrimento de outros, e em uma dada disputa no processo de tomada de decisão.

Este processo envolve a sequência de ação de diversos atores. Para definir estes, parte-se da noção de que são aqueles envolvidos na tomada de decisão em política externa, direta ou indiretamente (HILL, 2003). Estes atores podem ser indivíduos ou grupos, que podem estar influenciados por interesses ou por princípios de comportamento burocrático, entre outros fatores de influência (CARLSNAES, 2008).

No Estado, os atores podem ser identificados como os constitutivamente incumbidos da tomada de decisão em Política Externa (líder do governo, ministros ou secretários de Estado), mas também incluem-se na lista Conselhos, gabinetes, parlamento e parlamentares, partidos políticos, entre outros atores (Idem, 2008). Além dos líderes, ministros e burocracias como atores têm papel na decisão e implementação, mas tudo depende da natureza e particularidades do sistema político (BREUNING, 2007). No entanto, não são apenas as

elites burocráticas que interferem, podem ser citados o público de massa, empresários, líderes comunitários, personalidades públicas, etc. (MINGST, 2009).

Ainda se tratando dos atores, a relação dos poderes e o assunto a ser tratado é um fator importante a ser considerado. Para aqueles, a política externa e questões relacionadas à segurança do Estado, se comparadas com outras questões da política doméstica, podem ser consideradas as mais críticas (NEVES, 2003).

Convencionalmente se diz que estes agentes agem sob uma estrutura. A presença simultânea dos agentes e estruturas (domésticas e externas) representam a complexidade da realidade dos eventos internacionais. Essa complexidade reverberou na busca pelas análises multicausais e multi-nível da APE, que os segmentam e analisam separadamente.

Todavia, para isso, deve-se compreender a estrutura como o ambiente o qual os agentes operam, como um conjunto de fatores que moldam a natureza da escolha dos atores. As estruturas podem ser diversas: política, cultural, psicológica, econômica, nacional, regional, global, tecnológica, ideacional, cognitiva e normativa (CARLNAES, 2008).

Uma estrutura pode ser, ainda, o conjunto de ideias e concepções do ator. A variável ideologia não se torna um fator suficientemente explicativo em APE, mas sim, um fator que deve ser incorporado nas análises, já que as percepções – processamento de informações acerca do mundo – dos tomadores de decisão podem ser inseridas (KHONG, 2008). E aqui podem surgir abordagens reflexivistas, em que crenças e ideias desempenham um papel fundamental no aspecto da análise dos tomadores de decisão, isso porque as identidades de interesses derivados daquelas repercutem nas relações, e assim identificar as preferências e identidades, assim como a construção das mesmas, é um passo importante para compreensão das ações no nível do indivíduo (MELLO E SILVA, 1998).

A estrutura apresenta ao ator os problemas e as oportunidades (BREUNING, 2007), podendo ainda representar-se como constrangimento ou determinante no comportamento dos Estados. Stein (2006) concebe os constrangimentos como contextos em que as possibilidades de ação dos Estados são reduzidas ou retiradas; já contextos determinantes são aqueles que impelem os Estados à um comportamento determinado, tornando este previsto sob certas condições.

Um exemplo de constrangimento é o caráter anárquico do sistema internacional. A sociedade anárquica internacional conforma que dinâmicas de cooperação e conflito coexistam, e que o meio internacional não seja facilmente transformado por processos políticos, porém observa-se o crescimento da chamada interdependência política, que Hill

(2003) define como o fenômeno ao qual as mudanças que ocorrem em um ator provocam distúrbios em outros por causa da interligação das partes do Sistema Internacional em um sistema político.

E essa conexão do doméstico com o internacional é identificável. É a partir destas identificações que se pode reproduzir as ações dos atores e estruturas envolvidos, pois observar-se a interação entre a posição internacional e seu contexto doméstico, bem como o problema e a natureza do processo de decisão empregado para tratá-lo, seja para a adaptação ou a superação da pressão externa (HILL, 2003).

Diante do exposto, podemos retomar a discussão inicial desta seção. Os casos que envolvem negociações internacionais, como a política externa, nem análises puramente domésticas e nem puramente sistêmicas podem abordar e determinados casos a tomada de decisão dos atores, isso demanda estudos empíricos e um esforço teórico para o fortalecimento de análises que não ignorem esta ligação (PUTNAM, 2010).

Diversos estudos surgiram analisando casos em que a ligação de fatores domésticos e internacionais faz inadequada a utilização de teorias de apenas um nível. Tal literatura de casos está relacionada também a mais um dos pressupostos da APE: o comprometimento de construir teorias de meio nível, que sejam uma teoria ator-específico, e possam captar a complexidade do mundo real (HUDSON, 2008).

Além do mais, a política externa está intrinsecamente envolvida com as negociações internacionais, sejam oficiais ou empresariais, uma vez que relaciona dimensões inseparáveis: a político-diplomática, militar-estratégica e a econômica (RUSSEL *apud* OLIVEIRA, 2005). Com isso, faz-se pertinente apresentar a lógica do jogo de dois níveis, que está mais relacionada com os estudos das negociações internacionais, mas que compartilha da APE alguns pressupostos.

Putnam (2010) se utiliza do caso da Cúpula de Bonn de 1978 para fazer uma comparação da atividade de negociação com um jogo de tabuleiro, que seria composta por dois lados com distintos incentivos. Cada negociador-chefe representa um dos lados, porém, a negociação deve ser entendida como um processo que envolve dois estágios: a) a barganha entre os negociadores, que resulta em um ‘acordo provisório’; e b) a barganha doméstica, que significa a ratificação ou não do acordo provisório (PUTNAM, 2010: 153).

E é esse processo de ratificação como requisito do acordo provisório que impõe a interligação dos dois níveis, pois: em caso de modificação, ambas as partes devem renegociar o acordo provisório; uma vez que, os conjuntos de win-sets [conjunto de vitórias] afeta a

negociação a medida que interfere em seus avanços, ou seja, afeta o cálculo de custo-benefício do negociador ao passo da disposição de uma parte doméstica (ator) aprovar o acordo representa o baixo custo político.

E que para que seja possível analisar casos de negociações internacionais com este tipo de ratificação, o estudo precisa englobar não só os indivíduos incumbidos de negociar, mas sim, adicionar a sua ratificação, integrando os dois níveis de uma negociação:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010: 151).

A compreensão destes determinantes do nível doméstico, ainda segundo Putnam (2010: 150), deve evidenciar a ‘luta política’, não incluindo somente o poder executivo e as instituições do arranjo institucional, mas os partidos políticos, as classes sociais, os grupos de interesse (econômicos ou não), legisladores e a opinião pública e eleições, como expressão da população.

Assim, o que Putnam chama de win-sets [conjunto de vitórias], é a disposição da ‘base de apoio’, que os negociadores representam, em concordarem com os termos acordados. No caso de negociações internacionais oficiais, os atores e instituições envolvidas são do Estado. Os modelos analíticos de APE proporcionam, como exposto até agora, identificar e entender o porquê, o como e quando constrangimentos – tanto internos quanto internacionais – afetaram os resultados da política externa, sendo que a distinção entre as circunstâncias e os atores é capturada pelo nível de análise (ator/indivíduo, Estado, e sistema internacional) (BREUNING, 2007).

Contudo, esta pesquisa tratará do comportamento legislativo em política externa, reafirmando o legislativo como um ator fundamental no processo de formulação da política externa diante de sua função institucional. O nível de análise será predominantemente o doméstico, pois trata-se aqui da influência do comportamento dos deputados no processo de tomada de decisão chileno em temas de política externa, priorizando as relações executivo-legislativo, a organização burocrática e o sistema político (Constituição, regime, partidos).

1.2. LEGISLATIVO E POLÍTICA EXTERNA

Na subseção anterior, os pressupostos deste trabalho começaram a ser apresentados, incluindo: I) diversos atores domésticos importam na política externa, não só o presidente ou o ministro de relações exteriores, incluindo os legisladores e os partidos políticos; II) a análise de política externa apresenta instrumentos analíticos que promovem o entendimento da participação desses atores, principalmente ao se partir da ideia de processo de tomada de decisão, do nível de análise doméstico e da importância dada aos atores. Esta subseção a complementarizará por focar na literatura específica que trata da participação do poder legislativo na política externa, e tem por propósito apresentar uma estrutura de tomada de decisão do Chile (e que será retomada na subseção 2.1 mais à frente), o debate teórico do comportamento legislativo e estudos semelhantes a este trabalho.

Como já sintetizado na introdução, a *Cámara* é – assim como o *Senado* e o Presidente do Chile são – um ator *vetoplayer* constitucional, isto é, as mudanças políticas precisam da concordância dos três atores para que seja homologada, significando, em outras palavras, que em muitos aspectos da política externa, as atribuições do presidente e do poder legislativo são complementares.

Observa-se que na *Constitución Política de la República de Chile*, o Artigo 32 n° 17 descreve o seguinte sobre as atribuições exclusivas, em política externa, do presidente da república:

n°17: Conducir las relaciones políticas con las potencias extranjeras y organismos internacionales, y llevar a cabo las negociaciones; concluir, firmar y ratificar los tratados que estime convenientes para los intereses del país, los que deberán ser sometidos a la aprobación del Congreso conforme a lo prescrito en el artículo 50, N°1. (...) (MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA, 2014).

E para o Congresso, tanto o *Senado* quanto a *Cámara* recebem as atribuições do Artigo 54 n°1⁸:

*Aprobar o desechar los tratados internacionales que le presentare el Presidente de la República antes de su ratificación. La aprobación de un tratado requerirá, en cada Cámara, de los quórum que corresponda, en conformidad al artículo 66, y se someterá, en lo pertinente, a los trámites de una ley.
El Presidente de la República informará al Congreso sobre el contenido y el alcance del tratado, así como de las reservas que pretenda confirmar o formularle.
El Congreso podrá sugerir la formulación de reservas y declaraciones interpretativas a un tratado internacional, en el curso del trámite de su aprobación, siempre que ellas procedan de conformidad a lo previsto en el propio*

⁸ O número do artigo foi modificado na revisão de 2010 da constituição chilena, passou de Artigo 50 para Artigo 54.

Porém, como um ator coletivo, a *Cámara* também seria um *vetoplayer partidário*, pois, composto pelos partidos das coalizões de governo e oposição, produz uma lógica de aprovação específica: a concordância de todos os atores partidários não é suficiente, ou necessária, em alguns casos uma maioria simples já aprova políticas no Legislativo (TSEBELES, 1995).

Para a compreensão e estudo desses atores, sua atuação na tomada de decisão e interferência na tomada de decisão, Tsebeles (1995) evidencia a identificação do sistema de partido e coalizões do país, já que o sistema eleitoral determina a polarização do sistema partidário, enquanto que a composição da casa vai determinar a distância ou proximidade – no sentido de similaridade das posições políticas – e a congruência – posição política – com as outras instituições.

Ao tomarem as decisões, estes atores agem também como ‘filtros’ políticos, que também nos casos de política externa, pressupõem responsabilidades, isto é, estes atores respondem por seus comportamentos e ações, isto é, ao eleitorado, a seu partido e a Constituição do país (HILL, 2003). Assim, há uma base constitucional e institucional, que são as da relação executivo-legislativo e suas respectivas atuações. Porém, é preciso evidenciar que uma parte da literatura em ciência política afirma que as relações Executivo-Legislativo dependerão de outros fatores: do sistema partidário e das regras que regulam a competição eleitoral (FIGUEIREDO, 1999). E nesta pesquisa seguimos esta linha de pensamento que afirma que há uma barganha dos poderes na política pública, e conseqüentemente, na política externa.

E a literatura apresenta que na política externa acontece um desequilíbrio entre os poderes no Chile, resultado de sua estrutura constitucional e político-partidária (SIAVELIS, 2001; VALDIVIESO, 2007). Ocorre que a natureza do sistema presidencialista pode proporcionar protagonismo ao poder executivo, e como já mencionado, temáticas em política externa são temáticas sensíveis aos deputados, já que não despertam o interesse do eleitorado comum ou apresentam uma temática muito distante do domínio (ROSENAU *apud* FELIÚ, 2012; AMORIM NETO, 2010). Na tomada de decisão, deve-se considerar que o apoio cooperativo dos partidos no legislativo, por exemplo, depende da questão política a ser tratada (OWENS, 2003).

Pesquisadores do tema apontam alguns fatores importantes para o comportamento dos deputados. Owens (2003) argumenta que a ideologia, a maturidade do sistema político, as motivações pessoais, a liderança partidária e as concessões do executivo são as principais influências do comportamento dos deputados. A barganha executivo-legislativo, conseqüentemente, depende de fatores como a disposição, a ideologia e principalmente dos poderes atribuídos ao presidente (Idem).

E o fator *ideologia* considera que partidos políticos apresentam crenças e valores comuns entre seus membros, que originam e mantêm os partidos políticos por ideologias e concepções semelhantes, concepções estas que incluem aspectos sociais, o Estado e o papel dos políticos no governo (WARE, 2004).

As concepções partidárias causarão interferências nas relações entre os poderes legislativo e executivo. Gary King (1986), ao analisar o Congresso estadunidense, expõe que ao serem observadas as fronteiras ideológicas partidárias menos rígidas, ou seja, posicionamentos ideológicos de partidos/coalizões diferentes, ao se localizarem mais próximos no espectro esquerda-direta, seria observada a ocorrência do partidarismo tanto na política doméstica quanto na política externa, mesmo o autor especificando que em ambos os casos há uma diferenciação para os líderes dos partidos e os outros legisladores, indicando uma tendência da redução da coesão partidária.

Estas observações estão relacionadas aos poderes dados ao executivo. Se este apresenta poderes de controle da agenda legislativa, iniciativas exclusivas e o poder das nomeações, ações insuladas podem transformar sua moderação em problemas para os parlamentares (NEVES, 2003). E para que isso não aconteça, o líder partidário precisa ser o intermediário das demandas executivo-legislativo e legislativo-executivo, o que faz com que seu papel de influência no comportamento legislativo seja maior.

Mas um comportamento insular dos mesmos geraria altos custos políticos e sociais, isso implica que o presidente está forçado a buscar a cooperação com os parlamentares, e estes a cooperarem, pois os membros do legislativo têm a carreira política e nomeações para cargos indicados pelo presidente como incentivos para a boa relação com o executivo (NEVES, 2003).

O presidente, por sua vez, apresenta a necessidade de aprovação de suas iniciativas. A cooperação é identificada pela taxa de aprovação das iniciativas presidenciais e pela coesão da coalizão partidária (OWENS, 2003). E assim, a estrutura política e eleitoral é responsável por maiores ou menores incentivos para as atividades que influenciam as relações executivo-

legislativo, e conseqüentemente, a tomada de decisão (não só em política externa). Tal estrutura compõe as especificidades de cada Estado-Nação.

Paralelo à relação executivo-legislativo estão os constrangimentos direcionados aos deputados, como o já citado mecanismos de *accountability* do legislativo. Na política externa, estes são pouco evidentes, uma vez que não fica claro a quem os legisladores se sentem responsáveis e, ao mesmo tempo, existe uma obrigação de lidar com as novas tendências ou fenômenos internacionais, como a globalização, e a população em geral demanda, espera e precisa das atuações de seus governos (HILL, 2003).

As ações podem estar priorizando a credibilidade do executivo ou a segurança nacional. E muitas vezes o legislativo se mostra disposto a atenuar seu poder (HILL, 2003). Em sistemas pluralistas há ainda a necessidade de resposta aos ditames do partido. As atividades variam, mas como guardiões da constituição, o legislativo impõe no executivo a cautela, mesmo com capacidade de participação e constrangimento limitada. O eleitor, por sua vez, julga pelo voto em outro candidato ou partido, o que depende da cultura política e da capacidade de julgamento. Ambos os métodos de *accountability* no caso da política externa são limitações estruturais, a solução seria a politização da PE para o enfraquecimento do bipartidarismo (no caso desta ocorrer) e da disciplina partidária interna, e o fortalecimento da representação da população e seus interesses (HILL, 2003).

A orientação do bipartidarismo afirma que atores influenciados por interesses, como os partidos políticos, teriam razões para manter uma unidade coordenada, como por exemplo, em nome de segurança nacional, uma vez que mantém a credibilidade do Estado e do presidente estão em jogo, e impede oportunidades para inimigos externos no caso de instabilidade política (BJERELD and DEMKER, 2000; NEVES, 2003).

Esta percepção de que o comportamento dos legisladores em política externa é contínuo, prevalecendo no comportamento o acompanhamento de uma orientação dada por parte dos líderes, é um dos lados do debate sobre a relevância do comportamento legislativo em temas de política externa. Este tipo de comportamento orientado e independente das preferências pessoais pode ocorrer pelo tipo do comportamento suprapartidário ou o *bipartisanship*, ou pelo comportamento estratégico, que se dá sob uma orientação, normalmente do líder do partido, e objetiva um resultado prioritariamente favorável às iniciativas do governo, normalmente em troca de concessões do executivo; evidenciando os posicionamentos de governo-oposição.

Retornemos aqui à simplificação do constrangimento da anarquia, para exemplificá-la. Bjereld e Demker (2000) expõem que o comportamento bipartidário entende que a anarquia do sistema internacional e seu sistema de ‘autoajuda’ geram incentivos para que se busque a segurança do Estado, e que as questões de política externa são muito complexas, normalmente limitando o interesse dos legisladores ou do partido. Estes deputados mantêm o comportamento de seguir a orientação do líder partidário, obtendo um alto grau de disciplina nas questões, com base nos interesses políticos e/ou valores ideológicos do partido (BJERELD and DEMKER, 2000).

Entretanto, os partidos e coalizões, podem ser constrangedores aos deputados. Diferentemente do voto ideológico, o chamado *bipartisanship*, ou comportamento suprapartidário, que ocorre, por exemplo, quando há apoio a certas políticas no poder legislativo por ambos os partidos (DAHL *apud* McCORMICK and WITTKOPF, 1990), e no caso do Chile, por ambas as coalizões. Pode ainda ser identificada quando há uma relação convergente entre o legislativo e o executivo. O consenso não precisaria ser total, mas a cooperação se faz perceptível mesmo que em áreas sensíveis, como orçamento, defesa e política externa. Outro autor, Gary King (1986) demonstra que existe uma diferença entre política externa e doméstica, o que significa que para este, a disputa partidária-ideológica seria esperada, e na política externa, o *bipartisanship*.

Do outro lado do debate estão os estudos empíricos que procuram evidenciar a atuação de constrangedor do legislativo. Um exemplo disso foi a análise do Congresso brasileiro proposta por Amâncio de Oliveira. O autor se propõe a testar se a conclusão de Lima e Santos de que no período das reformas constitucionais de 1988, os deputados abdicavam de suas funções em nome do fortalecimento e estabilização do novo sistema democrático (LIMA E SANTOS *apud* OLIVEIRA, 2013), e no período analisado pelo autor, entre os anos de 1995 a 2009, se concluiu que o comportamento de abdicção não mais era observado, e que o comportamento dos deputados tinha orientação partidária.

Outro estudo é o de Neves (2003), que afirma que no presidencialismo brasileiro – semelhante ao do Chile – o desequilíbrio dos poderes ocorre, entretanto não é suficiente para corroborar para o que o Congresso Nacional abdique de suas funções em Política Externa, tudo dependeria do interesse dos legisladores, que caso convirjam com a posição do executivo na temática internacional, permitirão o acordo ou compromisso internacional. Mas

que caso haja divergência de interesse entre os poderes, os legisladores têm⁹ – e se utilizarão – os meios para influenciar os resultados.

Qual das duas modalidades se observa no Chile? Como se comporta do deputado chileno, e quais seus principais constrangimentos na política externa? Ideologia aliada ao pertencimento ou não ao governo? Ou os deputados votam estrategicamente?

Análises anteriores do comportamento legislativo mostraram que o legislativo do Chile não abdica de suas funções e que os fatores ideologia e pertencimento a coalizão de governo e de oposição tem valor explicativo sobre as votações em política externa (FELIÚ, OLIVEIRA E GALDINO, 2009). Sendo assim, não foi incluído no presente trabalho a hipótese de *bipartisanship* no período.

Além disso, o funcionamento da *Cámara* se tornou mais cooperativo após a democratização, ou seja, a polarização das coalizões se tornou estável no sistema político, o que provocou uma divisão padrão nas coalizões, tanto por parte do presidente como do legislativo, acirrando o partidarismo, o fator coalizão acaba por constranger o comportamento do deputado, fazendo os deputados votarem coordenadamente (CAREY, 1998).

Em estudo sobre o período de 2002-2006, Feliú (2008), sinteticamente, expôs que a polarização ideológica dos mapas espaciais produzidos possibilitam inferir que não há no Chile, ao menos no período analisado, abdicação ou delegação do poder em relação ao executivo, mesmo com o grau de convergência observado em votações nominais. Sendo assim, a lógica do *bipartisanship* não é observada, e que conseqüentemente, é possível inferir que os deputados apresentam a mesma lógica da política doméstica nas votações de política externa. Contudo, restaram as opções de comportamento ideológico e estratégico no sentido governo-oposição para os deputados chilenos, o que será testado mais a frente.

A sessão a seguir aprofundará a abordagem do sistema político-partidário chileno, para que em seguida, a síntese de uma retrospectiva da política externa possa ser apresentada já organizada nos dois governos diferentes.

⁹ Como apresentado na seção anterior na lógica do jogo de dois níveis. Para complementação, segundo Neves (2003) o Legislativo brasileiro pode limitar o executivo através de suas comissões temáticas, da manipulação orçamentária, da ratificação ou não dos termos internacionais e das votações derivadas de acordos internacionais. O sistema político em específico será apresentado mais a diante.

CAPÍTULO 2. O SISTEMA POLÍTICO E A POLÍTICA EXTERNA DO CHILE

2.1. O SISTEMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO CHILE

E após a apresentação anterior da discussão do comportamento legislativo em política externa, para complementar a estruturação dos pressupostos adotados neste trabalho, esta subseção objetiva evidenciar as particularidades do sistema político-partidário chileno pós ditadura, incluindo a formação das coalizões, das regras de eleição e alguns importantes episódios da política chilena no período de 2006 à 2014.

Em 1988 surge a *Concertación de Partidos por el No* como oposição ao regime de Pinochet. Este grupo será o embrião dos principais partidos chilenos atuais, que com a vitória no plebiscito pela não continuidade do regime e fim da ditadura, polarizaram-se em duas coalizões. A partir disso, surge a *Concertación de partidos* e a *Coalición por el Cambio*, que se tornaria mais tarde *Alianza*.

A *Concertación* é composta por *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), *Partido por la Democracia Radical y Socialista* (PRSD), *Partido por la Democracia* (PPD) e o *Partido Socialista* (PS). Estes partidos ganham as próximas quatro eleições presidenciais, elegendo sucessivamente: Patricio Aylwin (PDC, 1990-1994), Eduardo Frei (PDC, 1994-2000), Ricardo Lagos (PPD, 2000-2006) e Michelle Bachelet (PS, 2006-2010).

Essa configuração partidária é originária de uma reforma eleitoral e constitucional feita no processo de redemocratização de 1990. Para impedir a repetição do episódio que culminou com a dissolução do poder legislativo e o regime autoritário de Pinochet, a reforma eleitoral objetivou que o governo tenha maioria no legislativo, bem como o desenvolvimento de um sistema bipartidário (SIAVELIS, 2001).

O sistema eleitoral chileno foi reformulado para reduzir a fragmentação partidária, introduzindo uma fórmula eleitoral binominal, isto é, dois representantes de cada distrito são eleitos, causando um movimento para negociarem pactos políticos para elegerem representantes eleitos (SIAVELIS, 2001). Caso a coalizão obtenha o dobro de votos do segundo lugar, os dois eleitos serão do mesmo partido (Idem). Isso ajuda o segundo candidato, que será eleito com pouco mais de 33% e faz com que se obtenha o primeiro objetivo (Idem).

O segundo objetivo – o de formação de um sistema bipartidário – foi conseguido pela integração dos partidos, mas essa organização está sendo transformada em coalizão de governo e de oposição, pois existem vários partidos (Idem). Siavelis (2001) afirma ainda que

a realidade, entretanto, só permanece multipartidária devido as diversas variáveis culturais, sociais e políticas.

Carey (2006), afirma que o modelo binomial chileno se caracteriza como ‘rígido’ e implica em uma lógica partidária competitiva, já que os partidos comprometem seus programa e liberdade em nome da nomeação do candidato da coalizão, e isso se estende para as decisões, que necessitam de uma maioria: “(...) a gestão dos assuntos públicos sempre e em todas as partes exigem a criação de maiorias parlamentares, e se as eleições não geram coalisões majoritárias, o processo parlamentar tenderá que fazer isso” (CAREY, 2006 p. 231 [tradução livre]).

O presidente eleito no Chile é um dos mais poderosos da América Latina, pois entre os seus poderes estão: poder de veto, poder de decreto com força de lei e áreas de iniciativa legislativa exclusivas. Inclui-se em seus poderes também o poder de determinação da agenda legislativa pela declaração de urgência, o poder de veto parcial, a posse da autoridade para a nomeação de autoridades e seu ministério, e o poder de convocar uma sessão legislativa extraordinária (MAINWARING AND SHUGART *apud* SIAVELIS, 2001). Principalmente em acordos com seu próprio partido, questões de orçamento, segurança nacional e política externa, a influência de um presidente poderoso no legislativo será considerável (OWENS, 2003). Os partidos organizados na *Concertación* colaboraram com seu representante no executivo, o que fez com que o governo fosse o principal legislador, ao mesmo tempo em que é o articulador da conduta dos partidos de sua coalizão (TORO, 2007).

A reforma trouxe ainda duas consequências: evitou que ocorra um presidente com menos de 50% dos votos e que não tenha maioria no Congresso. E nos dois primeiros governos – de Aylwin e Eduardo Frei – essa foi a realidade. A capacidade dos partidos de centro esquerda ou direita de fazerem coalizões gerou a escolha em torno de dois candidatos principais (SIAVELIS, 2001). Com a maioria dos votos populares e maioria na câmara, a lealdade e poderes foi considerável no governo de Aylwin (*idem*). Como tendência geral, a disputa política e a organização da oposição foram desenvolvidas, promovendo a negociação entre os poderes e a cooperação (SIAVELIS, 2001).

A reforma foi desenhada para desenvolver a cooperação entre os atores na tomada de decisão. As coalizões partidárias se tornaram estáveis e sem incentivos ao extremismo, o presidente chileno tem papel na articulação das coalizões e outros cargos do executivo e legislativo e por seus poderes exclusivos (ANINAT, LANDREGAN, NAVIA Y VIAL, 2006). Estes são contrabalanceados com os *vetoplayers*. O sistema chileno apresenta atores

e delineamento constitucionalmente moldado para o chamado *check and balance*, com atores capazes de vetar mudanças radicais na tomada de decisão, mas que permitem graduais mudanças, através da convergência dos atores (ANINAT, LANDREGAN, NAVIA Y VIAL, 2006).

Além dessa estrutura, o presidente está sob uma tradição presidencialista que gera uma cultura política, limitando o legislativo, que é percebido como incapaz de representar e canalizar as demandas da sociedade, seu papel fundamental no sistema político (VALDIVIESO, 2007). Constitucionalmente o presidente chileno tem muitas atribuições, como a primazia das relações exteriores, nomear e comandar o chefe das FFAA, e o poder de declarar guerra. É papel do legislativo chileno bicameral - e ambas as casas tratam da política externa - aprovar ou não os tratados internacionais negociados e acordados pelo presidente, para que seja ratificado, além de aprovar declaração de guerra, envio e deslocamento de tropas e participação em operações de paz (BUSTAMANTE y RIVERA, 2011a).

Esse sistema chileno, ainda segundo Aninat, et al (2006), apresentou considerável eficiência após a reforma. Entretanto, para Valdivieso (2007) uma consequência do ‘superpresidencialismo’ chileno seria a limitação do poder de representação dos interesses da sociedade civil do poder legislativo, conseqüentemente, sua participação na política externa e de defesa se torna também limitada. O mesmo autor defende que a participação deve ser ampliada para retomar esta representação, sua autonomia e proatividade, e para isso, deve-se aumentar a profissionalização parlamentar, o grau de controle sob o executivo e o cumprimento de suas funções (Idem, 2007).

Para aperfeiçoar seu funcionamento em política externa, o autor explica que três princípios ajudam no processo: coerência do projeto com a constituição do Chile, com decisões anteriores e o enfoque da inter-relação entre relações exteriores e defesa (VALDIVIESO, 2007).

A participação do legislativo pode ocorrer como ratificador das propostas do executivo, ou mesmo como autor de iniciativas em política externa. A tramitação ocorre da seguinte forma: o presidente por ter o poder de agenda – sendo auxiliado ou não pelas comissões e ministérios temáticos – e entra com a proposta legislativa na *División de Relaciones Legislativa, Políticas e Institucionales* para que esta seja encaminhada ao Congresso como *monción*; em seguida a comissão responsável a avaliará, modificará se necessário e será encaminhado para o plenário (podendo ser fragmentada para modificação e votação); após

a aprovação na *Cámara*, se envia para o *Senado*, e em seguida para o presidente novamente, podendo ratificar ou vetar o projeto (VALDIVIESO, 2007; FELIÚ, 2008).

Quanto ao executivo, o presente trabalho trata dos mandatos de Michelle Bachelet (2006-2010) e de Sebastián Piñera (2010-2014). Neste período de 8 anos, o Chile observou uma mudança política e social, não só pela troca de governos e reforma política, mas pelas demonstrações na sociedade civil de insatisfação com a representação político-partidária e com a gestão governamental.

Eleita nas eleições de 2005, Michelle Bachelet venceu no segundo turno Sebastián Piñera por 53,5% a 46,5%, e se tornou a primeira presidente do Chile (CEME, 2006). Com isso, a candidata do Partido Socialista completou os 20 anos da *Concertación* no poder desde o fim do golpe militar chileno. Em discurso de maio de 2006, Bachelet expôs quatro eixos iniciais de seu governo, mostrando a importância de aspectos sociais, e foram: reforma do sistema previdenciário, transformação na educação, inovação e empreendedorismo para o desenvolvimento, e melhorar a qualidade de vida dos chilenos. Ambos aparados por políticas de proteção às mulheres e crianças, inserindo o aspecto de gênero, social e democrático a seu governo (FERNÁNDEZ-RAMIL, 2009)

Seu governo iniciado ainda com promessas de aumento da participação política por parte dos cidadãos e pela nomeação de uma equipe de ministros renovada. A demanda por mudanças políticas na população chilena estavam se tornando evidentes, com destaque para as demandas do movimento estudantil, que provocaram trocas ministeriais. Outros eventos problemáticos fizeram com que aquele programa inicial fosse modificado, como por exemplo: manifestações por melhorias na educação e condições de trabalho, problemas com a reforma no sistema de transportes de Santiago e uma crise energética (FERNÁNDEZ-RAMIL, 2009; FUNK, 2009).

No ano de 2008, nas eleições de comunas, a *Concertación* inova ao apresentar candidaturas em duas listas distintas: *Concertación Democrática* – partidos PDC e PS; *Concertación Progresista* – partidos PRSD e PPD. Outro aspecto de destaque foi o ganho de poder da *Alianza/Coalición*, com destaque para a primeira vez em que o número de *alcaldes* (o correspondente aos prefeitos no Brasil) desta coalizão foi maior do que o da *Concertación*, incluindo a perda de governo em cidades importantes como Santiago, Valparaíso e Cerro Navía (FUNK, 2009).

No ano de 2009 ocorre o início de uma reforma eleitoral para a adoção do voto voluntário no Chile¹⁰, implicando na não obrigatoriedade de votar ou se justificar em caso de ausência e aumento do número dos inscritos. Com isso, cerca de 4 milhões de pessoas adquiriram automaticamente o direito (SUBSECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO, 2012). Esta reforma foi considerada desde 2001 por causa dos baixos níveis de inscrição da população mais jovem (Wilhelm, 2011). Assim, o Chile se torna mais um país da América Latina a ter o voto facultativo¹¹. A inscrição é feita automaticamente a partir dos 17 anos de idade, o que provocou uma série de reformas e atualizações no sistema de registro de eleitores e domicílios.

Porém, outro evento do governo de Bachelet é particularmente importante para este trabalho. Neste período, pela primeira vez desde o retorno da democracia chilena, se perdeu a maioria absoluta no Congresso, e em um curto período de tempo, entre 2007 e 2008. No Senado, o *Partido Demócrata Cristiano* denunciou um de seus senadores, Adolfo Zaldívar ao Supremo Tribunal, diante de uma crise interna entre o mesmo, seu partido e a *Concertación*. E como consequência de falta de apoio a iniciativa Transantiago o senador foi expulso do partido de seu partido, junto com outros 5 deputados: Jaime Mulet, Eduardo Díaz, Carlos Olivares, Alejandra Sepúlveda e Pedro Araya (FUNK, 2009). E ainda segundo o mesmo autor, isso seria mais um sinal de que a *Concertación* estaria desgastada.

Mesmo com a alta popularidade de Bachelet, o descontentamento da população e a demanda por mudanças políticas foi confirmada na eleição do candidato da oposição, e Sebastián Piñera da coalizão de centro-direita ganha as eleições presidenciais de 2009, com 51,6% dos votos, contra 48,3% de seu opositor Eduardo Frei (SERVEL CHILE, s/d). Seu governo teve o apoio da Coalición por el cambio/Alianza, composta por *Renovación Nacional* (RN) e *Unión Demócrata Independiente* (UDI).

O governo Piñera foi o primeiro governo de direita eleito democraticamente em mais de 50 anos no Chile (FREITAS, 2010). Como campanha, objetivava uma nova gestão, com eficiência, renovação e crescimento econômico. O início de seu governo foi marcado pela reconstrução das áreas afetadas pelo terremoto de 2010, e pela operação de resgate dos 33 mineiros soterrados na *Mina San José*. Tais efeitos o obrigaram a mudar a agenda social e política (SEGOVIA e GAMBOA, 2012).

¹⁰ O *Artículo 15* passa, assim, a partir de 2009, a ser: “*En las votaciones populares, el sufragio será personal, igualitario, secreto y voluntario.*” (MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA, 2014)

¹¹ Cuba, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Guatemala, Nicaragua e Venezuela. No mundo, os Estados Unidos, Espanha e Reino Unido, por exemplo, também apresentam o voto facultativo. (La Nación, 2013)

Baseado em seu objetivo de reordenar o Chile, Piñera direcionou esforços de financiamento para a reconstrução do Chile (já que estima-se que os danos tenham correspondido à quase 1/5 do PIB chileno da época) e propõe aumento tributário, financiamentos do fundo soberano do Chile, permissão de emissão de dívidas públicas e venda de ativos da dívida para a arrecadação de recursos necessários para a recuperação dos dados e para que o Chile alcançasse um crescimento anual de 6% a.a. (FREITAS, 2010).

Seu governo foi marcado também por episódios de insatisfação, que podem ter tido origem nas manifestações de diversos grupos sociais em 2011, que reivindicavam que a classe política atual como um todo não representava seus interesses. Estão envolvidos nestes episódios demandas contrárias ao aumento do preço do petróleo em regiões, melhorias das condições sociais da região de Antofagasta, grande produtora de cobre, problemas de meio ambiente, e o movimento estudantil. Este, que por sua vez, reivindicava as promessas de Piñera de reforma do sistema de ensino superior, tomou proporções nacionais, culminando com a saída do ministro da educação do UDI e o aumento de investimentos no setor, abrindo a discussão de uma reforma tributária para financiar mais investimentos na educação (SEGOVIA e GAMBOA, 2012).

Segundo os mesmos Segovia e Gamboa (2012), nem o governo e nem os partidos políticos tiveram capacidade para lidar com as reivindicações. Os problemas de coordenação dentro do governo foram constantes, com destaque para o obstrucionismo da *Concertación*. Este bloqueio se deu também por modificações na composição das casas devido a deputados renunciarem aos partidos que se elegeram. Na *Cámara*, dois deputados se tornaram independentes até 2012. Assim, os autores afirmam que as manifestações da sociedade, e as instituições políticas menos aptas a atenderem à estas, seria evidente um processo de mudança no sistema político chileno, pois sua sociedade se modificou (Idem, 2012).

Entende-se assim que neste período político, o Chile passou por pressões internas também, independentes da gestão governamental. Isso pode ter tido consequências no comportamento legislativo, que será profundamente analisado na etapa de descrição dos dados e estudo de votações importantes. Contudo, o que apresentamos nesta subseção retoma a ideia anterior e entende que as particularidades do sistema político-partidário chileno provocam constrangimentos para as relações executivo-legislativo, i.e., o comportamento dos deputados sofre constrangimentos doméstico e internacionais.

2.2. POLÍTICA EXTERNA DO CHILE

A partir do exposto inicialmente neste trabalho sobre a análise de política externa, compreende-se que a política externa é condicionada por uma interação entre fatores internos e externos, pois como uma ação política apresenta-se como um processo e “o comportamento legislativo observado é o resultado final de um complexo processo político” (ZUCCO, 2009 pp. 9).

Além dos determinantes domésticos, que incluem a relação executivo-legislativo como um constrangimento diante do papel do Legislativo como *policymakers*, o sistema internacional também provém constrangimentos, como a cooperação entre os atores, que através de instituições e compromissos adotados pelos Estados e que significam a valorização de determinados comportamentos, reduzem a autonomia de ação do mesmo (HERZ E HOFFMAN, 2004). Estes compromissos podem ser normativos, morais ou ideológicos, e podem significar o norte da política externa dos países, uma vez que representam a valorização de determinados valores internacionais, as regras a serem internalizadas e moldam comportamentos.

O chefe do executivo deve considerá-los como compromissos, que se juntam com os objetivos nacionais. E como dito anteriormente, seu cálculo inclui também a disposição e inclinação para a aprovação dos projetos pelos atores domésticos como o poder legislativo. Isso faz com que os Estados, incluindo o Chile, apresentem linhas de continuação ou identidades na sua Política Externa.

Na página oficial do governo¹², o Ministério de Relações Exteriores chileno expõe os princípios chilenos da política externa, que sustentam e dão a referência para decisões políticas, que seriam o resultado da combinação de seus posicionamentos internacionais com os interesses chilenos:

- **Respeito ao Direito Internacional** - recurso utilizado para assegurar os direitos no âmbito internacional e que exige o apego aos instrumentos jurídicos existentes.
- **Integridade Territorial** – preservação da integridade de seu território e seu espaço marítimo, aéreo e a extensão no antártico; e de sua independência política, que pressupõe que os meios para se lograr essas condições são a diplomacia e o Direito Internacional.
- **Promoção da democracia e o Respeito aos Direitos Humanos** – democracia e um Estado de Direito com instituições públicas atuantes e efetivas

¹² Traduzido e resumido de MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. Política Exterior, 2014. Disponível em: <http://chileabroad.gov.cl/sobre-chile/asi-es-chile/organizacion-politica/politica-exterior/>

como o sistema que constitui o marco apropriado para o respeito aos direitos humanos essenciais, como os valores de diálogo, igualdade de oportunidade, inclusão e coesão social e tolerância e o exercício das plenas liberdades.

- **Responsabilidade de Cooperar** – a realidade de atores gera oportunidades de cooperação entre os Estados e atores não-estatais para o combate a ameaças e a superação dos desafios internacionais.

Já os interesses da Política Externa chilena¹³ estão pautados no desenvolvimento nacional, e são considerados fundamentais:

- 1. Promover os interesses econômicos do Chile e a associação comercial com os outros países** – o desenvolvimento nacional, o fortalecimento da economia e o desenvolvimento social dependem do comércio exterior, com isso, a capacidade exportadora deve ser diversificada e incentivada, bem como o livre comércio internacional e a redução das barreiras comerciais, incluindo o acesso aos principais mercados mundiais e uma competição leal. Para isso tratados, atração de investimentos e a participação do Chile nos fóruns e organismos econômicos internacionais.
- 2. Fortalecimento da integração regional** – ao aumentar a cooperação, associação e complementariedade entre as nações da América Latina, espera-se que oportunidades sejam alcançadas e desafios sejam superados. Como um dos pontos mais importantes da política externa do Chile, a aproximação da região se dá sob o mútuo respeito e entendimento. Prioriza o desenvolvimento da infraestrutura regional, fortalecimento de conexões, políticas sociais coordenadas contra a pobreza, integração energética, diálogo político e o livre comércio.
- 3. Fortalecer a imagem do país no exterior** – Capacidade de influência é vinculada a imagem e credibilidade do Estado, buscando expor as realizações nas áreas política, econômica, social e cultural, bem como sua postura de país comprometido com a sociedade internacional. Impulsiona a cooperação e participação em instituições internacionais e regionais.
- 4. Contribuir com o fortalecimento do multilateralismo** – participa do plano de desenvolvimento nacional através de regras e princípios internacionais transparentes, propiciando oportunidades aos atores. Busca-se o fortalecimento do multilateralismo para governar a globalização e os desafios internacionais, promover sistemas previsíveis e que preservem os princípios internacionais, incluindo mecanismos de solução de controvérsias e fóruns especializados nos âmbitos político, econômico e temas globais (segurança, meio ambiente, energia, mudança climática, pobreza, etc).
- 5. Promover a paz e a segurança internacional** – os Estados, atualmente, enfrentam os desafios dos conflitos intraestatais e ameaças globais, proliferação de armas, terrorismo, esquemas ilícitos, e até a degradação ambiental e o risco de epidemias. Paralelo a este complexo cenário há uma responsabilidade de preservar a paz e a segurança, de maneira multilateral e por regimes internacionais de controles e combate a tais práticas.
- 6. Promover os interesses marítimos e antárticos do Chile** – corresponde ao direito do Mar e governabilidade dos oceanos, incluindo a ORPOP, e uma atenção importante à Antártica.

¹³ Informações resumidas do portal do *Ministerio de Relaciones Exteriores* de Chile. Intereses de la Política Exterior de Chile, 2014. Disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20080802/pags/20080802193244.html>

- 7. Contribuir com a segurança energética do Chile** – para o desenvolvimento, depende-se de fontes confiáveis de abastecimento energético diante do crescente consumo e restrição da oferta. Buscam-se sócios no exterior que garantam o abastecimento ambientalmente seguro e com preços acessíveis, melhorando a matriz energética necessária ao desenvolvimento.
- 8. Contribuir com a inserção do Chile nas redes de ciência e tecnologias mundiais** – busca-se uma capacidade de participação em redes internacionais de conhecimento e inovação tecnológicas, especialmente em ciência e tecnologia, promovendo a inovação e o avanço da ciência para auxiliar no desenvolvimento e bem estar da sociedade chilena.
- 9. Difundir e promover a cultura chilena** – reforço da política cultural, orientada para projetar uma imagem de Chile através de artistas e festivais internacionais.
- 10. Proteção e assistência consular a chilenos no exterior** – baseada no fortalecimento da identidade nacional e fomento a seus membros, busca-se contribuir com as condições para o desenvolvimento cultural, social e econômica do país, tendo interesse em promover a aproximação da comunidade chilena no exterior, mantendo o direito de sufrágio e assistência quando necessário.

Assim, como prioridades, o Ministério de Relaciones Exteriores chileno pressupõe o ambiente internacional como um meio possível para o desenvolvimento nacional e de seu papel na construção e fortalecimento de uma agenda e governança global multilateral.

A literatura também elenca os princípios na política externa chilena observáveis ao longo do tempo, como: a primazia democrática, respeito aos direitos humanos, incentivos à exportação, a cooperação regional, o multilateralismo e o regionalismo aberto (BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011a). Outro objetivo chileno é fortalecer seu papel regional e internacional, se tornando um *regional player*, a partir de seu papel de *global trader*, para ter controle sobre os efeitos da globalização internacional (FUENTES, 2009).

Alguns traços da política externa chilena são próprios dos governos da *Concertación*. A opção por uma integração regional no momento da redemocratização, com incentivos dos governos aos aspectos multilaterais e a busca por mercados internacionais, traços da política externa da *Concertación* (JARPA e NEIROT, 2012).

A política exterior do Chile, segundo Fuentes (2009), seria inspirada no modelo de “isolamento esplêndido” da Grã-Bretanha, ou seja, paralelo a um entorno hostil e distinto, tanto Chile como Grã-Bretanha teriam com objetivos a inserção e ganho de poder econômico e político, tornando estes os interesses permanentes, e não alianças ou integração.

Referência na liberalização comercial, os acordos de livre comércio do Chile otimizaram a sua participação no contexto internacional. Os governos pós-Pinochet foram, assim, pragmáticos buscando os benefícios do livre comércio (BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011a). Isso tem origem no golpe de 1973, que adotou uma postura econômica neoliberal

através da abertura de mercados e dos assuntos econômicos em detrimento dos outros. Assim, o setor externo é visto como o setor desenvolvimentista, através da expansão do comércio internacional. (BERNAL-MEZA, 2003). No governo de Eduardo Frei o regionalismo aberto foi mais evidente, ou seja, adesão a diversos acordos mas como mecanismos para o livre comércio e inserção internacional, como no caso de se tornar membro observador do MERCOSUL, destacando o objetivo do livre comércio, desregulações e livre trânsito, bem como cooperações diversas com os vizinhos.

A inserção internacional modificou-se com a ascensão de Pinochet em 1973. O objetivo norteador do Chile foi e é o desenvolvimento nacional através de uma estratégia de inserção internacional neoliberal, que além de ter uma política conservadora e pragmática, contribuiu para coerência em sua política exterior. (BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011a; BERNAL-MEZA, 2003).

Mas com o governo do primeiro presidente da redemocratização, Aylwin, a política externa visava retornar a uma inserção no sistema internacional. E a partir disso, as atuações multilaterais, a promoção da paz e segurança, os Direitos Humanos e democráticos, o progresso da economia e da cooperação internacional foram os norteadores da política externa; o unilateralismo deu lugar ao bilateralismo e multilateralismo de instituições como o GATT, OEA, Grupo do Rio, entre outros. As alianças políticas do Chile não estavam rígidas, foram feitas com as grandes potências e parceiros comerciais estratégicos (FUENTES, 2009; BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011b).

Até o governo de Ricardo Lagos (2000-2006) é possível admitir ênfases próximas entre os três governos da *Concertación*:

Patricio Aylwin promovió la reinsertión externa de carácter eminentemente político; la administración de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), en cambio, se abocó a la llamada “diplomacia para el desarrollo” y, entre el 2000 y el 2006, el presidente Ricardo Lagos se preocupó de afianzar un modelo de inserción que aunara dos principios o ejes orientadores: la concertación política y la profundización de la integración económico-comercial con el mundo (JARPA y NEIROT, 2012 p. 47).

Nos anos 90 com a segunda onda da integração regional se intensifica a discussão da relevância da integração com vizinhos para o desenvolvimento. A iniciativa só seria lançada com a assinatura do *Acuerdo de Complementación Económica (ACE)* no regime da ALADI; e posteriormente, em 1996 com uma atenção ao MERCOSUL (Idem, 2012).

Uma das razões são os interesses divergentes com o Brasil (diante dos altos graus de pragmatismos de ambos). Com isso, Bernal-Meza (2003) afirma que a política latino-

americana do Chile é particular e digna de atenção para os analistas. Este pensamento do autor está em desacordo com outros autores, que afirmam, por exemplo, que a América Latina continuou como primeira prioridade da política externa do Chile desde antes do governo de Eduardo Frei, o diferencial deste governo foi uma ênfase na também política com seus vizinhos Argentina, Peru e Bolívia (FUENTES, 2009).

O posicionamento chileno para o desenvolvimento, assim, seria alcançado pela inserção internacional do país através do modelo de abertura econômica e comercial iniciada com o regime autoritário, que substituiu o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). O papel das relações com os vizinhos marca o chamado multilateralismo regional, como no caso da parceria do cone sul Argentina-Brasil-Chile, que é uma estratégia de inserção múltipla e flexível, e que permita ao Chile uma ponte estratégica no entorno regional e entre os oceanos Atlântico e Pacífico. E isso conforma o pragmatismo chileno, que estimulam a indústria manufatureira e o desenvolvimento tecnológico. (BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011b).

A política do governo de Ricardo Lagos manteve os direcionamentos dos anteriores, com destaque ao posicionamento chileno ante dos ataques terroristas e a globalização. O Chile evidenciou assim seu posicionamento nacional favorável a paz, ao multilateralismo e à solução pacífica de controvérsias (FUENTES, 2009). Sua administração foi marcada por Tratados de Livre Comércio com Estados Unidos (2003), mesmo expressando oposição à invasão do Iraque; com a União Europeia (2002), Coreia do Sul (2003) e China (2006).

Ainda durante a administração de Ricardo Lagos houve a busca pela garantia plena da inserção do Chile na comunidade internacional, o que significou grandes número de tratados e participações em âmbito regional, hemisférico e global (JARPA y NEIROT, 2012).

Porém, há um ponto de divergência no governo Lagos. Em 2000, o Chile se recusa a participar plenamente do MERCOSUL, com uma justificativa sobre o nível das tarifas a serem praticadas, mas que segundo Valenzuela (2011), poderia ter motivações internas, principalmente desinteresse de grupos de pressão e o receio de perda de autonomia. O outro lado expõe que o Chile então buscava uma posição mais destacada na região, e tenta a entrada plena no MERCOSUL, mas o impedimento de acordos comerciais com outras nações o impediu, e outros tratados se tornaram mais atrativos (FUENTES, 2009).

Os problemas com Peru e Bolívia foram também importantes momentos pois, diante da vitória de Evo Morales, Chile e Bolívia assinaram um acordo de agenda para as resoluções das divergências. Houve ainda o aumento do comércio e investimentos no Peru, mas que

não foram suficientes e a demanda peruana de novos limites marítimos entre os países é retomada. As relações com o Brasil foram aprofundadas, principalmente com o presidente Lula (FUENTES, 2009).

Como parte do multilateralismo, o Chile participou desde 2004 da estabilização do Haiti. A Resolução nº 1529 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) aprovou o envio de uma missão composta por tropas de Estados Unidos, França, Canadá e Chile em uma Força Multinacional Interina de emergência. E, em seguida, uma nova resolução cria a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), objetivando reestabelecer a segurança e estabilidade, processos constitucional e político e de respeito aos Direitos Humanos. O Chile, na etapa de *peacebuilding*, participou do apoio ao setor educacional haitiano (AGUILAR e MORATORI, 2011).

A administração Bachelet¹⁴ foi marcada por duas linhas, a que seguia as metas anteriores, e outra que se concentrava na América Latina, principalmente na presidência da UNASUL. O sistema internacional havia se modificado, e a presidente deu prioridade ao comércio com a Ásia-Pacífico, e os países do BRICS chamaram a atenção do Chile, com destaque ao livre comércio com a China e a Índia. E o Brasil como ator importante para fortalecer a concertação política da região em uma aliança flexível e duradoura (FUENTES, 2009).

Neste período, o projeto da UNASUL foi unânime da região. O projeto inicial foi feito para contribuir com o diálogo político e a inserção internacional da região através de uma integração em diversas vertentes, como a social, econômica, política e cultural, além de ter projetos para redução das disparidades entre os países, das desigualdades internas e fortalecer as democracias. A ratificação do Chile aconteceu em 2010, e Bachelet presidiu a instituição de maio de 2009 a agosto de 2010. Neste período, a UNASUL contribuiu com uma missão de observação eleitoral no referendo e aprovação de uma nova constituição; e nas negociações entre Venezuela e Colômbia em 2009 (BUSTAMENTE Y RIVERA, 2011b).

Seguindo a linha de regionalismo aberto e múltipla inserção internacional, o governo Bachelet ainda foi marcado por uma forte atenção ao aspecto social da política internacional, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) das Nações

¹⁴ Não necessariamente relacionados com as duas linhas de atuação da política externa de Bachelet, é preciso citar que durante seu mandato dois ministros assumiram o Ministério de Relações Exteriores: Alejandro Fozley (2006-2009) e Mariano Fernández Amunátegui (2009-março/2011).

Unidas, principalmente os de saúde infantil e materna (BUSTAMENTE Y RIVERA, 2011b). Inseriram-se novas dimensões na política externa: autonomia energética, investimentos em ciência e tecnologia, paradiplomacia e aproximação com chilenos no exterior. No governo Bachelet ficou mais evidente também a proteção ao Meio Ambiente e luta contra o terrorismo (FUENTES, 2009).

No aspecto da integração regional, o governo de Bachelet já apresentava em suas propostas de campanha a promessa de atenção e reforço da integração da América Latina e países vizinhos e isso pôde ser visto nos objetivos oficiais da política externa, mas também no cumprimento ao apoio dado a UNASUL e a programas como a *Integración Regional Sudamericana* (IIRSA), bem como o Tratado de Maipú com a Argentina (2009) (JARPA Y NEIROT, 2012). Percebe-se assim uma atenção maior dada aos vizinhos e à região da América Latina no governo de Bachelet.

As relações do Chile com a Argentina se fortaleceram com a redemocratização e no governo de Bachelet passaram por uma fase dúbia. Aquela iniciativa de Maipú – que objetivava a cooperação para ligação pela Cordilheira dos Andes – é um resultado de acordos anteriores de aproximação entre os vizinhos, como por exemplo o *Comité Permanente de Seguridad Chileno Argentino (COMPERSEG)*, de 1995, representando uma medida de confiança mútua (JARPA Y NEIROT, 2012). Porém, as relações com Argentina foram problemáticas e se enfraqueceram diante das falhas no fornecimento de gás ao Chile (BUSTAMENTE Y RIVERA, 2011b).

Derivada do trabalho da MINUSTAH, e em parceria com Brasil e Argentina, surge a Força de Paz combinada “*Cruz del Sur*”, uma força binacional entre Brasil e Chile para atuações em missões de paz (JARPA Y NEIROT, 2012). Isso confirma uma particularidade da América Latina sobre a cooperação regional, pois a integração e cooperação na área de segurança seria mais avançada, e esta que abriria oportunidades para a integração econômica e política (KLEPAK, 2010).

E já é possível propor que paralelo a aspectos da política chilena que indicam modificações de posicionamentos da política externa do Chile, alguns aspectos se mantiveram estáveis com a mudança de governo, e mesmo com o governo de Piñera, as relações bilaterais com Brasil e Argentina com não se modificara, se mantiveram próximas e sem grandes complicações.

No período estudado, as relações com a Bolívia foram marcadas pelo diálogo e cooperação, que fizeram possível um Acordo de complementação econômica

(BUSTAMENTE Y RIVERA, 2011b). Já as relações com a Venezuela se tornaram desgastadas diante da expulsão do diretor chileno da *Human Rights Watch*, José Miguel Vivanco, que estaria indo contra o governo de Chávez e favorável aos Estados Unidos (FUNK, 2009).

E com o Peru as relações também foram dúbias. O livre comércio foi o objetivo de Peru, Colômbia e Chile firmarem o “Arco do Pacífico”, que apresenta objetivo de integrar mais países. Mas em contraponto à isso, o período é marcado pelo pedido peruano de revisão das fronteiras marítimas com o Chile.

O Peru, no ano de 2008, entrou com o processo na Corte Internacional de Justiça de Haia nomeado de “*Maritime Dispute (Peru vs. Chile)*” objetivando uma decisão de revisão da fronteira marítima Chile-Peru com a justificativa de uma revisão do critério de divisão¹⁵, que até então era feita por um paralelo estabelecido no Tratado de Lima, de 1929 e que na época foi resultado de uma decisão pacífica de uma disputa entre as partes (CCRI, 2014).

O Peru se pautou no Direito Internacional para o pedido de revisão, já que as partes faziam parte do chamado Pacto de Bogotá (1948), que prevê o uso de mecanismos de solução pacífica de controvérsias, e suas demandas frente à CIJ foram:

(...) sobre uma disputa concernente, por um lado, “da delimitação das fronteiras entre as zonas marítimas dos dois Estados no Oceano Pacífico, começando do ponto da costa chamado de Concordia... e o ponto final da fronteira terrestre estabelecida objetivada pelo Tratado ... de 3 de Junho de 1929 [Tratado de Lima]” e, por outro lado, o reconhecimento em favor do Peru de uma “zona marítima interna de 200 milhas náuticas da costa peruana” e que seria então pertenceria ao Peru, “mas que o Chile considera ser parte do alto mar” (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 2014 p.8-9 [tradução livre]).

Em março de 2009 foi marcada a data para que o Peru envie um *Memorial* com o pedido. Já para abril de 2010 poderia ser feita uma resposta do Chile, que por sua vez, tem direito a uma réplica do Peru e à uma tréplica do Chile. Em seu *Memorial*, o Chile solicitou à que:

- a) Negar os pedidos do Peru integralmente;
- b) Julgar e decidir que:
 - (i). A respectiva zona marítima intitulada pelo Chile e Peru tem sido integralmente delimitada por um acordo
 - (ii). Aquela zona marítima intitulada está delimitada por uma fronteira seguindo o paralelo de latitude, passando através da fronteira além mar marcada pela fronteira terrestre entre Chile e Peru, conhecida como Marco No. 1, e tendo uma latitude de 18°21'00” S sob WGS 84 dados, e que;

¹⁵ Divisão que fazia parte de alguns estatutos internacionais. Foi necessário um informe dos processos e novas delimitações na OEA, na Comissão Permanente do Pacífico Sul – pela Declaração de Santiago sobre a Zona Marítima de 1952 e o Convênio sobre zona especial fronteira marítima de 1954.

- (iii). Peru não tem intitulada nenhuma zona marítima que se estenda ao sul de tal paralelo. (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 2014 p.12 [tradução livre]).

O Peru, em suas argumentações subsequentes afirmou não reconhecer a existência do *Hito No. 1*, e que a delimitação era injusta diante do corte feito pela então fronteira. O Chile pautou a argumentação de sua tréplica nas reafirmações de fronteiras terrestres e marítimas nos anos de 1968 e 1989, ao construir torres de delimitação, mas também recorreu aos princípios de *pacta sun servanda* e de respeito a fronteiras (Idem, 2014). Ao observarmos o mapa que está no Anexo 4- Mapa A, a região em disputa reivindicada pelo Peru segue o desenho de sua costa, e a área de 200 milhas náuticas incorpora uma parte do que antes era o alto mar.

A Corte liberou o acesso aos processos a Colômbia, Equador e Bolívia, como terceiras partes e que contribuíram com documentações para as alegações do processo (CCRI, 2014). Os trabalhos das decisões então já entraram no governo de Sebastián Piñera, e a decisão da corte sai no fim de seu mandato, envolvendo o reconhecimento do tratado, do Marco No. 1 chilenos, mas a inexistência de uma fronteira marítima.

A partir daí, a decisão oficial da Corte, em janeiro de 2014, foi dividir o limite em trechos (Vide Anexo 4- Mapa B). Acorda que o Trecho A da fronteira marítima começa na interseção do Paralelo da Latitude passando pelo Marco No. 1 e a linha do mar, e continua por 80 milhas náuticas ao longo do paralelo; o trecho B é uma linha reta equidistante de direção Sudeste que segue o desenho das costas dos dois países e segue até o ponto B, que é a o ponto base de 200 milhas náuticas da costa chilena; e o pequeno trecho seguinte segue até o ponto C, numa direção mais a Sul, que é a intersecção das fronteiras marítimas antigas.

Em votação na *Cámara*, o Projeto de Acordo 1000 trata da decisão da Corte, e manifesta a aceitação da mesma, lamentando que Chile ceda 22 mil km² de área, mas adicionando as medidas para o devido reconhecimento da decisão. O resultado da votação foi unânime por sua aprovação. Em seu balanço de governo, Piñera afirmou acatar à decisão da CIJ por respeitar os princípios chilenos de respeito ao Direito Internacional e às instituições internacionais das quais é signatário (CCRI, 2014).

Entre os governos de Bachelet e Piñera as relações com os Estados Unidos foi outro ponto que merece menção, pois geralmente:

es posible advertir desconfianzas mutuas entre Chile y la región, dado que se ha identificado al país como partidario de la participación de Estados Unidos en el continente – a diferencia de los principales referentes sudamericanos, Brasil, Venezuela, Bolivia y Argentina (JARPA Y NEIROT, 2012 p. 54).

Esclarece-se que as relações com os Estados Unidos têm se reforçado desde os anos 90, e que com a mudança do governo parece ter ocorrido uma reaproximação com os contatos de Barack Obama e Sebastián Piñera, mas como um todo, as relações com os Estados Unidos ascenderam com acordos especiais: o *Visa Waiver Program*, ao qual não é preciso visto para cidadãos chilenos com permanência de até 90 dias nos Estados Unidos, as relações de investimento, integração comercial – o Chile e os Estados Unidos têm um acordo de livre comercial desde 2003, e a balança comercial se tornou negativa para o Chile desde 2008 – e esforços de segurança e estabilidade hemisférica, que incluem ações antidrogas e o apoio estadunidense ao Chile no cargo de membro não-permanente do CSONU de 2014-2016 (MEYER, 2014).

No mesmo período, as relações Chile-China passaram por uma fase de intensificação e aumento de importância, e como os outros países do Cone Sul, fazem parte do crescimento econômico e da importância política adquirida pela China. As relações são pragmáticas¹⁶, e prioritariamente comerciais ou econômicas, pautadas no grande mercado chinês e com aspectos de parcerias de cooperação, pois a China não vê o Chile como um parceiro estratégico – como vê o Brasil e Argentina (BERNAL-MEZA, 2013). Mesmo assim a China tem um papel importante na política externa chilena. Além de suas relações comerciais (Chile é o 2º lugar das exportações oriundas da América Latina para a China – pautado em pescados, vinho e uvas, cobre e derivados e madeira), as relações se fortalecem com cooperações científicas, militares e culturais (idem).

A presidente Bachelet, em 2008, em uma ação para fortalecer as relações, assinou uma declaração reconhecendo a China como composta por Taiwan e Tibet; desconsiderando também as violações aos direitos humanos e políticos, por exemplo (Idem). Mesmo assim, o Chile tem na China o principal sócio comercial, apenas um parceiro importante nas relações Ásia-Pacífico.

Todavia, parte da literatura da política externa chilena compartilha da visão de que a política externa de Sebastián Piñera, e seu ministro Alfredo Moreno Charme, exibiu alguns fortes aspectos de continuidade. A América Latina se manteve como prioridade, e favorável a uma maior integração. Destacou a importância do multilateralismo, do respeito aos Direitos Humanos e do regionalismo aberto, com destaque para a participação do empresariado chileno (BUSTAMENTE Y RIVERA, 2011b).

¹⁶ Segundo Bernal-Meza (2013), o Brasil compartilha de mais valores e princípios com a China, enquanto Argentina e Chile priorizam o aspecto comercial.

Piñera, em seu começo de mandato, expôs que mesmo diante do êxito da *Concertación* no poder, algumas mudanças na política externa seriam necessárias para seu aperfeiçoamento. Desde o início expôs a necessidade de reforma do Ministério de Relações Exteriores chileno, e o respeito a seu papel na política externa, que não era mais centralizada. Esta reforma seria necessária para enfrentar os novos desafios do contexto internacional, e Piñera enviaria um modelo de instituição baseado no Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty (YOPO, 2011).

O presidente ainda destacava uma nova visão nas relações com o Brasil, que não era priorizada pela esquerda anteriormente, mas uma nova percepção foi evidente pela projeção global do Brasil e pela importante parceria econômica e comercial. Isso se aplicaria também para fortalecer a parceria com a Argentina. A direita também teria inicialmente uma ideia de reforçar o chamado Arco do Pacífico, para contrabalançar a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e outros projetos anteriores antagônicos às ambições chilenas, rompendo o papel de conciliador ou neutro que o mesmo exercia. Piñera mostrou-se disposto a negociar com Peru e Bolívia, para que as desavenças não isolem o Chile. Isto também poderia ocorrer diante da incompatibilidade de ideologia e orientação que outros países da região. A justificativa de continuidade do pragmatismo seria o interesse nacional e pelo apoio doméstico (YOPO, 2011).

Porém, esta continuidade é questionada diante do não cumprimento de alguns compromissos assumidos para a política externa. A pouca atenção regional dada por Piñera resultou numa mudança na Política Externa: “*La llegada al gobierno de (...) Sebastián Piñera en el año 2010 ha implicado un fuerte desapego a iniciativas reales de integración regional por parte de Chile*” (JARPA Y NEIROT, 2012 p. 51).

Jarpa y Neiro (2012) explicam ainda que apenas as relações econômicas mantiveram sua importância, e que organismos regionais com múltipla agenda sofreram mudanças em sua atenção recebida; e que o tema de integração regional teria atingido um nível meramente discursivo, já que as iniciativas se mantiveram limitadas a cooperação econômico-comercial, infraestrutura e de defesa.

Quanto ao multilateralismo, o mesmo propôs uma reforma a OEA, para que se aumente a democratização e que ideologias não influenciem. Segundo Yopo (2011), o caso da ajuda dada pela UNASUL ao processo de estabilização democrática na Bolívia foi visto como politizado e baseado em afinidades ideológicas. Outra modificação é a importância da Ásia, pois o presidente estima que por volta de 50% das exportações chilenas nos próximos 10 ou

15 anos sejam destinados para lá. E por isso, a China teria um papel atualmente de grande relevância.

No primeiro ano, além das visitas à Brasil, Argentina e Estados Unidos, a política externa chilena foi marcada pelo apoio a reeleição de José Miguel Insulza na OEA, por uma preocupação com a dissidência cubana, por comentário dele para o governo da Venezuela, que produziu mal-estar entre os governantes; houve uma aproximação com a Bolívia; e manifestações da nova ideologia (YOPO, 2011).

Estas manifestações se resumiram a episódios específicos. No encontro da UNASUL de 2010, Piñera afirmou que iria continuar a política externa empregada pela *Concertación*, de coexistência com países ideologicamente divergentes. Mas diante de dificuldades iniciais de implementação do novo governo, um problema derivado da mudança das coalizões foram as nomeações diplomáticas.

Para o Brasil e para a Argentina, regimes de ‘esquerda’, foram nomeados diplomatas da coalizão de centro-direita, causando problemas com a imprensa local. Sendo assim, inicialmente se vê mais continuidade do que mudanças, mas observa-se uma falta de sintonia – como nas nomeações – e ênfases que derivam da posição ideológica, mas o pragmatismo foi mais forte (YOPO, 2011).

O mesmo Yopo (2012), agora em um novo artigo, reafirma a continuidade da política externa pragmática do Chile pelo governo e Piñera, mesmo diante de novos desafios e das antigas falhas na política externa, como a tímida reforma da chancelaria, a necessidade de renovação nas relações com a América Latina, no multilateralismo e na governança global.

Uma vez que a economia chilena está intrinsecamente aliada com a política externa, está baseada na política comercial, e conseqüentemente no acesso a novos mercados e parceiros através da inserção internacional. Com isso, Chile foi um representante do processo de globalização neoliberal (WALDER, 2006). Este foi um pilar de continuidade do governo de Piñera, mas com acentuação no aspecto comercial apenas.

Em 2010, e já sob o governo de Sebastián Piñera, foi ratificado o Tratado Constitutivo da Aliança do Pacífico, entre Piñera e os representantes da Colômbia, do México, do Peru, e Costa Rica e Panamá, como membros observadores com grandes interesses. O Acordo foi institucionalizado em 2012, liberalizando o comércio entre os membros e a livre circulação de pessoas (sem visto, mas ainda sem caráter trabalhista), e nasceu como um projeto idealizado para ser:

(...) un mecanismo de integración económica y comercial abierto a cualquier país. En su pacto, la Alianza reconoce la vigencia de todo tratado bilateral que haya

suscrito cualquiera de los cuatro países signatarios, considerándose que el mejor acceso entre los dos es el que prima en sus relaciones. La Alianza elimina barreras comerciales, así como también las de movilidad de personas y capitales. Es un sistema de integración diferente a otros bloques, pues no tiene un arancel externo común, tampoco un banco central común, ni una moneda única. Fue concebida como un bloque comercial sin participación política en la región (CCRI, 2014, p. 30)

A Aliança do Pacífico é vista como parte do projeto de ‘regionalismo aberto’ do Chile e adquiriu importância no governo de Piñera, que objetivou impulsioná-la diante de seu projeto de aprofundar o comércio de bens, investimentos, capital comum, bem como algumas normas, tudo para a vinculação da região com a Ásia e o Pacífico (SEGOVIA y GAMBOA, 2012). Este acordo seria um contrapeso ao MERCOSUL e o maior bloco econômico e mais bem integrado da América Latina (AMARAL e MATTOS, 2013).

Uma vez que a Aliança do Pacífico apresenta objetivos de fortalecer as relações econômico-comerciais, promoção do desenvolvimento econômico e social e a competitividade dos países membros dando abertura para aprofundamentos, sua ênfase, porém, poderia estar sendo as economias asiáticas e do pacífico, e não da América Latina, e estes países se afastam cada vez mais dos seus vizinhos diante de um embasamento ideológico pautado na abertura comercial, provocando efeitos diversos à proposta inicial e objetivos chilenos (JARPA Y NEIROT, 2012).

E não são apenas estas autoras que afirmam isso. Em um estudo comparativo sobre a importância da política comercial na integração regional de Chile e da Venezuela, García-Ortiz e Valenzuela (2013: 60) afirmam que:

Pinera's government marks an important shift. The Pacific Alliance is a clear example of this change, maintaining regional focus, but limited to a purely commercial integration. The progress of this initiative, aimed at integration nonbinding unlike MERCOSUR, has generated support and recognition in other countries in the region like Panama and Costa Rica. In this project, what is central and relevant are trade and governments had to become a catalyst for business activities and not use it like an instance of political discussion.

Este trecho mostra que houve uma diferenciação da ênfase da integração regional e no comércio, se comparado com os governos anteriores, pois sua ênfase no aspecto econômico e comercial interrompeu um crescimento do aspecto político da integração chilena iniciado com Bachelet.

E com base neste aspecto de integração regional que as mesmas Jarpa e Neiro (2012), afirmam que o governo de Piñera foi caracterizado por um critério de seleção dos países, pois teria uma tendência evidente de associação com países no mesmo espectro ideológico, isto é, governos de direita, e de mesma visão econômica ou política na região

Outro acordo transcontinental da qual o Chile faz parte é o Acordo Trans-Pacífico (*Trans-pacific Partnership*, *TPP* por sua sigla em inglês). Este projeto busca criar e impulsionar a maior zona de livre comércio do mundo, e as negociações dos termos começaram no governo de Piñera. Os objetivos se pautam no incentivo ao comércio de bens e serviços, criação de novos postos de empregos e o benefício aos consumidores, desenvolvimento de produções e cadeias de abastecimento integradas entre os membros, ser um fórum de regulação e governança, criando regras e harmonizações entre os membros (AMARAL e MATTOS, 2013). Atualmente nove países participam do TPP: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, e Vietnã. O TPP é ‘um mega-acordo’ que integra aspectos tarifários, barreiras não tarifárias, comércio de serviços, investimentos, proteção do meio ambiente, de legislação trabalhista, propriedade intelectual e de produção (CONTRERAS, 2013).

O acordo e seus termos ainda estão em negociação, e assim como a Aliança do Pacífico, deram margem para um questionamento sobre sua continuidade com o retorno de Bachelet ao governo em 2014 (IBAÑEZ, 2014) já que são acordos pró-Estados Unidos e que não englobam muitos países da América Latina (NÚÑEZ, 2014).

Desde o início de seu governo Piñera já enfatizava a intensificação das relações Ásia-Pacífico para o aumento do comércio chileno, em especial com a China, mas enfatizava também uma busca de relações privilegiadas com os Estados Unidos (CCRI, 2010). Mas em seu balanço de governo – em discurso numa cerimônia do CCRI – o presidente expôs que respeitou aos princípios criou novas plataformas de inserção internacional política, econômica, científica e cultural; que priorizou a América latina; enfatizou os incentivos a novos tratados comerciais e ao impulso dado à Aliança do Pacífico e ao TPP, participação no G-20, reunião da CELAC no Chile e visitas de mais de 50 autoridades internacionais (CCRI, 2014).

Contudo, a política externa chilena durante a troca de governos passou por mudanças de ênfase e objetivos. O governo de Bachelet, dando continuidade aos projetos da *Concertación*, iniciou uma política externa de vias políticas e comerciais, como a atuação na UNASUL. Já o governo de Piñera enfatizou o aspecto comercial, respeitou os princípios e objetivos da Política Externa do Chile, mas com poucas atuações na área da política internacional, e uma mudança de ênfase nos aspectos de integração regional, que mesmo mantendo as relações com Brasil e Argentina, enfatizou as relações com Colômbia, México

e Peru, secundarizando a integração política e priorizando os megablocos comerciais como a Aliança do Pacífico e o Trans-Pacific Partnership.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

Após a breve discussão teórica deste trabalho, esta seção tratará da metodologia do mesmo, o que inclui o desenho e método de pesquisa. Como já citado na introdução, este trabalho se apresenta como uma pesquisa mista e predominantemente quantitativa do campo das Relações Internacionais, mais especificamente, um estudo de caso de uma subunidade, a fim de discutir e compreender o comportamento legislativo e sua relação com a política externa no período de 2006-2014.

A parte qualitativa da pesquisa, por sua vez, já foi quase completamente apresentada, e envolve a exposição das discussões e pressupostos teóricos, da contextualização e síntese de eventos e fenômenos que tenham ocorrido no período e que se apresentam como relevantes para a análise.

A parte quantitativa estará aqui representada pela análise dos votos nominais, que permite inferências sobre o comportamento dos deputados, uma vez que o voto é a representação e manifestação das preferências dos legisladores, mas não necessariamente as esclarece ou justifica suas motivações subjetivas para um dado posicionamento, uma vez que tais preferências estão associadas com fatores pessoais e políticos, como eleitorado, orientação da liderança partidária, grupos de pressão, ideologia, entre outros que necessitam de uma análise individualista. E ambas as partes serão reunidas na sessão 6 para que se possam argumentar as conclusões do presente trabalho.

Como já dito anteriormente, esta pesquisa é um estudo de caso da *Cámara de Diputados* do Chile. Sabe-se também que diante da mudança nos grupos no poder, objetiva-se testar hipóteses sobre uma modificação no comportamento dos deputados em temas de política externa, e uma consequente mudança na política externa chilena. Já apresentamos que Hudson (2003; 2005) expõe que os fatores explicativos da Análise de Política Externa são aqueles fatores que influenciam a tomada de decisão, bem como os tomadores, entre eles os deputados. Ao relembrarmos a pergunta de pesquisa que norteia este trabalho – *Como é o comportamento dos legisladores em temas de política externa?* – evidencia-se como a variável dependente o comportamento legislativo, e como lembrado na introdução do presente trabalho, o estudo do legislativo e o uso de votações nominais são ferramentas úteis para sua compreensão.

Um estudo de caso do Chile faz-se, assim, oportuno, diante das suas vantagens metodológicas, pois as inferências oriundas de um estudo de caso podem contribuir com

instrumentos analíticos em estudos de outros Estados, e como um tipo de pesquisa comparada, tem como principal característica a análise aprofundada de um Estado como unidade, mas que pode ser dividido em unidades menores ao longo do tempo e espaço (LANDMAN, 2008). E no caso da presente pesquisa, a unidade de análise será a *Cámara de Diputados* chilena do período de 2006-2014, ou seja, duas legislaturas¹⁷.

Estudos de caso permitem o estudo dos fenômenos complexos das Relações Internacionais e Ciência Política, ao utilizar um padronizado e rigoroso conjunto de preceitos (BENNETT and ELMAN, 2007). Os estudos de caso são um tipo de pesquisa comparada ao passo que é possível a obtenção de números de observações satisfatórios, reforçando a inferência e a qualidade comparativa (LANDMAN, 2008).

Landman (2008) expõe também que estes preceitos devem se pautar nas possibilidades do estudo de caso – como uma rica descrição contextual, teste de hipóteses e análise de casos desviantes; podendo seguir as seguintes etapas: descrição contextual, classificações e hipóteses propícias para a devida explicação, e que dependendo do desenho de pesquisa, provém a identificação de variáveis e relações causais, e ainda relaciona o caso com teorias e estudos anteriores.

A primeira etapa consiste na descrição contextual dos casos, pois isto auxilia no conhecimento do perfil e ações do país/subunidades. Prioriza-se a problematização envolvida no caso e sua descrição. O passo seguinte é a classificação, que organiza os casos e os dados em semelhantes e não. Esta diferenciação agrupa os casos através de características identificadas e compartilhadas. O terceiro passo, o teste das hipóteses, então serve para validar ou não as teorias utilizadas e auxiliar na construção da proposição geral final. Após as etapas de classificação e descrição, alguns casos ou variáveis se destacam e a comparação pode então ser feita para explicar o processo, além de validar ou não hipóteses das perspectivas teóricas escolhidas (LANDMAN, 2008). A partir destas etapas é possível compreender a relação existente entre as unidades e a teoria. Deve-se então construir a explicação ou demonstrar a relação encontrada. Pode-se verificar sua aplicabilidade a outros casos e em determinados contextos, tornando o resultado instrumento de previsibilidade em outros casos.

¹⁷ Como evidenciado até aqui, a utilização dos estudos de caso na política comparada podem dar a compreensão necessária à casos, que ganham importância se forem ser desviantes ou típicos, possibilitando generalizações para outros casos. No caso do Chile, entretanto, a escolha não foi feita com o intuito principal de gerar generalizações sobre o comportamento legislativo em política externa em outros casos de superpresidencialismo de coalizão, e nem foi feita com o intuito de estudar um caso desviante.

Anterior, porém, deve ser a criteriosa seleção do caso um dos passos metodológicos mais importantes, pois o estudo de caso e sua seleção está entrelaçada, isso se o objetivo de representação dos outros casos semelhantes for a justificativa da pesquisa, ou se for uma comparação n-pequeno (SEAWRIGHT and GERRING, 2008). Neste caso, a seleção do Chile não tem como objetivo primário a generalização dos resultados encontrados a casos semelhantes, apenas a compreensão do comportamento legislativo e se possível dos desdobramentos da troca de coalizões no Chile e suas consequências na política externa. Por isso, estes mesmos autores afirmam que o viés de seleção se torna minimizado.

Ao explorar a capacidade de testar teorias e explicações, este estudo de caso utiliza-se de hipóteses baseadas numa literatura anterior sobre comportamento legislativo em política externa. Como explicitado por Van Evera (1997), as hipóteses são parte de uma dada teoria e relacionam a variável dependente e as independentes a fim da formulação de explicações e relações causais. Como uma relação conjuntural, as hipóteses são probabilísticas e podem ser causais ou não causais.

Ao partir de análises anteriores do comportamento legislativo apresentadas anteriormente e incluindo algumas específicas do Chile¹⁸, a hipóteses sobre o comportamento baseiam-se na afirmação de que o sistema partidário interfere na relação executivo-legislativo do governo, e que conseqüentemente, na política externa. A partir disso, os comportamentos podem ser estratégicos ou ideológicos, e por isso, escolhemos as variáveis *ideologia* e *o pertencimento ou não ao governo* para inferir na forma das hipóteses, já apresentadas na introdução.

Porém, uma vez que o comportamento legislativo está, como compreendido na revisão da literatura, relacionado com a política externa chilena, é possível expandir as relações e produzir questionamentos e hipóteses secundárias sobre a continuidade ou as mudanças na política externa chilena com a troca de coalizões diante da troca de ideologias e percepções sobre a posição internacional do Chile e o sistema internacional.

Segundo Van Evera (1997), existem duas maneiras básicas para testar as hipóteses: experimentação e observação. Para casos das ciências sociais, a observação pode ser utilizada em dois tipos de pesquisa: n-grande e o estudo de caso. Nestes, é possível observar se predições se aplicam a determinado evento ou se atores agem conforme as teorias

¹⁸ Em especial: Carey, 2002; Feliú, 2008; Feliú, Oliveira e Galdino, 2009.

previram, o que se objetiva neste estudo. Por isso a seguir será feita uma síntese das etapas deste trabalho e do processo de testes das variáveis.

3.1. ETAPAS DO TRABALHO

Composto de uma etapa quantitativa e uma qualitativa, o presente trabalho objetiva, em outras palavras, testar se as variáveis expostas como relevantes nas análises anteriores continuam como significativas mesmo com a troca de governos. A etapa quantitativa composta pela apresentação de dados descritivos, dos pontos ideais e da regressão logística, é resultante das votações recolhidas do período e serão os meios de teste das variáveis das hipóteses.

Complementar à esta etapa, a etapa qualitativa, que inclui a apresentação dos pressupostos da APE, estudos de caso do Chile anteriores e a descrição dos principais eventos do período, ao serem relacionadas com o resultado da etapa quantitativa, proverão informações para a explicação do comportamento legislativo. E para um estudo mais aprofundado das consequências na política externa chilena, algumas votações consideradas importantes por seu conteúdo ou resultado serão apresentadas em uma seção mais adiante, para que possa ser mais discutida as diferenças de posicionamento nas duas legislaturas.

O estudo do caso chileno foi dividido em etapas: a coleta das votações e outras informações dos deputados, a pesquisa bibliográfica, a execução de testes estatísticos, leitura e escrita da parte qualitativa, relação entre os resultados, estudo de votações importantes e a formulação de conclusões, bem como escrita do presente trabalho.

Obedeceu-se ao recorte de 2006-2014¹⁹, ou seja, o período de dois mandatos presidenciais e/ou duas legislaturas da Câmara dos Deputados chilena. Uma legislatura corresponde ao período de mandato dos deputados, e conseqüentemente, da composição do corpo legislativo, que no Chile é de 4 anos, com renovação total. Entretanto, a taxa de reeleição dos legisladores no Chile é a mais alta na América Latina, em torno de 60%, o que faz com que existam políticos que perduram por vários mandatos, são os chamados legisladores profissionais (STEIN, et al *apud* BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011a). Lembrando apenas que cada ano da atividade legislativa no Chile se inicia no décimo

¹⁹ Naquele país, as votações nominais e eletrônicas estão disponíveis datando desde 1990. Oriundo de sua Dissertação de Mestrado bem como de sua Tese de Doutorado, um dos professores orientadores do presente trabalho, Dr. Pedro Feliú Ribeiro, já possui votações correspondentes aos períodos anteriores. Por isso, o recorte histórico escolhido foi o das duas últimas legislaturas: 2006-2010 e 2010-2014.

primeiro (11º) dia do mês de março e se encerra no décimo dia (10º) de março do ano seguinte.

O primeiro passo foi o recolhimento das votações nominais (vide subseção seguinte) e a confecção do banco de dados. As 547 votações recolhidas, do período de 2006 a 2014, em política externa correspondente ao Chile, foram classificadas nos seguintes subtemas²⁰ da Política externa: Política comercial; Política de Segurança e Defesa; MERCOSUL/UNASUL; Meio Ambiente; Cooperação Internacional; Direitos Humanos; Infraestrutura; Diplomacia; e Chancelaria.

Após o recolhimento das votações, um aprofundamento na literatura foi importante para a compreensão da pergunta de pesquisa e das hipóteses. No material bibliográfico estavam incluídos textos de referência em APE, política externa do Chile, política internacional, sistemas partidários, comportamento legislativo, história política e econômica do Chile, políticas de defesa e segurança, etc. Adiciona-se à isso estudos sobre descrição e tratamento de dados quantitativos e os testes estatísticos pertinentes a metodologia do presente trabalho.

A etapa quantitativa da pesquisa foi feita em seguida. As votações foram comparadas entre si a fim de observar votações semelhantes e do comportamento dos deputados, divididos pelo partido ao qual foi eleito. E juntamente com a escrita deste trabalho, as conclusões foram feitas com base na relação da pergunta de pesquisa com os resultados dos dados com o conhecimento adquirido na etapa qualitativa da pesquisa.

Para iniciar a exposição dos resultados deste trabalho, a seção a seguir apresenta fundamentalmente os pressupostos envolvidos nos dados descritivos das votações, os pontos ideias dos deputados e a regressão logística. Contudo, esses resultados serão o ponto de partida da conclusão do trabalho.

3.2. O USO DE VOTAÇÕES NOMINAIS

As votações nominais são votos registrados em sessões de entidades deliberativas, como por exemplo, sessões do Congresso ou mesmo da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E como exposto anteriormente, o estudo do legislativo pressupõe o uso do voto nominal como ferramenta primária, e já que pode ser utilizado para a estimação dos pontos ideais dos votantes e para o teste das teorias de comportamento

²⁰ Os critérios são apresentados na Tabela 6 deste trabalho.

legislativo, o voto nominal pode ser utilizado em estudos empíricos do legislativo (CLINTON, JACKMAN and RIVERS, 2004).

Nem sempre os Estados disponibilizam todas as votações de sua atividade legislativa, podendo ocorrer até mesmo votações secretas, comprometendo a amostragem para estudos (FELIÚ, 2012). Entretanto, o Chile é um dos poucos países que disponibiliza integralmente sua atividade legislativa no site da *Cámara de Diputados*²¹, contribuindo com a justificativa de escolha do mesmo como objeto de estudo do presente estudo.

As votações nominais utilizadas foram recolhidas pelo voto de cada deputado, e os votos a favor e os contra, bem como a abstenção e a ausência do pleito foram codificados em: 1-Sim; 6-Não; 3- Abstenção; 9-Ausente. Ao considerar que as votações no Chile estão disponíveis por data, sessão ou por seu conteúdo, houve um refino das mesmas com base no conceito de política externa, já esclarecido na seção referente ao Marco Teórico. E no banco de dados produzido, as votações foram coletadas e preenchidas seguindo esta disposição de características: a legislatura, o resultado, a polarização, seu tema e conteúdo. Ao todo, foram recolhidas 547 votações em 9 diferentes subtemas.

3.3. OS PONTOS IDEAIS

As votações nominais possibilitaram a confecção de dois mapas dos pontos espaciais dos deputados chilenos, que serão apresentados na seção seguinte. Os pontos ideais auxiliam na descrição do legislador e da legislatura, relevando o como distinções entre os votantes refletem, por exemplo, a coesão partidária ou a polarização entre os participantes (CLINTON, JACKMAN and RIVERS, 2004).

Esta técnica espacial de análise se utiliza das propriedades das votações nominais e é uma ferramenta útil para o estudo do comportamento legislativo, já que apresenta potencial de revelar aspectos subjacentes do comportamento do votante, e é útil ainda para testar hipóteses de preferências dos atores ou explorar padrões através de dados (CARROLL and POOLE, 2014).

E ainda segundo os autores, o ponto ideal de cada legislador é um ponto abstrato numa dimensão (espaço euclidiano):

“The application of spatial models of choice and judgment to measure the behavior of legislators is built upon applying statistical procedures that analyse

²¹ Acesse: http://camara.cl/trabajamos/sala_votaciones.aspx.

observed data and extract latent (i.e., abstract) dimensions upon which the objects or subjects can placed” (Idem, 2014:2).

Este ponto abstrato, entretanto, representa uma ‘escolha’ que maximizaria o voto do deputado, isto é, diante de uma determinada política, os deputados comparariam o *status quo* com a mesma, já que seu ponto ideal é “uma posição política que derrota todas as outras” (FELIÚ, 2012), e esta distância interferiria em sua opção (entre o ponto ideal-status quo; e ponto ideal-política proposta), pois, probabilisticamente, sua escolha seria pelas políticas mais próximas a seu ponto ideal, ou se estiverem mais distantes, optariam pelo *status quo*²².

Assim, o método dos pontos ideais pressupõe a teoria espacial do voto, marcando as preferências estimadas por meio do agrupamento dos resultados das votações nominais, e é útil para inferir sobre a distância relativa dos deputados e partidos, assim como o ordenamento deles nas dimensões esquerda-direita, o que é sintetizado no seguinte trecho:

O ponto ideal de cada legislador é representado por um ponto no espaço euclidiano, e cada votação é representada por dois pontos, um para sim e outro para não. Em cada votação, o legislador vota pelo resultado mais próximo a seu ponto, ao menos probabilisticamente. O resultado desses pontos conforma um mapa espacial que resume as votações nominais (POOLE *apud* FELIÚ, OLIVEIRA E GALDINO, 2009: 9).

O que significa que entre os modelos espaciais de análise de votos é possível o estabelecimento de uma linha:

“The common thread of all spatial (geometric) models of voting in the notion that a vote is based on the distance between a respondent’s or legislator’s ideal point and a policy proposal” (CARROLL and POOLE, 2014: 7).

Contudo, a utilização da estimação dos pontos ideais é pertinente à problemática deste trabalho, a utilizando para a mensuração da variável ideologia (utilizada como primeira dimensão dos mapas) e o posicionamento espacial dos deputados no espectro direita-esquerda, proporcionando também interpretações sobre a coesão das coalizões do Chile.

3.4. REGRESSÃO LOGÍSTICA

A outra variável a ser analisada sobre o comportamento legislativo é a probabilidade de apoio às iniciativas presidenciais. Para isso, será utilizado a regressão logística, que é um tipo de regressão, e: “pode prever em qual das duas categorias uma observação é mais

²² Ver GODBOUT, 2010.

provável de pertencer, dada a disposição de informações sobre essa observação” (FELIÚ, 2012: 63).

A regressão busca uma correlação de variáveis quantitativas, isto é, a percepção de que quando duas variáveis estão relacionadas, caso haja mudanças em uma das variáveis e em caso de correlação, a outra variável desvia de forma semelhante ou proporcionalmente oposta, mas que não necessariamente significa causalidade ou indica a direção da correlação (MATSUMOTO, 2011).

Tanto a regressão linear quanto a logística pressupõem “um referencial teórico que justifique a adoção de alguma relação matemática de causalidade” (BARBETTA, 2006: 267). Ambos os tipos de teste de correlação preveem observações pareadas, isto é, um dado valor da VI (nomeada de y , por exemplo) corresponderá a um dado valor da VD (nomeada de x , por exemplo) (Idem), possibilitando previsões e estimações de valores futuros).

Ambas apresentam como pressupostos: as variáveis pertinentes ao modelo; as VIs diferentes de 0, que não se relacionem com variáveis externas e que sejam independentes dos valores da VD; os resultados das VDs seguiriam sobre uma ‘linha’ ou ‘curva’; existe a independência do erro, ou seja, ocorrem resíduos aos quais as variáveis não estão correlacionadas; e não há uma perfeita multicolinearidade, i.e., não há uma relação perfeita entre as duas variáveis, conseqüentemente, as VIs não são perfeitamente relacionadas²³ (MATSUMOTO, 2011).

Diante da semelhança entre regressão logística e regressão linear, aquela apresenta a particularidade de obrigatoriamente a VD ser uma variável categórica; as VIs a serem testadas podem ser contínuas ou categóricas. Um ajuste é feito para que o respeito ao pressuposto de linearidade da regressão linear seja mantido no caso de uma variável categórica, isto é, a equação transforma os dados categóricos em contínuos por meio da transformação logarítmica e os resultados são correlações quase perfeitas¹⁴ (MATSUMOTO, 2011).

No presente caso, a variável categoria é o apoio ao presidente – voto ‘sim’ – e a discordância – o voto não. As variáveis a que se busca relação de probabilidade de voto é o pertencer à coalizão do governo ou não, representada na primeira dimensão como o espectro ideológico esquerda-direita²⁴. Houve uma seleção das votações que foram apenas de

²³ Não existe correlação perfeita considerando que isso resultaria em infinitos números de combinações entre os coeficientes. O que há na realidade são correlações quase perfeitas, significando que existem casos em que a relação não se aplica, o que chama-se de resíduo (MATSUMOTO, 2011)

²⁴ Reitera-se assim que as variáveis independentes do presente estudo não são excludentes entre si.

iniciativa presidencial e polarizadas. Assim, os resultados produzidos mostram a probabilidade do deputado votar a favor do presidente a depender de seu pertencimento à coalizão.

Na seção 4 a seguir serão apresentados os resultados do estudo das votações nominais recolhidas nesta pesquisa, incluindo os dados descritivos de resultados, subtema e polarização, os mapas de pontos ideais e as regressões logísticas.

CAPÍTULO 4. RESULTADOS

Esta seção apresentará dados oriundos das votações recolhidas correspondentes aos períodos das legislaturas chilenas de número 354 até a de número 361, correspondentes ao período de 10 de março de 2006 até 10 de março de 2014. Foram recolhidas no total 547 votações nominais consideradas como pertencentes à política externa chilena e que serão descritivamente apresentadas e analisadas a seguir.

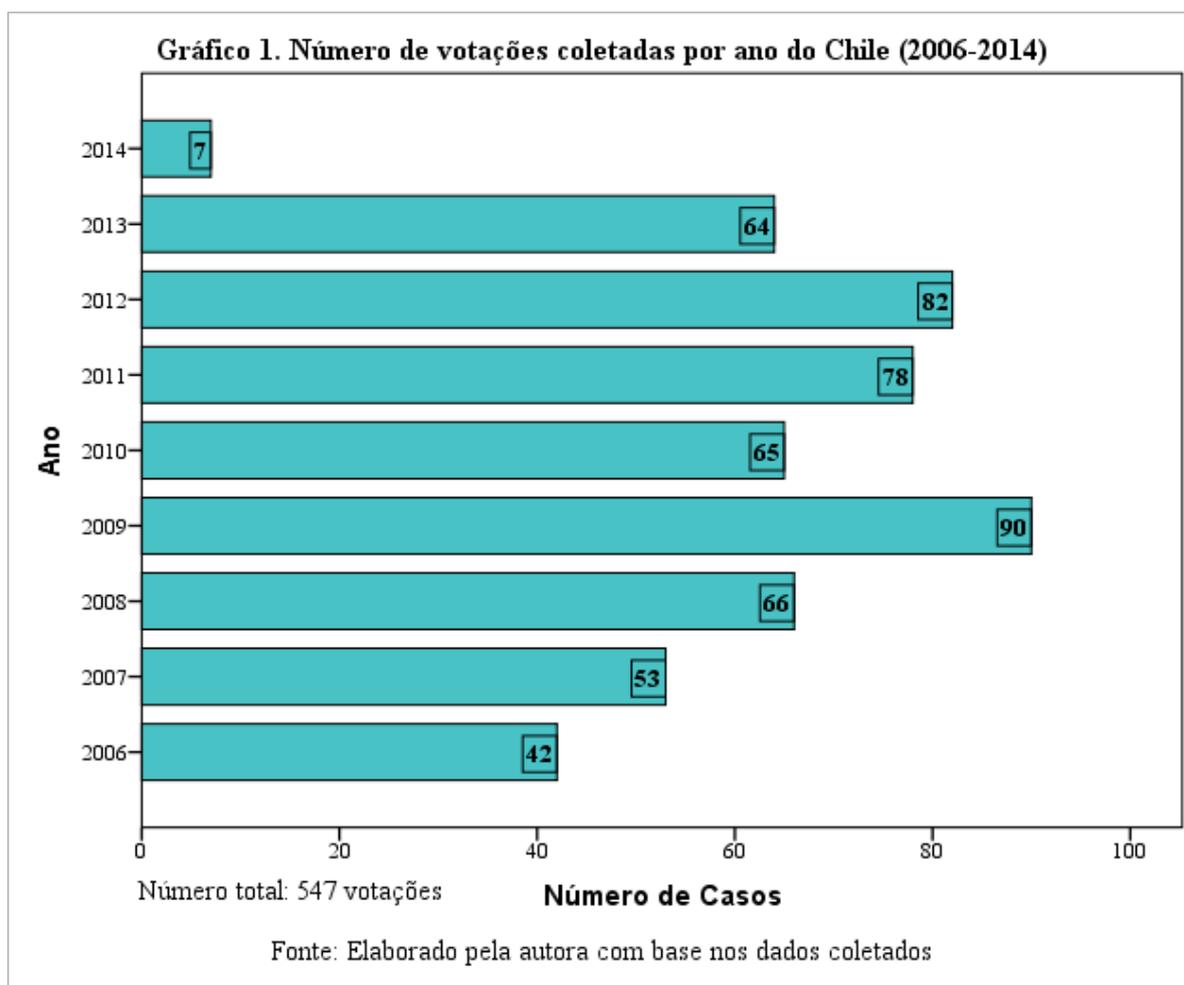
4.1. DADOS DESCRITIVOS DAS VOTAÇÕES

Para início da exposição da pesquisa, esta seção está destinada aos dados descritivos obtidos. Este passo consiste na descrição dos dados obtidos, seus valores e pontuações em cada variável, que aqui podem ser os temas, o ano ou a legislatura.

No aspecto da tomada de decisão em política externa, no Chile existiam apenas duas comissões permanentes envolvidas diretamente com os temas: a de Defesa Nacional e a de Política Externa, assuntos interparlamentares e Integração Regional. Ambas estão tanto no Senado como na Câmara. Entretanto, o boletín de nº 7787-10 cria, em 2012, a Comissão Mista Permanente de Relações Exteriores, Assuntos Interparlamentares e Integração Latino-americana. Todas as iniciativas em política externa passaram por essas comissões.

Para iniciar a análise das votações, o gráfico 1 a seguir mostra o número de votações por ano. Relembrando que o período de atividade legislativa no ano de 2006 e de 2014 é menor devido ao calendário da legislatura, por isso o número de votações e dados nestes anos é reduzida. No ano de 2009 houve o maior número de votações recolhidas em questões de Política Externa.

Ao agrupar os anos nos dois mandatos presidenciais, observamos que no mandato de Michelle Bachelet houve um aumento contínuo no número de votações em política Externa. O mandato de Sebastián Piñera teve eventos adversos complicadores para os aspectos políticos, como o terremoto, e seu primeiro ano de mandato foi o de menor atividade em plenário, com uma recuperação nos dois anos seguintes e uma redução de atividade nos dois últimos anos de seu mandato.



E para completar a análise inicial das votações foi confeccionada uma tabela com dados oficiais dos anos de 2006-2013 compilados, já que os dados de 2014 só serão divulgados no ano de 2015. A Tabela 1, auxilia o entendimento do processo legislativo e a Política Externa chilena. Os números oficiais disponibilizados pela própria *Cámara de Diputados* indicam que, mesmo oscilando, mais da metade do processo legislativo está nesta casa do governo, o que elucida a justificativa dada na introdução do presente trabalho sobre a escolha da *Cámara* como unidade de análise. Nos casos de política externa, a maioria das iniciativas e trâmites também se encontra na *Cámara*, vide tabela 1

Tabela 1 - Compilação de Dados Oficiais da Câmara de Diputados de Chile (2006-2013)								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% de Participação da Câmara de Diputados	79%	69%	80 %	75%	63 %	67%	73%	63%
Projetos tramitados na Câmara de Diputados	556	880	643	481	588	728	631	461
Resultados Gerais da Câmara	Unânicos	8%	2,9%	4,5%	1%	-	-	-
	Aprovadas	74%	87%	75%	73%	69 %	77 %	65%
	Rejeitadas	8%	8,2%	8,9%	6,3%	10%	5,3%	7%*
	Sin Quórum	1,1%	1,6%	2%	2,4%	4,1%	-	-
Número de iniciativas internacionais (Leis, Acordos, Tratados e Convênios Internacionais) do Congreso Chileno	88	103	102	115	96	87	108	84
Leis, Acordos, Tratados e Convênios Internacionais apenas da Câmara	72	80	91	97	77	63	79	64
Porcentagem	(81%)	(77%)	(89%)	(84%)	(80%)	(72%)	(73%)	(76%)
Grande Área temática (internacional)	Área Político-Institucional	37%	32%	38%	39%	30%	25%	37%
	Área Social	14%	18%	22%	16%	17%	19%	29%
	Área Econômico-Produtivo	29%	27%	28%	39%	32%	27%	32%

Tabela 1 Fonte: Compilação de dados oriundos dos relatórios “Resumen Estadístico Labor Legislativa” dos anos de 2006 a 2013. Disponíveis em: http://www.camara.cl/camara/camara_estadisticas.aspx

O Gráficos 1 e a Tabela 1, ao serem comparados, mostram que o número de votações recolhidas foi, em alguns anos, inferior aos números oficiais, mas a diferença não representa invalidação da pesquisa ou de seus resultados. Ressalva-se que o refino das votações foi feito por sua matéria, e não pela classificação oficial.

É interessante observar na Tabela 1 que os dados oficiais específicos das atividades internacionais demonstram que em todas as mesmas três grandes áreas do trabalho legislativo chileno (política-institucional, social e econômica-produtiva) houve projetos em Política Externa, e em sua grande maioria, de aspectos político-institucionais.

Outro dado que chama a atenção são os resultados gerais da *Cámara*. A porcentagem de aprovação oscila ao longo dos anos, e no ano de 2013 chega a menos da metade. As aprovações na *Cámara* no mandato de Bachelet (2006-2010) estiveram na média de 77,25% de aprovação, enquanto que no governo de Piñera as aprovações ficaram em porcentagem menor, de 63,5%. A taxa de rejeição não apresentou mudanças acentuadas, considerando também que uma mudança no cálculo da rejeição precisou ser feita nos anos de 2012-2013. Não foram divulgados os resultados gerais, então este valor corresponde a taxa de rejeição dos projetos de acordo, que são apenas as iniciativas da Câmara dos Deputados. Outra informação que prejudicou a compilação foi que, desde 2009, não foram divulgados os resultados das sessões *sin quórum* para que se pudesse ter uma ideia da razão de um nível tão baixo de aprovações e do aumento das sessões *sin quórum* do governo de Piñera.

Ainda sobre a atividade legislativa do período, e já introduzindo a exposição das votações recolhidas, duas tabelas a seguir nos apresentam o panorama da entrada das resoluções a serem votadas. A Tabela 2 mostra a porcentagem das iniciativas das votações coletadas, que em sua maioria foram presidenciais. Mas é interessante pôr em evidencia a participação legislativa também na política externa, principalmente através dos Projetos de Acordo, o que revela um papel do legislativo na política externa não só como moderador.

	2006-2010	%	2010-2014	%
Câmara dos Deputados	91	35%	113	39%
Presidente	160	61%	171	59%
Senado	9	0,03%	3	0,01%
Total	260	100%	287	100%

Tabela 2. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados

A Tabela 3, por sua vez, agrupa os tipos de votações recolhidas, que são classificadas oficialmente como: *mensaje*, iniciativas do executivo para a *Cámara* ou o Senado, que somaram 63% do total; *Moción*, que é uma entrada feita por deputados ou senadores, e do total, correspondeu a pouco mais de 5%; e os *Proyectos de Acuerdo*, que têm origem na *Cámara* e destino ao presidente, com o objetivo de sugerir ações ou obter um pronunciamento de outras instituições do governo (CAMARA DE DIPUTADOS DE CHILE, s/d).

	2006-2010	%	2010-2014	%
Mensaje	162	62%	184	64%
Moción	21	8%	8	2%
Proyecto de acuerdo	77	29%	95	33%
Total	260	100%	287	100%

Tabela 3. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados

Em seção anterior foi exposto que, segundo alguns autores²⁵, o período foi conturbado, politicamente, com a primeira vez em anos de um governo sem a maioria na *Cámara* e Senado, e mal coordenado politicamente, o que pode corroborar para uma redução no número de aprovações, mas inferências deste tipo não puderam ser feitas pela indisponibilidade daqueles dados, nos dados oficiais e na literatura que afirmou isso.

A pesquisa compara dois períodos de governo de coalizões diferentes. Diante desta troca, é interessante observarmos também as mudanças na distribuição de partidos na *Cámara*, como resultado do modelo eleitoral chileno. As eleições constroem os eleitos a serem em sua maioria pertencentes ao partido/coalizão do presidente, como já citado anteriormente por Carey (2006) e Siavelis (2001), favorecendo o funcionamento do sistema representativo cooperativo, mas que funciona através da barganha e concessões entre o executivo-legislativo.

E com a troca das coalizões, observou-se uma nova organização das coalizões também na *Cámara* - como mostramos a seguir na Tabela 2 e nos gráficos 2 e 3. A *Concertación* que no período de 2006-2010 tinha 52% da *Cámara*, no período de 2010-2014 passa a 43,1%. Já a *Alianza/Coalición por el Cambio* passam de 43% para 48% dos deputados. E observe ainda que houve um aumento do número de deputados sem aliança.

²⁵ Por exemplo: Segovia e Gamboa (2011); Funk (2009); Fernández-Ramil (2009)

Tabela 4. Deputados por coalizão partidária do Chile

Alianças Partidárias	2006-2010	% total	2010-2014	% total
Sem Aliança	6	4,9%	10	8,1%
<i>Alianza/ Coalición por el Cambio</i>	53	43%	60	48,8%
<i>Concertación de partidos</i>	64	52,0%	53	43,1%
Total	123	100%	123	100%

Tabela 4: Fonte: elaboração própria com base nos dados das eleições do Chile

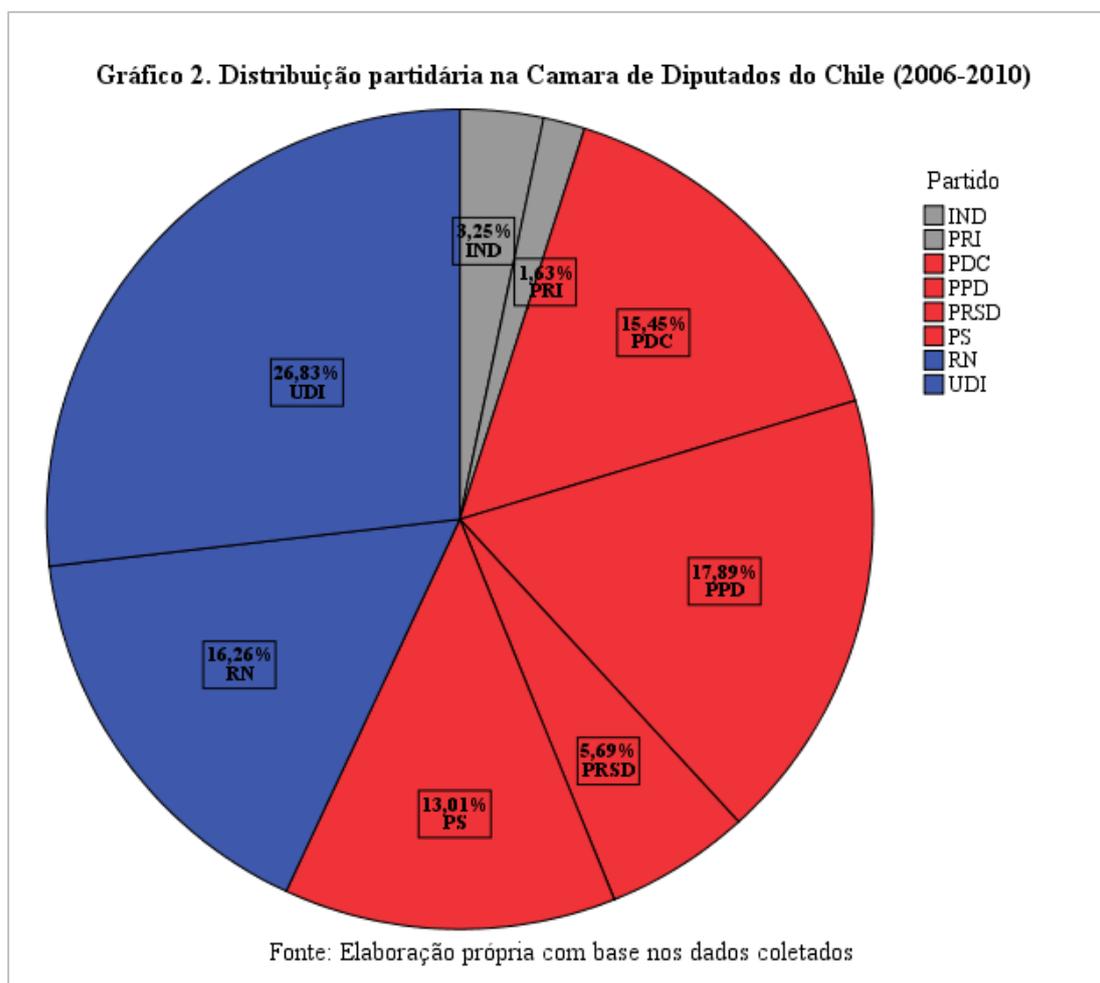
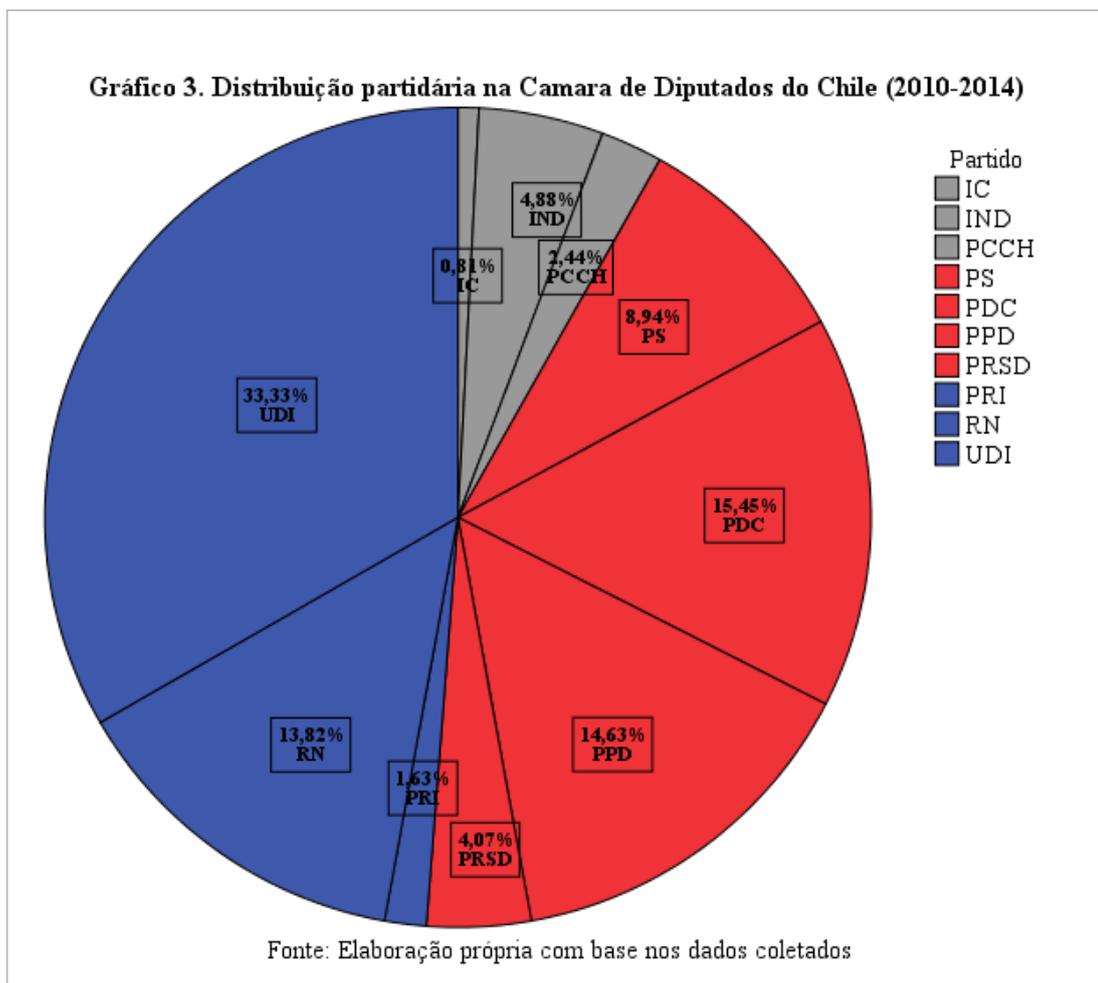


Gráfico 3. Distribuição partidária na Câmara de Deputados do Chile (2010-2014)



Gráficos 2 e 3: As partes do gráfico pintadas em vermelho correspondem à *Concertación* (centro-esquerda chilena e coalizão do primeiro governo de Michelle Bachelet). E as partes em azul representam a *Alianza/Coalición por el cambio* (centro-direita chilena, do governo de Sebastián Piñera).

Os dados mostram que no mandato de Bachelet (2006-2010), a coalizão da oposição tinha uma grande representação, mesmo que os dados de seu período não indicaram falta de cooperação política. Entretanto, no mandato de Piñera, a maioria foi menor do que no governo anterior, mas a coalizão da oposição também teve menos representantes, isso fez com que os deputados sem aliança ganhassem importância na negociação para uma relação articulada do executivo-legislativo, e os dados das votações *sin quórum* e o aumento da taxa de rejeição (ano de 2011) das votações recolhidas - mostrados mais a frente - mostram que houve relativa indisposição do legislativo nos primeiros dois anos de governo da nova coalizão²⁶.

²⁶ A razão pela qual os valores de 2014 sofreram tamanha redução foi o baixo número de votações, apenas 7 votações, devido ao recesso dos deputados e por serem considerados apenas os 3 primeiros meses deste ano.

Após esta breve e simples análise sobre os dados políticos e oficiais, a análise a partir das votações nominais em política externa pode ser aprofundada. Para começar apresentaremos os temas da agenda internacional chilena, a polarização das votações e uma descrição mais detalhada dos resultados das votações recolhidas.

Para compreender a agenda da política externa do Chile através do trabalho da *Cámara* no período, as votações foram classificadas em um dos 9 subtemas de acordo com o seu conteúdo, e foram produzidos duas tabelas e dois gráficos para descrever este aspecto. A tabela 5 apresenta o total das votações de cada subtema e a Tabela 6 mais a frente descreve cada subtema e apresenta as matérias de algumas votações recolhidas que os representam. Os gráficos 4 e 5 apresentam a porcentagem dos subtemas para cada legislatura.

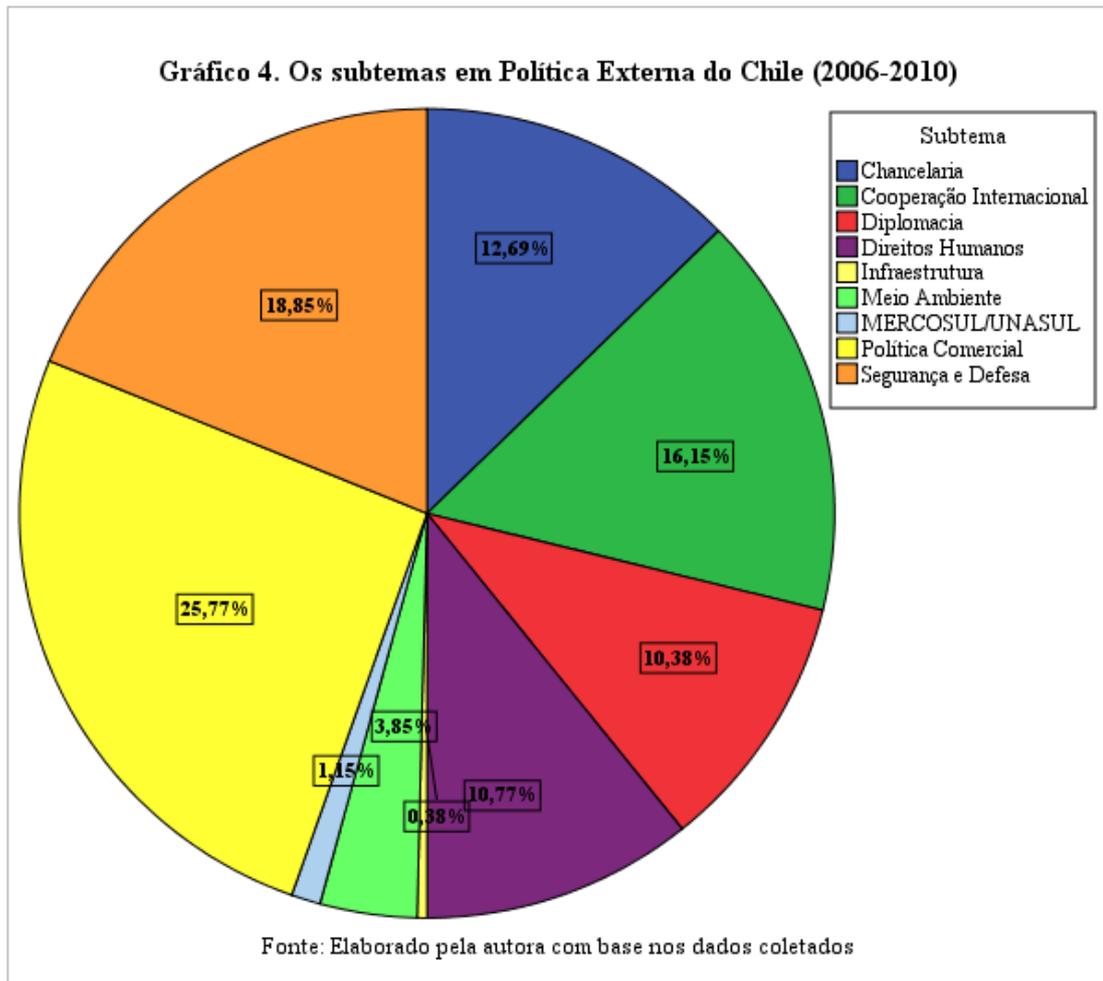
Tabela 5. Número de votações por subtema de Política Externa do Chile (2006-2014)

Subtema	2006-2010	2010-2014	Total
Chancelaria	33	28	61
Cooperação Internacional	42	70	112
Diplomacia	27	26	53
Direitos Humanos	28	12	40
Infraestrutura	1	2	3
MERCOSUL/UNASUL	3	4	7
Meio Ambiente	10	16	26
Política Comercial	67	33	100
Segurança e Defesa	49	96	142
Total	260	287	547

Tabela 5. Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados coletados

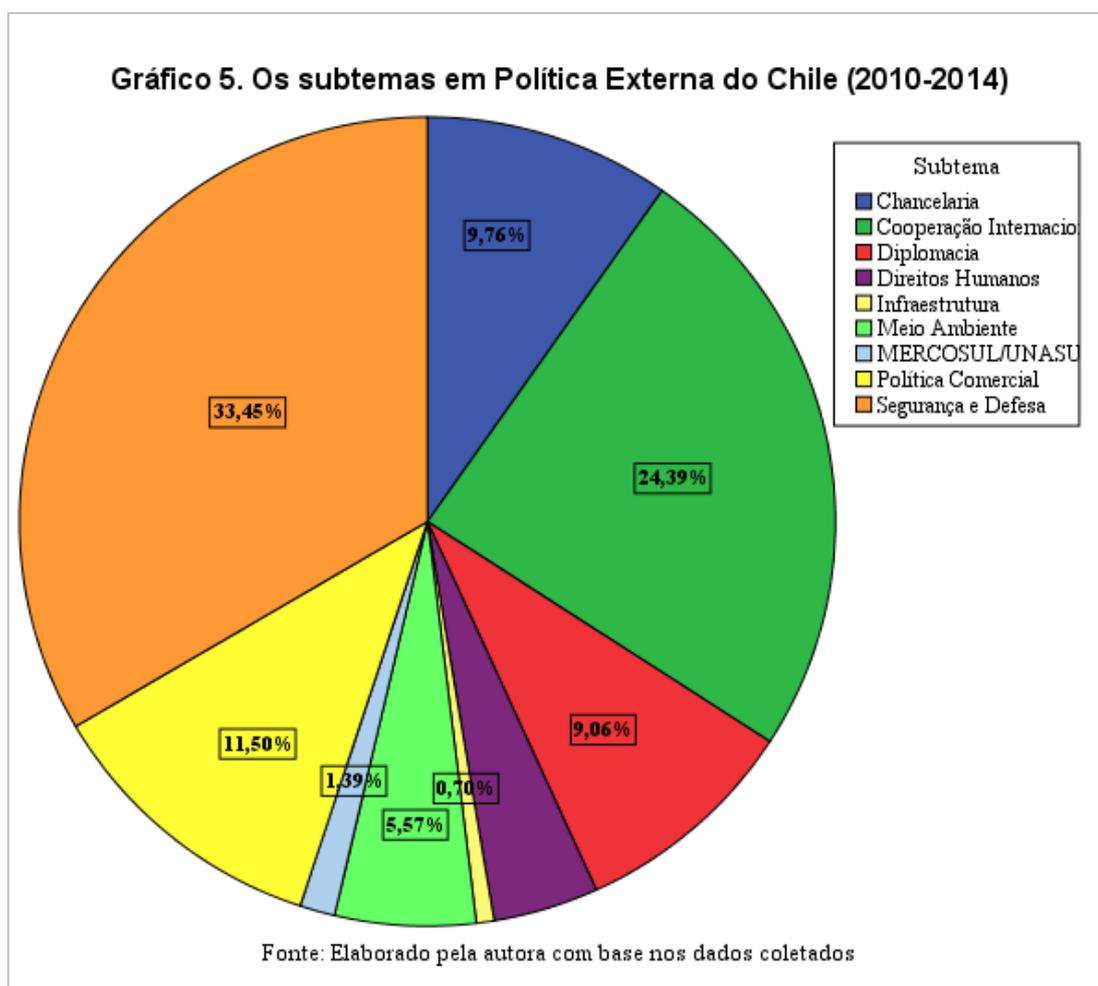
Ao começar pela Tabela 5, que apresenta o número de votações de cada subtema por legislatura, observamos que o subtema mais frequente nos períodos somados foi o de Segurança e Defesa, que envolve, além de votações sobre renovação militar e bélica, uma reforma no Ministério da Defesa na gestão de Piñera; em seguida, estão os temas relacionados à cooperação internacional e política comercial, com mais de cem votações cada.

Os subtemas com menores incidência são os relacionados à Infraestrutura e à Integração política no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou União das Nações Sulamericanas (UNASUL). Veja abaixo os gráficos 4 e 5.



Se separarmos por legislatura, ambos os dados mostram que entre os anos de 2006-2010, as temáticas mais presentes na agenda chilena foi relativa à política comercial, com 67 votações (25,77%); segurança e defesa, com 49 votações (18,85%), e em seguida, cooperação internacional, com 42 votações (16,15%). A menos frequente foi a temáticas de infraestrutura, com apenas 1 votação (0,38%).

Gráfico 5. Os subtemas em Política Externa do Chile (2010-2014)



Entre os anos de 2010-2014, por sua vez, os temas de segurança e defesa do Chile assumem o primeiro lugar nas temáticas, com 96 votações (33,45%); seguido das classificadas como de cooperação internacional, com 70 votações (24,4%) e a política comercial, com 33 votações (11,5%). E novamente, o subtema com menor frequência nas votações coletadas foi a de infraestrutura, com duas votações (0,7%).

Ao serem comparados os dois períodos, chama a atenção a mudança no número de acordos classificados como de política comercial, de direitos humanos e chancelaria, que tiveram uma redução significativa na segunda legislatura analisada. Já os temas de cooperação internacional, segurança e defesa e meio ambiente tiveram um aumento nas suas porcentagens.

Para detalhar os critérios de cada subtema mais profundamente, a tabela 6 a seguir mostra algumas matérias de votações recolhidas com o intuito de ilustrarem cada subtema, fazendo-se complementar com o exercício de construção de uma retrospectiva da política externa do período na subseção 2.2 anterior, já que é possível identificar nas matérias aspectos da política externa chilena apresentados pela revisão de literatura primária e secundária.

Entre as votações em destaque pudemos perceber que houve resoluções importantes no campo dos Direitos Humanos, da governança internacional, da liberalização comercial, uma ampla reforma dos Ministério de Defesa e de Relações Internacionais, e a criação de uma comissão especial na *Cámara* e no *Senado* – já citada anteriormente. Entre os eventos de destaque que já foram tratados – na seção da política externa do período – estão: os acordos que envolvem a Aliança do Pacífico, o Acordo de Associação do Trans-Pacífico, novas normas para participações em operações de paz, o Tratado Constitutivo da UNASUL, Tratado de Maipú, etc.

Com relação a Estados em específico, o Chile manteve muitas votações que envolviam Venezuela, Peru, Argentina, Estados Unidos, União Europeia e Brasil. Foi observada uma aproximação do Oriente Médio e da Ásia, seguindo uma tendência geral da América Latina de se aproximarem destas duas regiões, como observado na subseção 2.2.

Tabela 6. Votações destacáveis em subtemas de política externa do Chile (2006-2014)

Subtema	Votações de destaque
Política comercial: Temática relativo a liberalização comercial, acordos bilaterais, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Acordo que aprova o Acordo Marco da Aliança do Pacífico; - Projetos de Acordos de Livre comércio - Projeto de Acordo sobre o Acordo Estratégico Trans-Pacífico de Aliança Estratégica - Projeto de Acordo que solicita ao presidente providencias sobre o fornecimento de gás da Argentina.
Política de Segurança e Defesa: Resoluções sobre movimentação de tropas; sobre o Ministério da Defesa Nacional, cooperação, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim que Modifica a lei nº 19067 sobre a participação de tropas chilenas em Operações de Paz; - Modernização do Ministério da Defesa Nacional; - Projeto de Acordo que solicita ao presidente por fim na compra de armamentos de Israel; - Projeto de Acordo para uma cooperação técnico-militar com o governo da Rússia;
MERCOSUL/UNASUL Resoluções referentes a alianças regionais com conteúdo político, ou seja, integração regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim contendo a aprovação do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) de 2008; - Projeto de Acordo que solicita reestudar a situação do Chile no MERCOSUL; - Projeto de Acordo que solicita ao presidente a condenação da entrada da Venezuela no MERCOSUL;
Meio Ambiente: Resoluções sobre preservação ambiental (flora, fauna e mar), mudanças climáticas e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Acordo para a ratificação do Protocolo de Cartagena - Projeto de Acordo que condena a caça de baleias - Projeto de Acordo que aprova a Convenção sobre a Conservação e ordenamento dos recursos pesqueiros em alto mar do Oceano Pacífico Sul; - Projeto de Acordo sobre a Conferência da FAO sobre Pesca Ilegal
Cooperação Internacional: Resoluções sobre cooperação para a governança internacional, com conteúdo científico-tecnológica, educacional, transporte aéreo, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim que aprova a Reforma constitucional para aprovar o Estatuto de Roma e a Corte Penal Internacional; - Boletim que autoriza contribuições do Chile contra a fome e a pobreza do mundo; - Projeto de Acordo sobre o reconhecimento da Corte Internacional de Haia; - Projeto de lei que autoriza aumento da cota do Chile no FMI;

Direitos Humanos: Acordos, Tratados e Convenções sobre a proteção básica dos Direitos Humanos, civis, políticos e ideológicos, suas liberdades e seguranças humanas	- Projeto de Acordo com nota sobre situação de Direitos Humanos em Cuba; - Boletim que Outorga proteção a refugiados; - Boletim para a Adequação da legislação penal chilena aos tratados internacionais de Direitos Humanos; - Projeto de Acordo que aprova a Convenção contra a tortura e tratos de penas cruéis da Assembleia Geral da ONU; - Boletim com o Convênio contra o desaparecimento forçado de pessoas; - Projeto de Acordo que solicita o fechamento do centro de detenção de Guantánamo;
Infraestrutura: Cooperação para a construção, manutenção ou melhorias de infraestrutura em geral.	- Boletim sobre o Tratado de Maipú de integração e cooperação com a Argentina; - Projeto de Acordo que solicita ao presidente que busque medidas para a integração Argentina-Chile através do Corredor Bioceânico;
Diplomacia: Incluem-se aqui notas emitidas pelo governo chileno via Cámara, e declarações que demonstre ao executivo o posicionamento da Cámara em aspectos de política externa.	-Projeto de Acordo que desaprova o golpe de Estado em Honduras; - Projeto de Acordo para o reconhecimento da Palestina; - Projeto de Acordo que solicita ao presidente que desaprove injúrias do Presidente da Venezuela contra o Congresso do Chile; - Projeto de Acordo que propõe medidas contra atos terroristas e para a pacificação de Israel; - Projeto de Acordo que solicita ao governo promover a paz e o respeito dos direitos humanos na Síria; - Projeto de Acordo com apoio à recuperação das Ilhas Malvinas pela Argentina; - Projeto de Acordo que condena a política exterior hostil do Peru
Chancelaria: Concessão de cidadania chilena, Assuntos do Ministério de Relações Exteriores, ou sobre a Política Internacional	- Boletim que contém cláusulas para a modernização do Ministério de Relações Exteriores; - Projeto de lei – iniciado em monção – que modifica a lei do Congresso Nacional para a criação da Comissão Mista Permanente de Relações Exteriores;

Tabela 6. Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Outro aspecto utilizado para a classificação das votações em política externa recolhidas foi sua polarização, que foi medida pela observação do resultado final da votação. Para ser considerada polarizada, a votação deve contar em seu lado minoritário, ao menos, 10% do total dos votos. Por exemplo, uma votação em que, de um total de 60 votos, 9 deputados votaram contrários à matéria, a mesma é considerada polarizada. É importante ressaltar que o número de abstenções não foi considerado na questão da polarização das votações. Os dados oficiais não consideraram as votações internacionais específicas, o que não nos dá um parâmetro, mas podemos relacionar estes dados com os dados dos temas em geral. Para isso, foram elaboradas duas tabelas.

A começar pela Tabela 7, é possível observar que houve a predominância da unanimidade em todos os anos, e independente da troca de governo. Os anos de 2008 e 2011 registraram as mais altas taxas de unanimidade. Porém, no ano de 2009 se observa a menor diferença entre as votações unânimes e polarizadas: das 90 votações do ano, 40 foram polarizadas e apenas 50 foram unânimes. Contudo, como mostrado na Tabela 8 mais a seguir, as votações unânimes foram a maioria com 73,6% do total geral.

Já do total de votações recolhidas, as polarizadas somaram 26%. O ano de 2009 também foi o ano em que mais votações foram polarizadas dos anos analisados. Esse aspecto pode ter relação com a perda de maioria da *Cámara*. Outro dado interessante é que em apenas 1 votação houve empate, sendo a polarização perfeita²⁷.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Polarizada	11	14	7	40	23	11	23	16	2
Unânime	31	39	59	50	42	67	59	48	5
Total	42	53	66	90	65	78	82	64	7

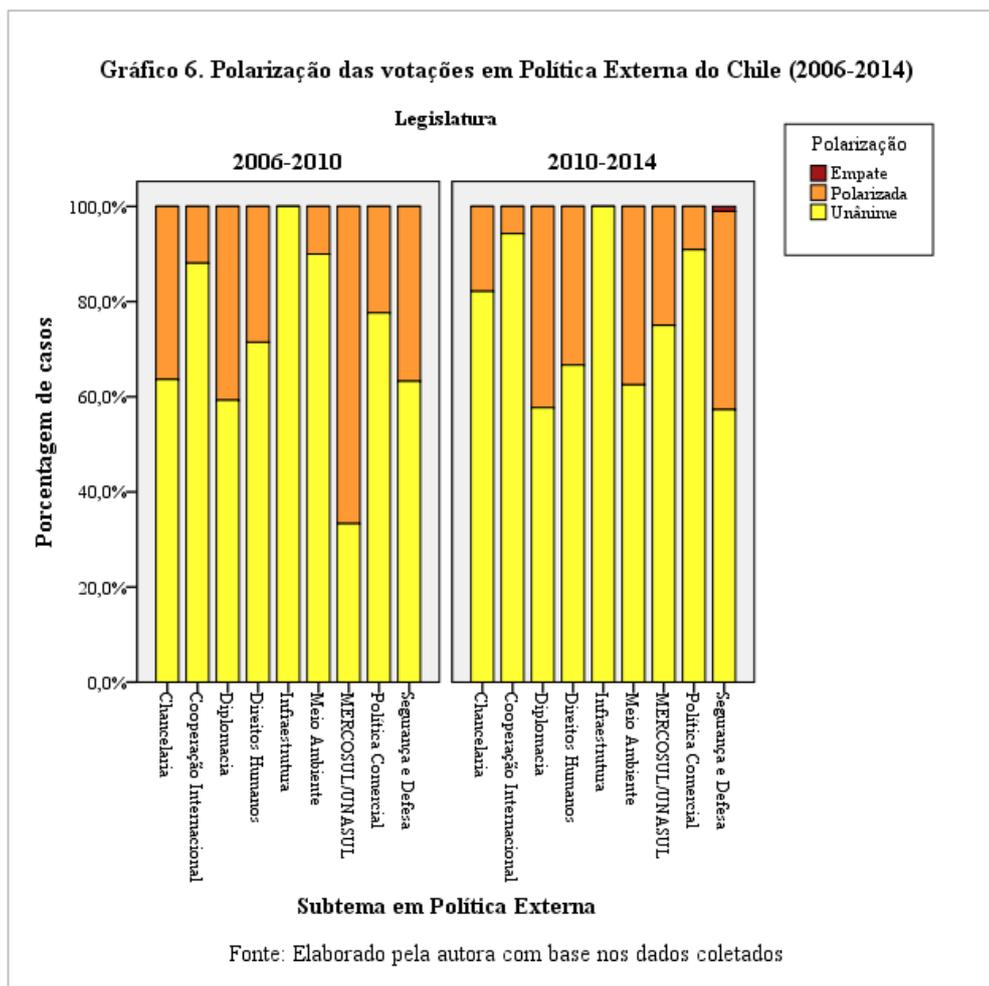
Tabela 7. Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados

	2006-2010	%	2010-2014	%	Total	%
Polarizada	72	27%	75	26,1%	147	26,8%
Unânime	188	72,3%	212	73,8%	400	73,1%
Total	260	100%	287	100%	547	100%

Tabela 8. Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados

²⁷ Foi a 11ª votação do *Boletín 7211-07*: Sobre conductas terroristas y su investigación, em específico o número 6 del artículo 1º da reforma constitucional.

Gráfico 6. Polarização das votações em Política Externa do Chile (2006-2014)



O Gráfico 6 completa a análise da polarização com a sua apresentação por subtema de política externa. Observe que dentre os 9 subtemas, na primeira legislatura, o tema que mais teve votações polarizadas foi o relacionado aos processos de integração MERCOSUL/UNASUL. Na segunda, as temáticas de Segurança e Defesa e de Diplomacia tiveram o maior número de votações polarizadas. Contrariamente, destacaram-se as votações de Direito Humanos do primeiro governo Bachelet e as de Infraestrutura do governo de Piñera, que tiveram resultados de forma unânime.

Todavia, os dados da polarização mostram que em números absolutos ou em porcentagem não há total consenso da *Cámara*. Observa-se que o número de votações foi maior na segunda legislatura, mas comparativamente não houve modificações significativas entre os períodos, o número total de votações polarizadas e unânimes entre os dois períodos, e conseqüentemente, entre as duas coalizões, não foi significativamente diferente.

Os dados de polarização já adiantam que as premissas da literatura sobre comportamento legislativo que defendam uma abstenção por parte do legislativo, em nome das iniciativas

do executivo, não se aplicam no período analisado, pois mesmo com um alto grau de unanimidade e aprovação, se confirmam os argumentos tratados anteriormente: as votações em política externa são controversas e compostas por questões sensíveis, o que se reverbera em discussões no plenário e em votações na polarização.

E para finalizar a exposição descritiva das votações nominais, serão expostos os resultados das votações em política externa coletadas. Na tabela 1 – anteriormente apresentada – os resultados gerais para a *Cámara de Diputados* do Chile foram apresentados os resultados gerais, mas os casos de política externa são diferentes porque ocorre primazia da iniciativa presidencial, e a *Cámara* e *Senado* como moderadores, responsáveis pela aprovação final (BUSTAMANTE Y RIVERA, 2011a). Estas taxas de aprovação e de dominância são importantes por possibilitarem a mensuração da cooperação na relação executivo-legislativo (LIMONGI, 2006).

A seguir, os gráficos 7, 8 e 9 apresentarão, respectivamente, os resultados por número absoluto, por porcentagem e por subtema. Já a Tabela 9 compila os resultados do período por legislatura, e a Tabela 10 relaciona os resultados com as iniciativas em política externa.

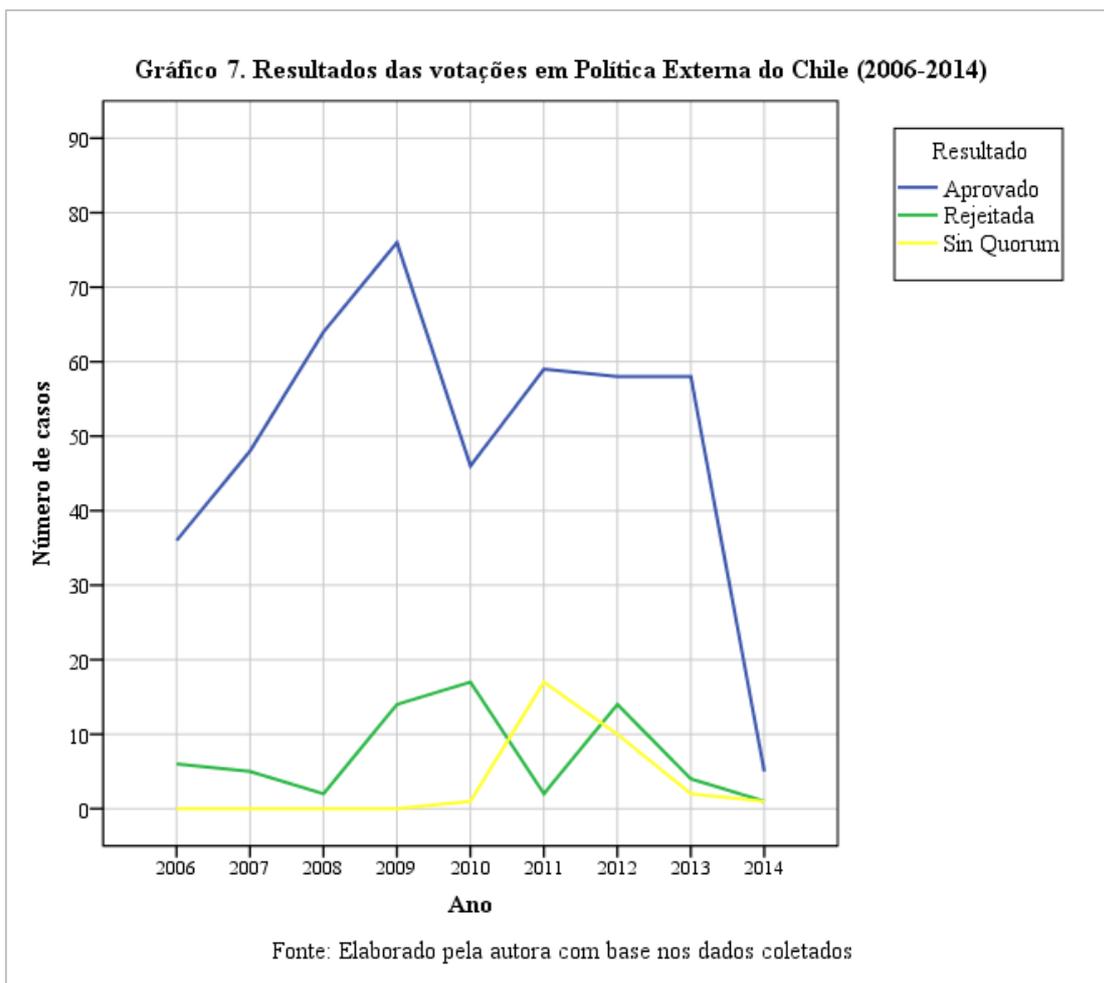
Nos números gerais apresentados na Tabela 1, após um período de alta taxa de aprovação, observou-se uma queda nos níveis entre os anos de 2010 e 2011. E isso foi reproduzido nos temas de política externa, pois de taxa de aprovação de todo o governo Bachelet foi superior a 80%, e no governo de Piñera se manteve em 70%, exceto em 2013.

O grau de rejeição, entretanto, apresentou mudanças significativas. Observe no gráfico 7, 8 e 9 que os anos de 2009 e 2010 marcam aumento no número de rejeições na primeira legislatura, lembrando que o mesmo ocorreu com a polarização. Já na segunda legislatura um aumento foi observado no ano de 2012, e a taxa de rejeição não ultrapassou os 45%.

Tabela 9. Resultados das votações em Política Externa coletadas do Chile (2006-2014)

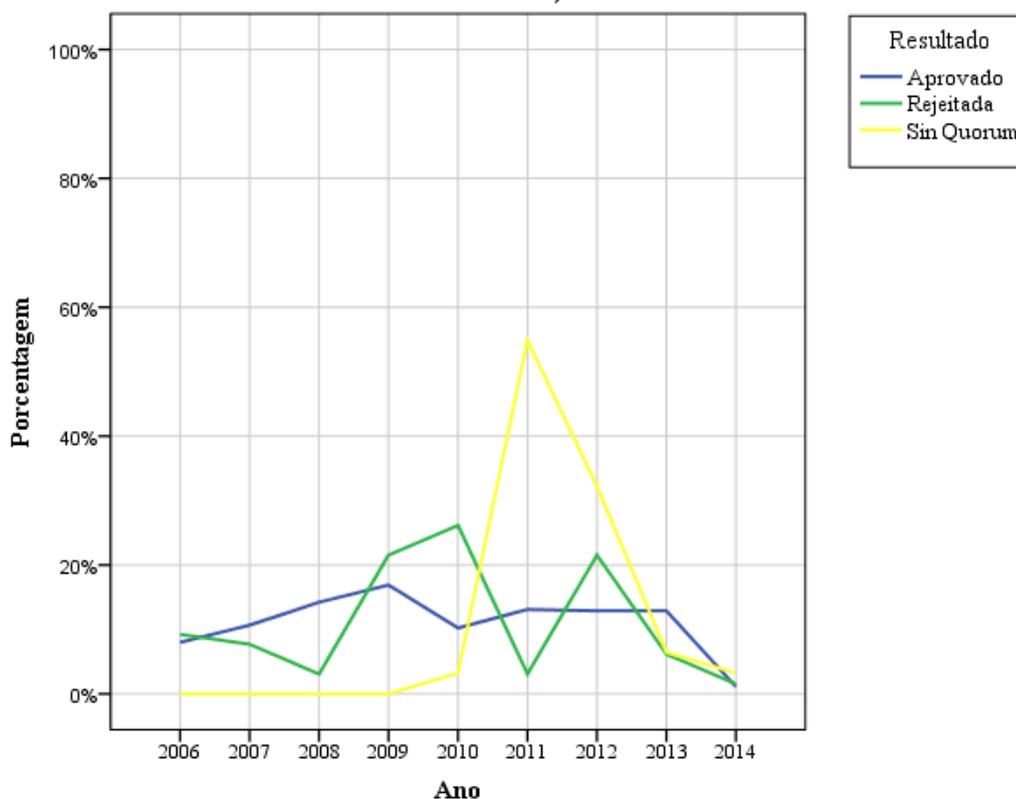
	Ano	Aprovadas	%	Rejeitadas	%	Sin Quórum	%	Total
1º Legislatura	2006	36	86%	6	14%	0		42
	2007	48	91%	5	9%	0		53
	2008	64	97%	2	3%	1	0,10%	66
	2009	76	84%	14	16%	17	19%	90
2º Legislatura	2010	46	71%	17	26%	10	15%	65
	2011	59	76%	2	3%	2	3%	78
	2012	58	71%	14	17%	1		82
	2013	58	91%	4	6%	0		64
	2014	5	71%	1	14%	0		7

FONTE: Elaboração própria com base nos dados coletados



E ainda para completar a análise dos resultados, o Gráfico 9, a seguir, apresenta os resultados das votações por subtema de política Externa. O mesmo mostra que na primeira legislatura temos os temas de Chancelaria, MERCOSUL/UNASUL e as de infraestrutura com 100% de aprovação na *Cámara*. Já os temas de Direitos Humanos, Política Comercial e Meio Ambiente obtiveram as maiores taxas de rejeição do período. Não foram observados no período votações sin quórum ou empatadas.

Gráfico 8. Porcentagem de resultados das votações em Política Externa do Chile (2006-2014)



Na segunda legislatura, por sua vez, as votações com total aprovação foram apenas as de meio ambiente. Mas as votações de chancelaria, política comercial e cooperação internacional também obtiveram alto grau de aprovação. As votações com maiores rejeições são as de infraestrutura, Segurança e Defesa e MERCOSUL/UNASUL. O aspecto de maior destaque, entretanto, e que aparece em todos os três gráficos, são os casos *sin quórum*, que apareceram apenas na segunda legislatura e nas temáticas de infraestrutura, política de investimento estrangeiro, Direitos Humanos, Cooperação e Chancelaria, tudo porque correspondem a 20% ou mais das votações. Por fim, a única temática que teve empate foi a de segurança e defesa.

Gráfico 9. Resultado por subtema em Política Externa do Chile (2006-2014)

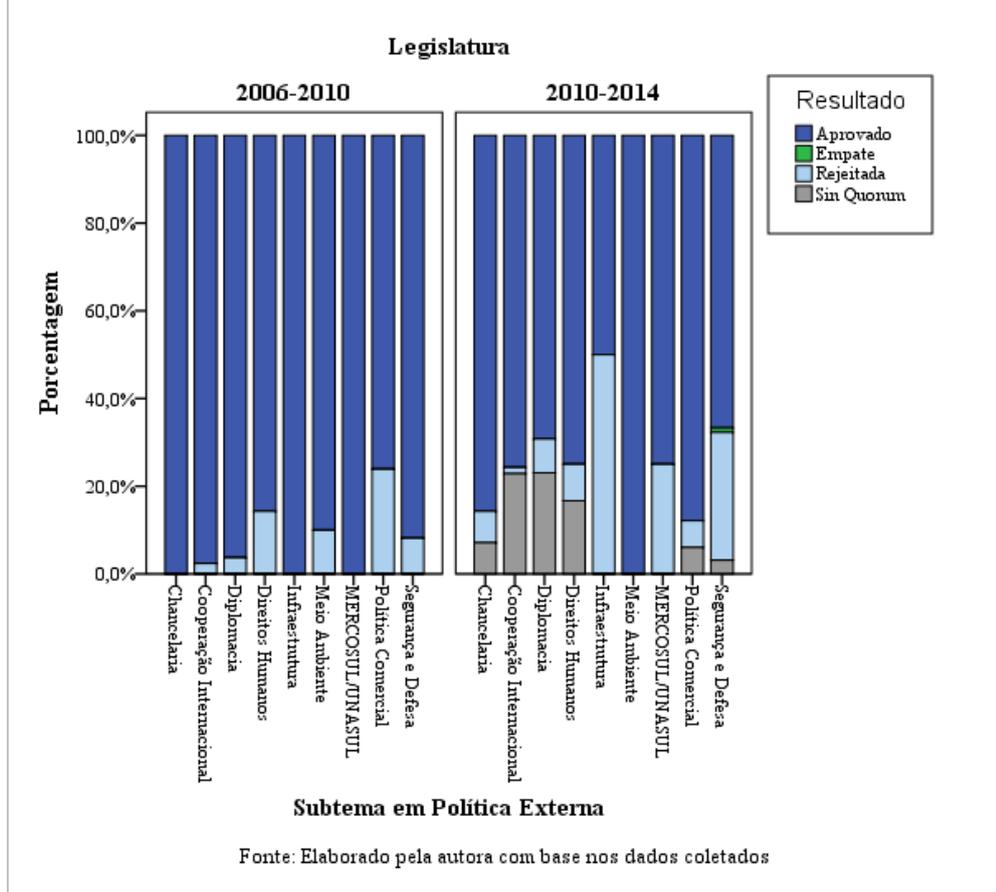


Tabela 10. Os resultados das iniciativas em política externa do Chile

	Câmara dos Deputados	% *	Presidente	%*	Senado	%*
Aprovadas	154	28%	284	51%	12	2%
Rejeitadas	19	3%	46	8%	0	-
Empate	0	0%	1	0%	0	-
Sin Quórum	31	5%	0	0%	0	-
Total	204	36%	331	59%	12	2%

Tabela 10. Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

(*) Porcentagem feita com o total do de votações: 547.

A Tabela 10, por sua vez, tem por objetivo apresentar os resultados da política externa relacionados com a instituição de sua iniciativa. Observa-se que a maior taxa de aprovação individual é o do *Senado*, com 100%, mas no total geral, o presidente mantém a primazia e as aprovações, somando 85% do seu total individual. E por fim as iniciativas da própria *Câmara*, com 75% de aprovação geral.

A maior taxa de rejeição se encontra nas iniciativas presidenciais, com um total de 8% geral e de 13% no individual. Enquanto que a *Cámara* apresenta 3% no geral e 9% no caso de contabilizarmos apenas as iniciativas dos deputados. E todas as votações *sin quórum* foram de iniciativas da *Cámara*.

Diante disso, os dados descritivos das votações recolhidas mostraram que a participação da *Cámara dos Diputados* no processo de formulação da política externa continuou com a predominância em relação ao *Senado*, e estes anos de atividade se mostraram relativamente cooperativo com as iniciativas em política externa do executivo, pois mesmo o número de aprovações se mantendo maiores do que os de rejeições, apenas pelo aumento das votações *sin quórum*, que faziam com que uma mesma votação fosse posta em votação mais de uma vez, indicou sinais de indisposição com as iniciativas de outros deputados, uma vez que as votações sem o mínimo de presença em plenário foram *proyectos de acuerdo*.

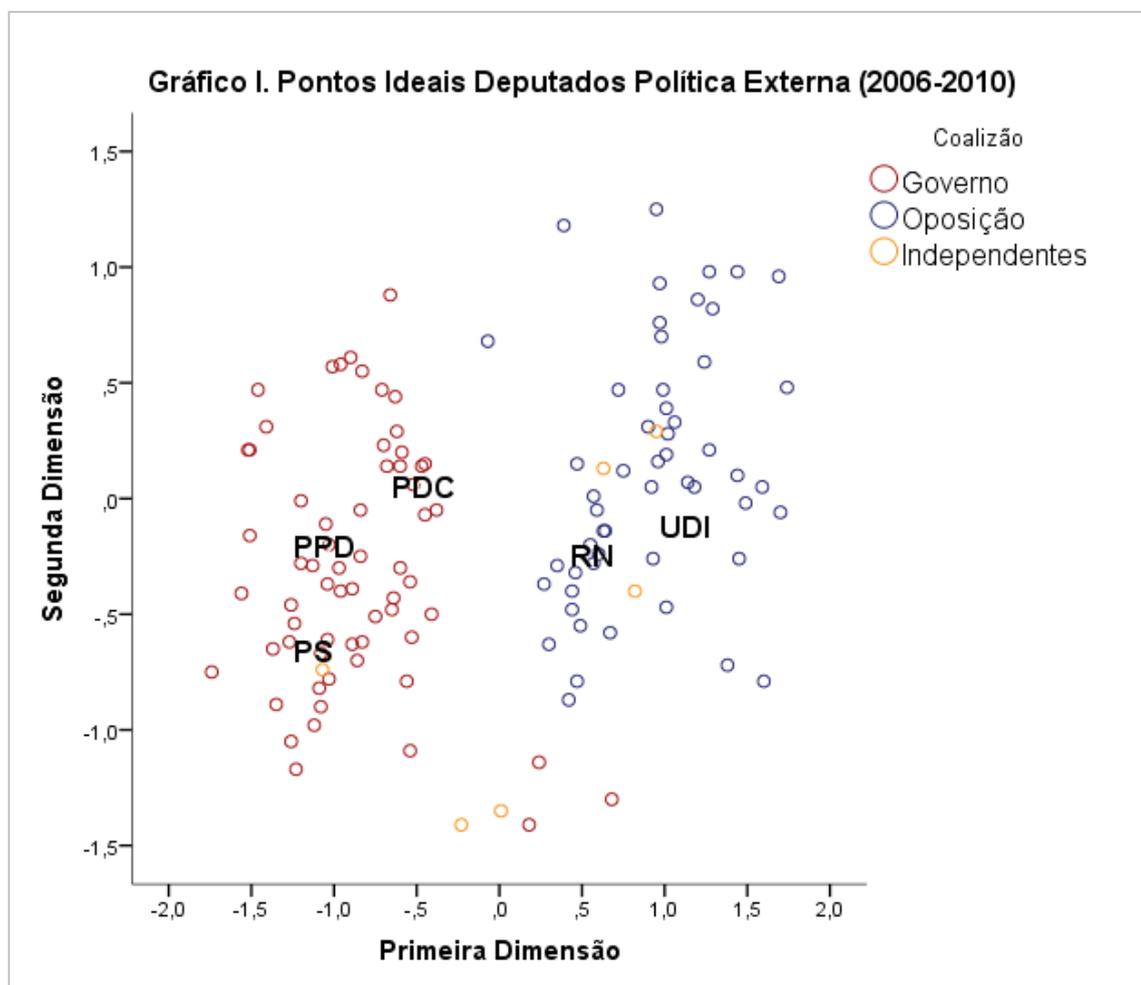
Isto nos remete novamente aos argumentos de que alguns temas relacionados a política externa são sensíveis para os deputados (Owens, 2003). Essa sensibilidade incentiva debates no pleito, que podem requerer análises das comissões especializadas ou de modificações de teor e conteúdo. E isso expõe os mecanismos de concessão e coordenação nas relações executivo-legislativo.

Nas duas próximas subseções a seguir o exercício de exposição dos resultados é continuado com a apresentação dos testes das variáveis deste trabalho: a ideologia através da estimação dos pontos ideais; e a importância do pertencimento ou não à coalizão de governo através de uma regressão logística.

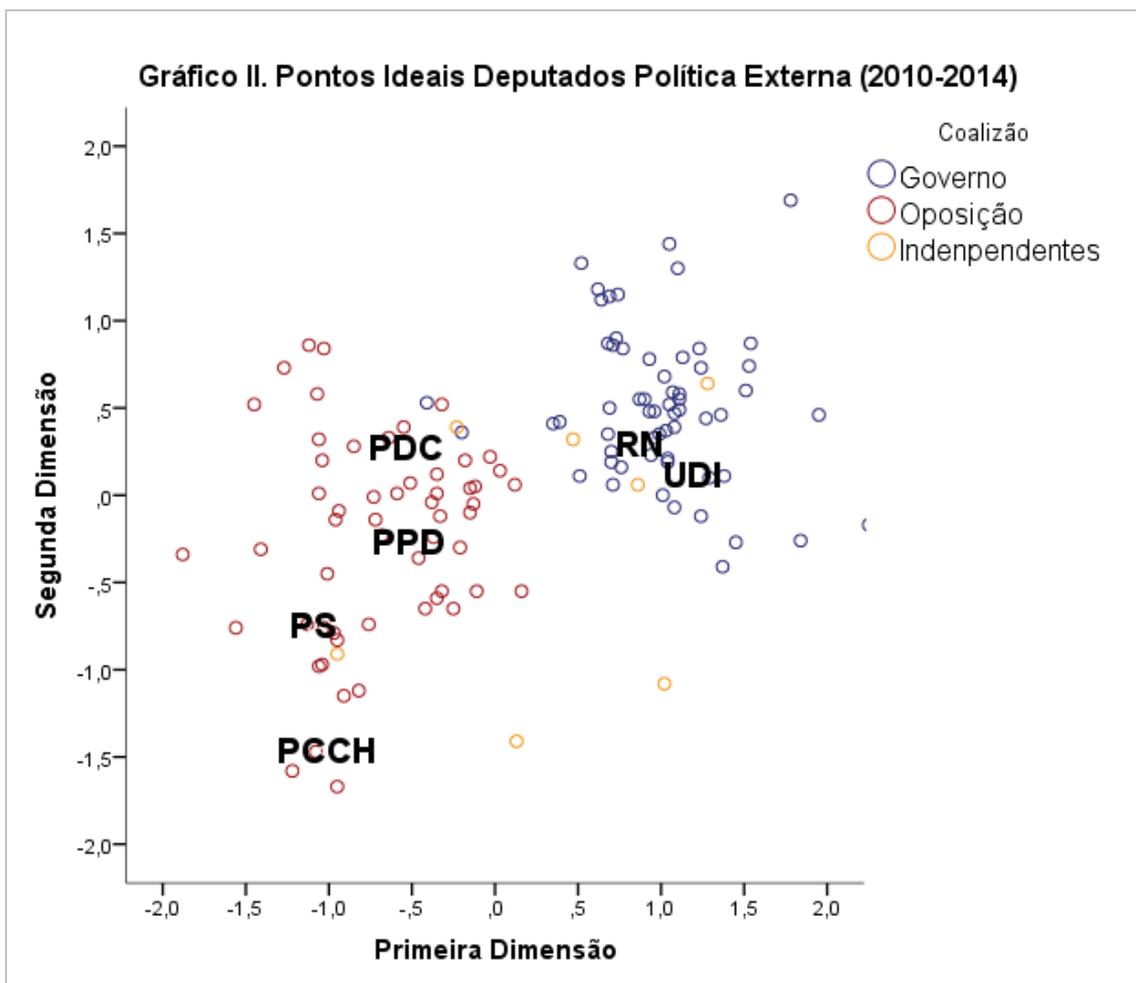
4.2. PONTOS IDEAIS

Além dos dados descritivos, para testar as duas primeiras hipóteses anteriormente apresentadas foram selecionados a estimação de pontos ideais dos 123 deputados de cada legislatura, bem como uma regressão logística, que relaciona ideologia e governo-oposição.

A partir dos Gráficos I e II dos pontos ideais dos deputados²⁸, inferimos que se manteve a posição ideológica dos deputados e da coalizão nas votações em política externa coletadas, independente da troca de governos. Isso nos permite relacionar a variável ideologia com o comportamento do deputado, isto é, como um fator constrangedor, o que conseqüentemente vai interferir na decisão de política externa.



²⁸ Para a produção dos mesmos foram utilizados os resultados dos Surveys aplicados pela Universidade de Salamanca no *Proyecto de Élités LatinoAmericanas* (PELA), também utilizado por Saiegh (2009), por exemplo.



A partir disso, espera-se que com a troca de coalizões no governo, e troca também da maioria na *Cámara*, estes novos atores sob uma ideologia de direita exerçam influência na política externa e que manifestações de posicionamentos ‘também de direita’ sejam observados. Também é possível afirmar que cada coalizão de partidos mantém uma proximidade, demonstrando que os deputados chilenos permanecem coesos, isto é, com ideologias próximas entre si.

A seguir a outra variável a ser testada na formulação das hipóteses será apresentada.

4.3. APOIO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Esta subseção tratará do aspecto do apoio da *Cámara dos Diputados* ao presidente nas duas legislaturas através de uma regressão logística. Entretanto, será feito primeiramente a apresentação do apoio popular ao presidente, pois como foi citado na subseção do sistema

político chileno, Michelle Bachelet apresentava altas taxas de aprovação popular. Entretanto, diante da modificação da sociedade chilena, a *Concertación* é substituída pela *Coalición* nas eleições.

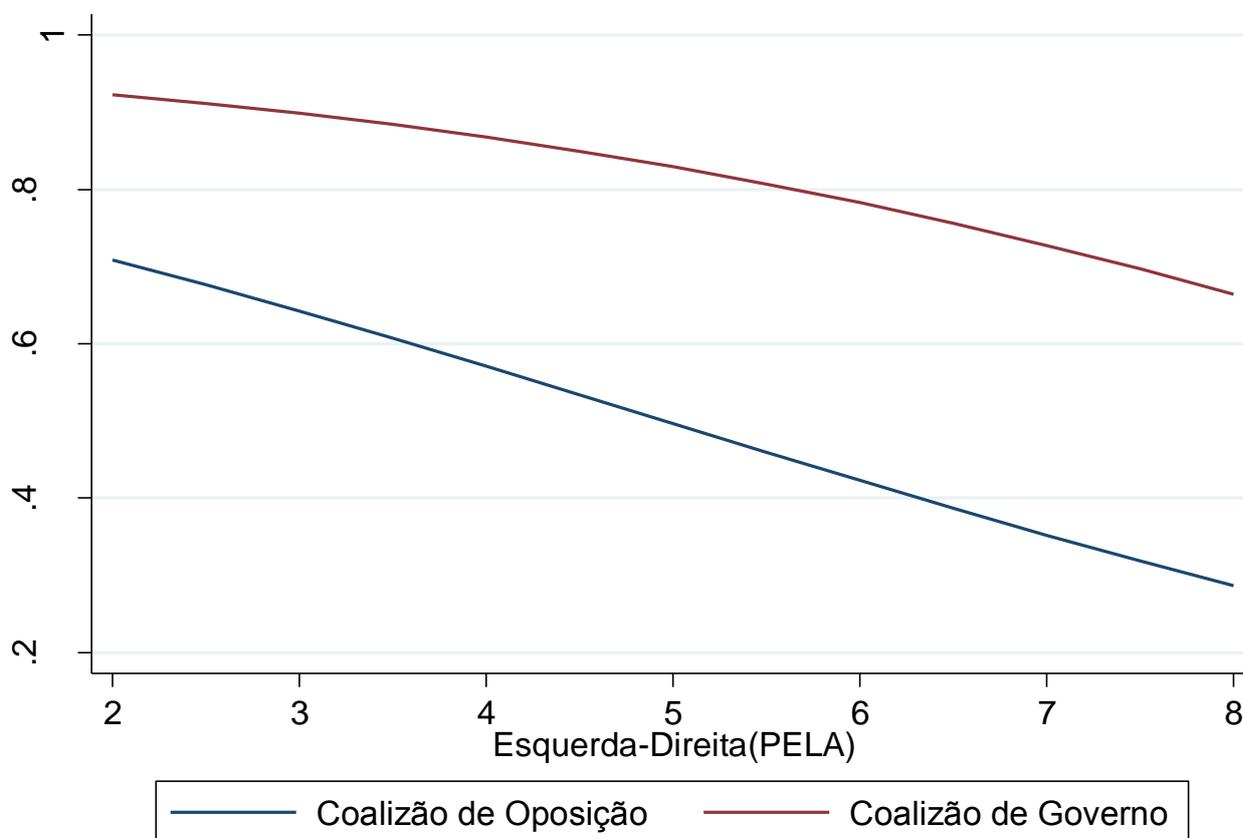
Em seu início de mandato, Bachelet tinha por volta de 53% de aprovação popular na condução de seu governo – vide tabela do Anexo 1 deste trabalho. De 2006 em diante, as taxas de aprovação-rejeição oscilaram muito, chegando a 3 cruzamentos. O primeiro se deu no ano de 2007, quando a taxa de rejeição – que já estava aumentando desde 2006 – empata com a de aprovação, recua e a supera em julho de 2007. A taxa de aprovação então volta a aumentar, cruzando com a de rejeição novamente em dezembro de 2007. No ano de 2008, as taxas permaneceram parecidas com as de 2007, inferiores ao do início do mandato, e então no segundo semestre a taxa de rejeição novamente supera a de aprovação por dois meses e iniciando uma trajetória descendente até o final do mandato de Bachelet. Isso implica que no segundo semestre de 2008 a taxa de aprovação do governo adquiri trajetória ascendente, se mantendo com taxas superiores a 50% e que culminam com os 83% de seu último mês de primeiro mandato presidencial.

Ao observamos o Anexo 2 deste trabalho podemos ver que a trajetória de Sebastián Piñera inicia-se semelhante, com 52% de aprovação. Seu primeiro ano de mandato deu continuidade a esta tendência, chegando a o maior pico de seu mandato, 63% de aprovação popular. Entretanto, a taxa de rejeição estava em trajetória ascendente e no primeiro mês de 2011 supera a de aprovação, permanecendo assim até 2013 em taxas entre 49% e 68% de rejeição. A taxa de aprovação apenas se recuperou em novembro de 2013, com 45%. E assim, os últimos meses de mandado de Piñera tiveram 49% e 50% de aprovação apenas.

Podemos concluir com esta breve exposição dos dados da aprovação popular que o mandato de Piñera teve um grau menor de aprovação popular se comparado com o anterior de Bachelet.

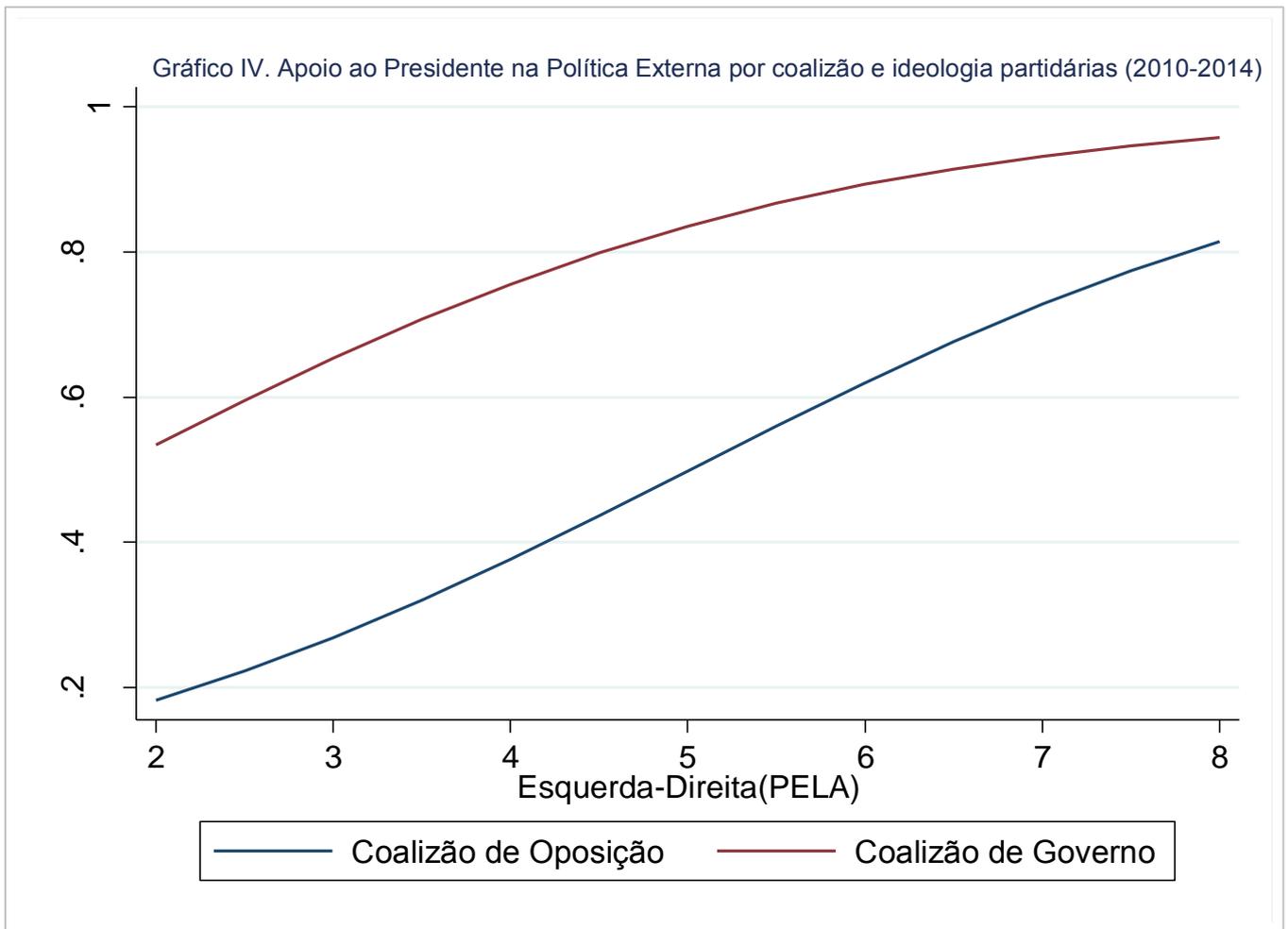
O apoio ao presidente aqui se refere ao voto favorável (ou não) dos deputados nas iniciativas presidenciais ou de sua coalizão de partidos. O modelo de regressão utilizado demonstrou que o pertencimento ao governo ou à oposição apresentam correlação com o comportamento dos deputados, adquirindo caráter explicativo. Vide os gráficos III e IV, a seguir. Como dito anteriormente, este teste relaciona a ideologia do deputado com a probabilidade de o mesmo aprovar ou não as iniciativas do em política externa do chefe do executivo.

Gráfico III. Apoio a presidente na política externa por ideologia e coalizão (2006-2010)



O eixo horizontal representa o espectro esquerda-direita da ideologia²⁹, e o eixo vertical representa a probabilidade de apoio às iniciativas presidenciais em temas de política externa. A regressão logística nos permite inferir que na primeira legislatura, quanto mais à esquerda, maior seria a chance de apoio às iniciativas do presidente, e na segunda legislatura, isso se inverte, se tornando quanto mais a direita, maior a chance de apoio. Assim, devido a troca de coalizões, ocorreu também uma mudança na direção do apoio, da esquerda para a direita, demonstrando que a probabilidade de apoio ao governo depende da coalizão a qual os deputados pertencem, estar ou não no governo. E as coalizões de oposição, nas duas legislaturas, apresentam menor chance de apoio ao presidente.

²⁹ Novamente utilizado o mecanismo de classificação ideológica do PELA.



Na literatura dos anos anteriores evidenciou-se que a coalizão teria os meios para pressionar os deputados a votarem junto com a decisão da coalizão sob comando do presidente, entretanto, numa nova gestão, a análise mostra que ocorreu o mesmo com a participação de maioria da *coalición*. Isso pode ter ocorrido pelo hábito do comportamento burocrático, seja por influência do próprio sistema da *Cámara* (por exemplo, frequência de reuniões partidárias, ordem de votação, participação em comissões, etc.), que pode ter influência dos deputados de carreira e sua disciplina.

Contudo, os dados até aqui apresentados mostraram que as variáveis se relacionam com o comportamento legislativo dos deputados chilenos. Então, os questionamentos secundários sobre as mudanças na política externa podem ser retomados a partir de agora, e estarão amparadas tanto na subseção 2.2, como na próxima sessão para maiores esclarecimentos nas conclusões.

CAPÍTULO 5. ESTUDO DE VOTAÇÕES

Neste capítulo será feita uma análise – não exaustiva – de votações específicas, semelhantes quanto ao tema, mas de diferentes legislaturas, a fim de verificar se houve ou não mudança de posicionamentos dos partidos, deputados e do governo, sobre determinados temas, diante da troca de coalizões. Serão utilizados, além dos resultados das votações, trechos das discussões em plenário³⁰ e dos documentos oficiais de entrada das matérias na Câmara para a identificação de argumentos e posicionamentos dos líderes partidários e deputados.

Como dito, o critério de seleção envolveu o nível de semelhança das matérias para encontrar pares de votações de mesmo conteúdo. A partir de uma seleção por subtema, fez-se em seguida uma seleção por matéria³¹, até que chegou-se a alguns poucos casos de pares de votação. Dois deles com votações da mesma matéria, e o restante com alto e médio grau de semelhança entre as matérias.

A) *Boletín 5363-03 e Boletín 5363-10*

Esta cláusula envolve aspectos da liberalização agrícola internacional e a segurança alimentar chilena. A entrada da cláusula pelos deputados ocorreu em outubro de 2007, e trata da modificação das normas internas chilenas para o pedido, avaliação e execução de mecanismos de salvaguarda a importações, isto é, são mecanismos de protecionismo autorizados pelo sistema multilateral de comércio que autorizam a suspensão temporária dos compromissos acordados para a liberalização comercial – redução das tarifas e barreiras não tarifárias – a fim de proteção de setores em ameaça ou já prejudicados, auxiliando na manutenção do setor (OLIVEIRA, 2007).

Anteriormente à iniciativa, o período de proteção autorizada pelo governo chileno era de um ano, e com uma possível prorrogação de mais um ano. A iniciativa do Boletín 5363-10 propunha o aumento de mais um ano, se tornando 2+1 anos. Ao ser submetida a uma

³⁰ Aqui são consideradas apenas as discussões gerais: “*Tiene por objeto admitir o desechar en su totalidad el proyecto, considerando sus ideas fundamentales o matrices contenidas en el Mensaje o Moción, según corresponda, y admitir a tramitación las indicaciones que presenten el Presidente de la República y los Diputados.*” (GLOSARIO DA CAMARA DE DEPUTADOS, s/d). Já conhecida a diferença entre *Boletín* e os *Proyectos de Acuerdo*, estes não apresentam discussões tão extensas, já que são iniciativas dos próprios deputados e comissões, por isso, o material de análise é mais restrito.

³¹ Matérias são os enunciados das votações que especificam as iniciativas e o conteúdo de suas respectivas votações.

discussão geral em plenário, deputados citaram a importância do projeto para a agricultura e segurança alimentar do Chile, já que citam produtos amplamente consumidos como o trigo e a farinha de trigo. Envolve também a ação do presidente na denúncia e requerimento da salvaguarda.

A ação tem um histórico. A Argentina reclamou junto à OMC por duas vezes sobre os preços praticados no Chile – em 2003 – e as exportações argentinas ameaçam a agricultura chilena, já que um sistema de bandas de preços é questionado e esta reforma ajustaria a prática da salvaguarda com os aspectos mais recentes do sistema multilateral de Comércio. O Deputado Ramón Barros (UDI) afirmou que o Chile cumpre as normas internacionais, mas que nem sempre isso é feito pelos outros países, e que a medida não impede novas reclamações argentinas ou a competitividade dos produtos:

De otra forma, estaremos dependiendo, cada vez más, de los mecanismos de bandas de precio y salvaguardias, que lo único que logran a la larga es conformar un mercado nacional más proteccionista, que no es lo que buscamos, y menos competitivo hacia el exterior.

Vuelvo a reiterar que queremos competir, políticas proteccionistas y el no cumplimiento permanente del gobierno argentino de los convenios, pues tratan de borrar con el codo lo que han firmado con la mano (Intervenção de Ramón Barros (UDI) – Sesión 19ª, 16 de abril de 2008).

A aprovação foi unânime na *Cámara*, como pode ser visto a seguir. Entretanto, não passou no segundo trâmite, no Senado, diante de questionamento sobre o prazo total aprovado pela OMC, que é de quatro anos, podendo ser estendido para mais quatro, citando também que seria inútil a adoção da salvaguarda por um período tão pequeno (Intervenção de Hernán Larraín, Sesión 46ª, 20 de agosto de 2008). Como resultado, interviram pela reprovação da lei e, posteriormente a formação de uma comissão mista para reformulá-la:

Lo que no se entiende es por qué Chile se impone hoy una autolimitación, una autocercenación de facultades de uso privativo y exclusivo.

La Organización Mundial del Comercio autoriza que la aplicación máxima de la salvaguardia sea de cuatro años prorrogables por otros cuatro (4+4), lo que nos da un total de ocho. Y se puede agregar un año más, llegando a un tope de nueve (Intervenção de Vazquez, Sesión 46ª, 20 de agosto de 2008)

2006-2010

<i>Votación Boletín 5363-10: Modifica artículo 7 de ley 18.525 sobre importaciones</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	13	10	2	4	12	13	13
Ausente	3	6	12		3	4	7	20

2010-2014

<i>Votación Boletín 5363-03: Modifica artículo 7 de ley 18.525 sobre importaciones</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	5	3	18	16	2	5	10	17	36
Abstenção								1		
Ausente		1		1	2					5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados recolhidos.

Já após a criação de uma comissão mista, uma nova proposta foi feita e votada em 2011. A discussão em plenário enfatizou, entre outras coisas, a importância para os interesses do setor agrícola, renovando críticas aos subsídios de outros países e a distorção do mercado interno causada pela prática. Para corrigi-la, a salvaguarda então passaria a ter um período de dois anos e mais dois prorrogáveis (2+2). A contextualização enfatizou os danos aos produtores, e o direito chileno:

Entonces, un país como Chile, completamente abierto al mundo, cuyos aranceles son bajísimos y en algunos productos prácticamente no hay, debe contar con algún tipo de mecanismo para protegerse de esas distorsiones gigantescas que se producen con la llegada de alimentos desde el exterior. Argentina aplica tremendas subvenciones; (...) La agricultura de esos países es extraordinariamente protegida; además, es muy subvencionada. Eso nos obliga a proteger nuestra alimentación, y para ello debemos contar con algún mecanismo (...) (Intervención de Ignacio Urrutia (UDI), Sesión 5ª, 22 de marzo de 2011)

Outro aspecto importante foi uma discussão sobre as atribuições da reforma do projeto. Ao integrar a promessa de campanha deste, seus aliados, como Javier Hernández e Ignacio Urrutia (ambos da UDI), lembraram o feito. Porém, a Sra. Denise Pascal (PS) lembrou a sala que a iniciativa foi criada ainda no governo anterior: *“La aprobación del proyecto es positiva para este país exportador y agroalimentario. Pero también debemos reconocer la fecha de su nacimiento y cómo se ha tramitado.”* (Intervención de Denise Pascal (PS), Sesión 5ª, 22 de marzo de 2011). A votação seguinte ocorreu com 113 votos a favor e 1 abstenção, do Sr. Osvaldo Andrade Lara (PS). Contudo, a discussão geral utiliza-se do aspecto partidário do projeto, mesmo que brevemente, já que a oposição enfatizava a conquista e cumprimento das promessas de Piñera, mesmo com sua origem anterior. Os partidos votaram favoravelmente nas duas legislaturas, apenas com maior número de abstenções.

B) Proyecto de Acuerdo 889 e Boletín B7892-10

Esta dupla de matérias é sequencial: a ratificação e aprovação da Convenção, que ocorrem em governos diferentes. Segundo a legislação chilena³², a adesão a uma Convenção ou tratado significa a sua ratificação, compromisso e aceitação das disposições da convenção. Todo e qualquer tratado internacional deve, assim, ser aprovado no Congresso Nacional.

Sendo assim, a *Cámara* deu entrada no processo de adesão a uma convenção a qual o Chile, Austrália e Nova Zelândia tomaram a frente para que fosse criada uma organização regional que garantisse a conservação a longo prazo dos recursos pesqueiros em alto mar, garantindo o uso prolongado dos recursos do Oceano Pacífico. E assim, desde 2006, ocorrem oito rodadas de negociações multilaterais para a adoção de uma convenção para a conservação e o ordenamento dos recursos pesqueiros transnacionais e a criação da uma organização internacional.

O PA889 representa o pedido de alguns deputados para que o presidente solicite ao Ministério de Relaciones Exteriores que envie o texto, formulado no encontro de Auckland no final de 2009, da mesma para os países participantes da nova *Organización Regional de Pesca para el Océano Pacífico Sur (ORP)*³³. Este primeiro passo de ratificação foi votado em janeiro de 2010, com um resultado de 65 votos a favor e uma abstenção, de Sra. María Antonieta Díaz (PPD).

Dando continuidade ao projeto e a organização internacional, após as ratificações, necessita-se da aprovação e incorporação das cláusulas de no mínimo oito países. E o Boletín 7892-10 trata da aprovação do texto, para a internalização das normas, pelo Congresso e posteriormente pelo executivo. O texto passou pela Comissão de Relaciones Exteriores, Asuntos Interparlamentario e Integración Latinoamericana, que o aprovou. Os membros daquela, na discussão geral da Cámara (Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012), buscaram enfatizar a liderança chilena, a importância da convenção para a preservação das espécies – principalmente do que os chilenos chamam de *jurel* – e do controle do alto mar pelas autoridades dos países da costa, mas também porque a área a que diz respeito a Convenção não era regulamentada internacionalmente, e porque se observava um aumento de navios pesqueiros estrangeiros e da exploração dos recursos pesqueiros do pacífico sul.

³² Glosário legislativo da Biblioteca do Congresso Nacional de Chile.

³³ O nome oficial se tornou *Organización Regional de Ordenación Pesquera para el Pacífico Sur*

Em questão estava a respeitabilidade do Chile, a liderança da OROP e o poder de negociar sobre as cotas de pesca posteriores. Mas dentre os 37 países que participaram das negociações e os 37 que ratificaram a Convenção, apenas 7 a haviam assinado, dando ao Chile o papel importante de ser o oitavo país, permitindo assim sua efetividade. Entretanto, o Peru não o ratificou. E ainda segundo Orlando Vargas, os pescadores industriais e artesanais do norte do Chile declararam que não concordavam com sua aprovação imediata, mas sim que o Chile esperasse que outros países com pesca industrial o fizessem (Intervenção de Orlando Vargas (PPD), Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012).

À época, a deputada independente Marta Isasi se pautou dessa linha de raciocínio, se questionando qual seria o real benefício do Chile ao assinar tais termos se, países como Peru, Rússia, Belize, China e Coréia do Sul, não estavam cumprindo as medidas, questionando ainda os reais impactos sociais e econômicos ao país (Intervenção de Marta Isasi (Independente), Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012). Outra deputada, Sra. Clemira Pacheco (PS) defende que a Convenção não seja aprovada imediatamente até que se verifique que os vizinhos como Peru e Equador o façam, e que esteja dentro da Zona Econômica Exclusiva e uma cota satisfatória de captura (Intervenção de Clemira Pacheco (PS), Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012).

O deputado Matías Walker (PDC) relembrou que o esforço diplomático foi iniciado no governo de Lagos, continuado no de Bachelet e finalmente finalizado no de Piñera. Com um pronunciamento mais crítico, o deputado René Alinco (Independente) expõe uma contradição no governo:

el Gobierno promueve esta Convención sobre Conservación y Ordenamiento de los Recursos Pesqueros en Alta Mar, pero para el mar territorial chileno, impulsa la depredación del recurso y la muerte de la pesca artesana (Intervenção de René Alinco (Independente), Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012).

Dito isso, em síntese, a discussão tomou as palavras de Alberto Robles:

Me parece que estamos ante un problema mayor en cuanto al momento en que se sugiere suscribir el acuerdo, no respecto del tema de fondo. Nos exponen a tomar decisiones poco razonables. El proyecto es adecuado, pero el momento es inoportuno, pues se restringirá a nuestra gente en esta materia. Si votamos a favor, obligaremos a los pescadores de la Región de Atacama, por ejemplo, a no pescar y a tener menos cuotas, lo que provocará más cesantía en nuestros puertos. (Intervenção de Alberto Robles, Sesión 13^a, de 11 de abril de 2012).

E esta sessão resultou na aprovação da Convenção por 82 votos a favor, 13 contra e 12 abstenções. Os votos em contra incluem os de Marta Isasi, Clamira Pacheco e de Alberto Robles, que se pronunciaram desfavoravelmente. E como visto, a discussão apresentou

conteúdo político ou partidário no que se refere a importância de uma continuidade de posicionamentos em política externa ambiental do Chile, e pela crítica à Comissão que inicialmente tratou do caso. Porém, observa-se que os votos contrários à medida são de partidos da oposição, que anteriormente votaram a favor da ratificação.

2006-2010

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 889: Ratificación de Convención para la conservación y ordenación de los recursos pesqueros de alta mar del océano Pacífico Sur.</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	11	9	1	5	7	10	21
Abstenção			1					
Ausente	3	8	12	1	2	9	10	12

2010-2014

<i>Votación Boletín 7892-10: Proyecto de acuerdo que aprueba la Convención sobre la Conservación y Ordenamiento de los Recursos Pesqueros en Alta Mar en el Océano Pacífico Sur, hecha en Auckland, el 14 de noviembre de 2009.</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	5	1	16		10	3	5	13	28
Abstenção			2			3		1	3	3
Em contra		1		1	4	2	2	3		
Ausente				2	1			2	1	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados recolhidos.

C) Proyecto de Acuerdo 826 e Proyecto de Acuerdo 134

A República Árabe Saharaui (RASD) declarou independência em 1976, mas foi apenas em 1999 que a *Cámara de Diputados* de Chile aprovou o envio de um Projeto de Acordo ao executivo para o reconhecimento e o estabelecimento de relações diplomáticas. Ainda em 1999 um diplomata chileno emitiu carta oficial com o reconhecimento do presidente do Chile para a RASD. Porém, novas tentativas de reconhecimento e estabelecimento e relações diplomáticas foram feitas: em 2007, em 2009, 2010 e 2014.

O argumento dos deputados se baseiam numa dívida histórica do país para com a RASD, bem como nos princípios chilenos de autodeterminação, descolonização e independência, bem como compromissos internacionais da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) de direitos do povo Saharaui e de soberania, mesmo que apenas oitenta países a reconheçam.

As votações a seguir tratam de duas das tentativas dos deputados de estabelecimento imediato de relações diplomáticas e reconhecimento com a RASD nos dois períodos abarcados neste trabalho. Os motivos pelo qual a *Cámara* fez sucessivos envios de *projectos de acuerdos* com este tema foram sintetizados em no pedido de 2010, citando o respaldo ao pedido, a inexistência das ações solicitadas e o novo governo.

O texto do PA826 consiste em:

Solicitar encarecidamente a su excelencia la Presidenta de la República, por razones históricas constitutivas a la nación chilena, honrar la palabra de Chile, procediendo al más rápido reconocimiento de la República Árabe Saharaui Democrática y el consiguiente establecimiento de relaciones diplomáticas entre ambos países.

Enquanto que o do PA 134, em:

Solicitar a S.E el Presidente de la República (...) por razones históricas constitutivas a la Nación chilena, honrar definitivamente la palabra de Chile, procediendo sin más dilación al reconocimiento de la República Árabe Saharaui Democrática (RASD) y al inmediato establecimiento de relaciones diplomáticas entre ambos países.

2006-2010

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 826: Reconocimiento da Rep. Árabe Saharaui</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	3	13	12	2	6	9	7	17
Em contra			1					3
Ausente	1	6	9		1	7	13	13

2010-2014

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 134: Reconocimiento da Rep. Árabe Saharaui</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor			2	9	5	1	2	7	7	2
Abstenção										1
Em contra										4
Ausente	1	6	1	10	13	1	3	4	10	34

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados recolhidos.

Dito isso, observa-se nas duas votações que o posicionamento do UDI não se altera, com dois deputados votando contra a medida nos dois períodos, que são os deputados Sr. Ivan Moreira Barros (UDI) e Sra. Cláudia Fernández Nogueira (UDI), e deputados que modificaram seu posicionamento: Jorge Aguillón Ulloa (UDI) (de favorável na PA826 para contra na PA134). Porém, observa-se que o posicionamento de alguns deputados do UDI pode ser atribuído a justificativa de que a iniciativa é em sua maioria de deputados da coalizão de oposição, mesmo com alguns deputados da *coalición*, como: Bobadilla (UDI), Browne (RN).

D) Boletín 6560-10 e Boletín 6842-10

Neste par, em específico, as votações são complementares. Na primeira, o presidente solicitava à Câmara que aprovasse o Estatuto que cria a Corte Penal Internacional (CPI) e a reconhece como entidade internacional. Já na segunda votação, outorga-se as capacidades institucionais da Corte, como entidade com personalidade jurídica – capacidade de conceber tratados internacionais, com capacidade jurídica e privilégios e imunidades necessárias para a realização de suas funções e propósitos, que incluem julgar pessoas por crimes cometidos contra princípios internacionais ou à comunidade internacional em seu conjunto, como genocídio, lesa humanidade, guerra e agressão, a nível internacional ou não. A Corte então adquiriria competência permanente, impessoal e universal (CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE, Legislatura 357, Sesión 43^a de 2009; Legislatura 358, Sesión 41 de 2010).

No caso do B6560-10, o Estatuto foi adotado em 1998, submetido primeiramente ao Senado e em seguida a esta primeira votação da Câmara. O mesmo Estatuto foi aprovado anteriormente em 2002, mas foi declarado inconstitucional diante da necessidade de uma reforma constitucional prévia, o governo da época então enviou uma revisão ao Senado, que em resposta apenas em 2009 promulga a Lei nº 20.352 autorizando o reconhecimento da jurisdição penal da Corte Internacional, e especificando que sua atuação e reconhecimento de delitos ocorrerão somente após o país ratificar e aprovar o mesmo. O governo a solicitou com caráter de urgência, e a votação desta aprovação foi polarizada, com isso a exposição da discussão geral tratará das principais opiniões divergentes.

O partido UDI não foi de todo disciplinado e 9 de seus deputados votaram em contra ao Estatuto de Roma. Na discussão geral, o líder partidário, representando a posição contrária à ratificação do Estatuto, alegou que seria uma cessão da soberania chilena, bem como a soberania internacional, pois a adoção de cláusulas passíveis de serem politizadas e instrumentos de interesse de alguns Estados iria de encontro com os princípios de igualdade entre os Estados, veja trechos de sua intervenção:

Desde esa perspectiva, el Tratado resulta contrario no sólo a nuestra institucionalidad, sino que también al orden internacional. (...)
La Corte Penal Internacional contiene un conjunto no despreciable de normas que ponen en duda la igualdad soberana de los Estados.
(...) por ahora más de la mitad de la población mundial queda fuera de la jurisdicción de la Corte Penal Internacional, situación que facilita la politización del órgano en cuestión (...) [o que] nos lleva a pensar que no faltarán tentaciones para utilizar el órgano de acuerdo con determinados intereses que se quieran promover. (...)

La Corte no ha dicho nada respecto de los presos en Guantánamo, en circunstancias de que en estos casos hay evidente denegación de justicia de los Estados Unidos hacia dichas personas. Tampoco se ha señalado nada respecto del Tíbet, China no lo permite; mucho menos sobre la situación de los kurdos en Turquía. No debemos olvidar que Chile tiene bases militares.

Diez diputados de la UDI votaremos negativamente el proyecto, porque el tratado atenta contra la igualdad de los Estados y no estamos dispuestos a ceder soberanía a un organismo extranjero. Además, esto constituye una justicia de los grandes sobre los chicos. (Intervenção de Iván Moreira (UDI), Sesión 43ª, de 17 de junho de 2009).

Os outros partidos mantiveram-se favoráveis à aprovação do Estatuto, o PRI independente inclusive acusou a bancada do UDI de atrasar os processos. Os comentários favoráveis alegavam, entre outros aspectos, a evolução do direito internacional e dos direitos humanos. Com este trecho de pronunciamento mais direto aos deputados contrários do UDI, Sra. Isabel Allende disse que:

Todavía hay colegas que no son capaces de comprender que la humanidad avanza, afortunadamente, hacia la defensa del derecho internacional de los derechos humanos, sobre todo del derecho humanitario, en un mundo en el que, por desgracia, los conflictos armados y las guerras no han disminuido, sino que subsisten. (...) es histórico que una vez más en esta Sala podamos levantar nuestra voz para apoyar la existencia de la Corte Penal Internacional y rechazar la impunidad que se dio en ciertas situaciones. (...) (Interferência de Isabel Allende (PS) Sesión 43ª, de 17 de junio de 2009)

Importante comparar o pronunciamento do RN. A Sra. Lily Pérez se pronunciou em nome do partido nos seguintes termos, em 2009:

La incorporación de Chile al Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional es una muy buena noticia. Renovación Nacional, tanto por lo establecido en el programa de nuestro candidato presidencial, Sebastián Piñera, como por el trabajo de nuestros senadores, encabezados por Sergio Romero, y nuestros diputados, va a aprobar este acuerdo internacional. (Interferência de Lily Pérez (RN), Sesión 43ª, de 17 de junho de 2009)

E destacou dois aspectos: a ausência de reatratividade do Estatuto, e a não substituição dos tribunais nacionais, já que a Corte Penal Internacional entra em ação quando o Estado não está em condições de exercer sua função jurídica. Contudo, o *boletín* foi aprovado com 79 votos a favor, 9 votos contra (todos do partido UDI) e uma abstenção. Vide as votações a seguir:

2006-2010

Votación Boletín 6560_10 Aprueba el 'Estatuto de Roma que creó la Corte Penal Internacional', adoptado en dicha ciudad el 17 de julio de 1998.								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	2	16	17	2	5	14	10	13
Abstención	1							
Em contra								9
Ausente	1	3	5		2	2	10	11

2010-2014

Votación Boletín 6842_10 Proyecto de acuerdo aprobatorio del acuerdo sobre privilegio e inmunidades de la Corte Penal Internacional										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	4	3	17	16	2	2	9	7	19
Abstención									1	1
Em contra									4	11
Ausente		2		2	2		3	2	5	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados recolhidos.

Já a votação do Boletín 6842-10, já no governo de Piñera, corresponde a cláusulas anexas (Privilégios e Imunidades da Corte Penal Internacional, aprovado em Nova Iorque em 2002) para o funcionamento da Corte Penal Internacional, contemplando os aspectos fundamentais da mesma: competência sobre as pessoas responsáveis pelos crimes internacionais, reafirmação da personalidade e capacidade jurídica (celebrar tratados e contratos), a legitimidade de atuação nos territórios de cada Estado Parte com imunidades para o cumprimento de suas funções, como bens móveis e imóveis, sem impostos direto, de renda, sobre o capital, ou diretos, sem obrigações aduaneiras ou fiscalização de importações ou exportações para seu uso oficial ou publicações, entre outras especificações.

A discussão geral se pautou no que os deputados consideraram imunidades e privilégios genéricos, afirmando que o pedido de maiores especificações foi feito ao executivo (Javier Macaya (UDI), Sesión 41, de 17 de junio de 2010), confirmando que algumas organizações internacionais como as Nações Unidas já teriam aspectos semelhantes e que isso não implicaria riscos ou maiores gastos ao país, que a Corte não funcionaria de boa maneira. Porém, no decorrer de suas intervenções os deputados acabaram por defender que aquele compromisso era complementar e que o Chile já o havia firmado, ratificado e aprovado, e que o direito internacional e os direitos humanos devem

ser prioridade, citando que episódios trágicos ao Chile e à humanidade não teriam ocorrido se a Corte existisse.

O deputado Sr. Alberto Cardemil (RN) alega que as atribuições cessão a soberania nacional em detrimento de outras instâncias, as atribuições e imunidades seriam então exageradas e estariam se sobressaindo aos estatutos e leis civil, penal, familiar, laboral, etc., do Chile. Sr. Jorge Burgos (PDC) questiona o nível de subjetividade envolvido com os privilégios e imunidades, que seriam atribuídos pelos próprios membros.

O deputado Hugo Gutiérrez (PCCH) relembra dos propósitos da Corte, afirmando que nenhum cidadão chileno hoje se encontra desprotegido porque caso haja negligência da Corte chilena, existe um tribunal internacional que o amparará contra crimes de genocídio, lesa humanidade, agressão internacional, entre outros; por isso o deputado acredita que seja fundamental a aprovação para que tribunal não atue a margem do direito por conta de interferências políticas ou financeiras, dando continuidade à proteção dos direitos humanos, a comunidade internacional e aos chilenos.

A deputada Maria Angélica Cristi (UDI) se pronunciou surpresa, reafirma o exagero e incoerência de cláusulas que pedem imunidades, mas ao mesmo tempo, que se respeitam as leis e regulamentos locais de um Estado, e afirma que a Corte é um poder estrangeiro que se instalará no território nacional, com mais privilégios que qualquer chileno ou qualquer membro de tribunais nacionais. O Sr. José Manuel Edwards pediu a então presidente da *Cámara*, Alejandra Sepúlveda, que o projeto fosse reencaminhado para a Comissão de Relações Internacionais.

Sobre os questionamentos sobre o exagero dos privilégios, a Sra. Denise Pascal afirmou que existe nas cláusulas subentendido os espaços e em quais situações atuaria e necessitaria dos privilégios, lembrou que a grande maioria dos países já as assinou e que outros órgãos também apresentam benefícios parecidos. Quem se pronunciou em nome do RN foi a Sra. Karla Rubilar, afirmando que o Chile já aderiu a Corte e que esta seria uma discussão repetida.

Sendo assim, nas discussões não houve menção a uma convergência nem mesmo interna aos partidos. Consequentemente, o resultado foi a aprovação polarizada do boletim: com 80 votos a favor, 15 votos contra e 2 abstenções. Os votos contrários são dos partidos da *Coalición*, chamando atenção para o posicionamento dos deputados do UDI, que mantiveram o voto contrário em ambas as votações, mesmo pertencendo ao governo; e o

posicionamento do RN foi de deputados que não exerceram mandatos no período de 2006-2010.

E) Proyecto de Acuerdo 792 e Proyecto de Acuerdo 1005

Diante do governo de Hugo Chávez os deputados do Chile submeterem duas medidas de alerta para com o governo chileno e a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre as violações aos direitos humanos na Venezuela. As medidas diziam respeito principalmente a liberdade de expressão e repressão a opositores, meios de comunicações e defensores dos direitos humanos. As mesmas denúncias foram feitas pelo parlamento Europeu em maio de 2009. Observe que a votação foi uma das votações polarizadas, mesmos os deputados pertencendo aos partidos da coalizão de governo. Na breve discussão geral sobre o Projeto, o Sr. René Alinco (PPD) questiona a atitude da *Cámara* de preocupação com os direitos de liberdade de expressão na Venezuela, se no Chile as mesmas não são totalmente universais.

2006-2010

<i>Proyecto de Acuerdo 792: Preocupación por el grave deterioro de la democracia y los derechos humanos en Venezuela</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	9	6	1	1		8	15
Abstenção			1					
Em contra			1	2	2	3		
Ausente	3	10	14	2 4		13	12	18

2010-2014

<i>Proyecto de Acuerdo 1005: Solicita a S.E. el Presidente de la República que requiera de la OEA medidas conducentes a asegurar el ejercicio de los derechos y garantías fundamentales en Venezuela.</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor		2		3					12	26
Abstenção					1					
Em contra	1		3	2	2		2			
Ausente		4		14	15	2	3	11	5	15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Já no governo de Sebastián Piñera, a iniciativa de deputados independentes também dizia respeito à Venezuela e a suas violações aos direitos humanos de liberdade de imprensa. O objetivo em especial era que a OEA se opusesse as violações e relembresse a

Venezuela seus compromissos, que se necessário, poderia contar com o envio de observadores de tal instituição para que os direitos fossem garantidos. Não houve debate, mas a votação também foi polarizada, com os partidos do governo votando a favor e os da oposição votando em contra. Observe na votação acima que os votos foram concentrados no bloco de oposição.

F) Proyecto de Acuerdo 136 e Proyecto de Acuerdo 680

Estes dois projetos de acordo são ações diplomáticas da Câmara dos Deputados chilena e que dizem respeito também à Venezuela. No primeiro caso, à participação da Venezuela no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e no segundo caso, à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

O *Proyecto de Acuerdo 136* foi uma iniciativa de deputados do RN e uma deputada independente. A Venezuela representaria os membros da América Latina no CSONU, porém, a iniciativa visava que a então presidente Michelle Bachelet se opusesse a tal, mostrando desaprovação na escolha, principalmente pelo conflito político da Venezuela com outros países da região e ao desrespeito ao princípio de soberania de um vizinho, a Colômbia. Por isso a matéria objetiva retirar o apoio consensual da região a candidatura venezuelana.

A questão que os deputados alegaram no discurso geral teve caráter institucional e político. O Sr. Francisco Encina (PS) apontou que uma decisão desse aspecto deveria ser feita pelo executivo, a depender da opinião do Ministério de Relações Exteriores, e acrescentou que o Chile não poderia fazer oposição sozinho, tendo que averiguar quais outros Estados estariam também contra a candidatura da Venezuela. O deputado Jorge Insunza (PPD) afirmou que o projeto estava errado, de irresponsabilidade e que as decisões prejudicariam as decisões de política externa que o Chile tomasse quanto ao assunto.

Observe que a votação é polarizada e que o partido de governo votou contrariamente a medida, enquanto que a oposição formada por RN e UDI votaram a favor. Mas mesmo assim a medida foi aprovada e enviada para a presidente.

2006-2010

Votación Proyecto de Acuerdo 136: *Respaldar la posición sustentada por la Cancillería y recomendar al Gobierno, rechazar la candidatura del gobierno de Venezuela y procurar obtener el máximo consenso regional para la elección de los representantes de América Latina ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas*

	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	2	10	3	1	1		9	24
Em contra		2	5	1	3	5		
Ausente	2	7	14		3	11	11	9

2010-2014

Votación Proyecto de Acuerdo 680: *Solicitar al presidente que manifieste el rechazo del Estado de Chile a la incorporación de Venezuela como país miembro del Mercado Común del Sur.*

	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor		1							2	17
Abstenção									1	
Em contra	1	1	3	9	3	1	1	7		
Ausente		4		10	15	1	4	4	14	24

A votação do PA680 foi também polarizada, mas foi rejeitada. Com iniciativa de deputados do UDI, os favoráveis a medida argumentaram que a Venezuela não estaria cumprindo com o requisito de ser uma democracia, e estas atitudes antidemocráticas. O Sr. Alberto Robles (PRSD), mostrando-se contrário a medida, citou que caso esta oposição seja aprovada, o Chile estaria também se opondo à participação da população venezuelana, e que isso seria antepor uma visão pessoal a visão política.

Já o deputado Juan Carlos Latorre (PDC) afirmou que é um erro confundir a orientação que pode ter um governo, num determinado período da história, com o que significam o povo e o Estado da Venezuela. Prosseguiu afirmando que o isolamento da mesma não seria benéfico, e que novamente a Câmara não teria prerrogativa de se pronunciar a respeito. O resultado foi polarizado, com governo e oposição votando contrariamente, mas baixa *asistencia*³⁴.

³⁴ Presença e participação nas votações nominais na *Cámara*.

G) Proyecto de Acuerdo 477 e Proyecto de Acuerdo 1004

Estes dois projetos envolvem direitos humanos, temática que teve o número de votações reduzidas do mandato de Bachelet para o Piñera, como pôde ser visto nos gráficos anteriores. Mas o interessante neste par – além da discussão geral – é a mudança nos posicionamentos dos deputados com a troca de coalizões.

O PA477 trata de uma dívida histórica do Chile, adquirida na época da ditadura de Pinochet, de tortura, mortes e opressão à oposição política. E esta iniciativa, de deputados do PS, PDC, PRSD e um independente, seria um lembrete ao executivo solicitando a assinatura dos tratados de Direitos Humanos que estejam pendentes. Infelizmente não houve discussão do projeto divulgada, apenas o resultado, que como pode ser visto a seguir, foi unânime.

No caso do PA1004, a iniciativa foi feita por deputados de UDI e RN, e observa-se os votos contra da coalizão de oposição. A medida solicita que o presidente relembre os compromissos chilenos assinados na ‘Convenção Americana dos Direitos Humanos’ para com os Direitos Humanos, promoção, defesa e princípios democráticos de liberdade de expressão, informação, opinião e manifestação. Em especial a Câmara apontou o caso venezuelano de desrespeito e que o Chile se esforce para a libertação do jornalista preso Leopoldo López.

2006-2010

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 477: Solicitar a Sra. Presidente la ratificación de tratados de derechos humanos.</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor		16	14	2	6	12		
Ausente	4	3	8	1	1	4	20	33

2010-2014

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 1004: apoyo a declaraciones del sr. Presidente sobre derechos humanos</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor		2		4					14	29
Abstenção				1	1					
Em contra	1		3	2	6		1	6		
Ausente		4		12	11	2	4	5	3	12

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados

Contudo, os deputados que mudaram seus votos entre essas duas votações foram: Sr. Sérgio Aguiló (IC), Guillermo Ceroni (PPD), Carlos Montes (PS), Gabriel Ascencio (PDC), Marcelo Díaz (PS), Manuel Monsalve (PS), Alberto Robles (PRSD), Patricio Hales (PPD). E uma explicação para tal mudanças de comportamento poder ser a indisposição a cooperar com iniciativas da oposição, porém, com a ausência da discussão não pode-se chegar a uma suposição mais provável

H) Proyecto de Acuerdo 686 e Proyecto de Acuerdo 398

Os dois projetos de acordo a seguir tratam do reconhecimento do Estado Palestino pelo Chile de maneira complementar. A entrada do Projeto de Acordo 686 expõe princípios basilares da política externa chilena, a começar pelo compromisso de relações diplomáticas e cooperação com diversos Estados e com a paz e o multilateralismo, e citou-se ainda o reconhecimento de uma colônia palestina em território chileno, somando mais de 400 mil imigrantes, refugiados e descendentes.

Assim, o projeto argumenta o reconhecimento do território, da soberania e do governo palestino, sua atuação internacional, os reconhecimentos de organizações e outros Estados, e solicita o reconhecimento formal e a elevação da missão diplomática para o de Embaixada, com caráter diplomático efetivo e reciprocidade das nações. Com isso, o Chile cita ainda um objetivo mais amplo: o de ajudar com a pacificação do Oriente Médio e o respeito aos Direitos Humanos universais. Observe a seguir que a votação foi unânime, e foi válida após uma tentativa, já que o pleito estava *sin quórum*, mas tanto governo quanto oposição votaram favoravelmente.

2006-2010

<i>Votación Proyecto de Acuerdo 686: Reconocimiento del Estado Palestino y elevación de misión diplomática de Palestina en Chile al rango de embajada</i>								
	IND	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	8	9	2	2	5	8	5
Abstenção							1	
Ausente	3	11	13	5	5	11	11	28

2010-2014

<i>Votación Proyecto e Acuerdo 398: Apoyo de Chile al reconocimiento del Estado de Palestina en la Asamblea General de Naciones Unidas, con fronteras de 1967</i>										
	IC	IND	PCCH	PDC	PPD	PRI	PRSD	PS	RN	UDI
A favor	1	3	3	11	10	2	10	6	15	15
Abstenção	1	1	1		1		5			5
Em contra		3	1		3					3
Ausente	2	4	7	4	1		10	18		18

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados

O projeto de Acordo 398 envolve novamente o reconhecimento do território da Palestina e sua soberania no âmbito internacional, dizendo respeito a sua incorporação nas Nações Unidas. Para isso, expõe também as resoluções do Direito Internacional que suportam seu reconhecimento, como o direito de autodeterminação dos povos, a Convenção de Genebra sobre colonização e a Declaração dos Direitos Humanos.

Além disso expôs o esforço internacional para o reconhecimento da Palestina, inclusive de Israel. Este conflito de Israel e Palestina é citado como um exemplo de desrespeito aos direitos humanos e também ao direito internacional, e por isso os deputados das duas coalizões partidárias alegam que, não se podendo ignorar a situação de desrespeito aos pilares da comunidade internacional, deve-se pressionar Israel a respeitar o território palestino em suas fronteiras de 1967. O documento ainda citou a visita de Sebastián Piñera a ambos os países, reafirmando o compromisso de diálogo.

Na discussão geral, o deputado Patricio Vallespín (PDC) foi enfático:

debe adoptar una ahora debe adoptar una consecuencia lógica, que es apoyar la solicitud del gobierno de la Autoridad Nacional Palestina para ingresar a la Asamblea de las Naciones Unidas como un Estado con carácter de miembro pleno más. Ello permitirá que Palestina, como Estado reconocido por la comunidad internacional, pueda iniciar un real proceso de negociación entre iguales, y no como ha ocurrido hasta ahora, entre un Estado ocupante y un pueblo invadido por la fuerza, como es Palestina, lo que no ha permitido, en parte por la falta de convicción de las grandes potencias del Consejo de Seguridad de la ONU, hacer valer y cumplir históricas resoluciones de Naciones Unidas, que han estipulado tanto la creación del Estado de Israel, ya existente desde 1948, como la del Estado de Palestina, aún injustamente no hecha realidad (Intervenção de Vallespín (PDC), Sesión 78ª, 6 de setembro de 2011).

Em favor da abstenção do projeto, o Sr. Silber (PDC) destacou que o projeto necessita de correções, já que uma fronteira estabelecida por outros países traz riscos de conflitos, e

que deve-se por como condição para o reconhecimento a existência de um Estado democrático e que respeite os Direitos Humanos. E finaliza:

Por lo tanto, a nuestro juicio, lo que debe hacer siempre nuestro país, -así se hizo en la respectiva visita de Estado que efectuó el Presidente Piñera- es señalar que la fijación de las fronteras debe darse en el marco de negociaciones bilaterales entre ambas naciones, porque hacerlo de manera unilateral genera un ambiente que no se condice con la decisión de paz y el respeto al derecho a soberanía que tienen esos países realidad (Intervenção de Silber (PDC), Sesión 78ª, 6 de setembro de 2011) .

Já contrário ao projeto, o deputado Giovanni Calderón (UDI) afirma que a medida determina a posição de poder do Estado. E que ao delimitar o poder e sua fronteira, interpretações equivocadas podem suceder-se na *Cámara* com relação à posição do Chile para com a Palestina, e pede que haja uma negociação entre ambas Israel e Palestina para que seja de comum acordo e evite o recrudescimento do conflito, defendendo assim o voto 'não' ao projeto. Como observado anteriormente, a votação é polarizada, mas acaba mesmo assim é aprovada. Os deputados que votaram contrários a medida estavam, em sua maioria, em seu primeiro mandato, não havendo, assim, mudanças de posicionamento para com o tema.

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES

O modelo político de Estado chileno corresponde à uma estrutura que constrange sua tomada de decisão, pois seu sistema eleitoral, sistema de coalizões, superpresidencialismo e *vetoplayers* correspondem ao cenário e a alguns atores que participarão da tomada de decisão em política externa no Chile. Vimos que seu mecanismo molda as candidaturas e faz com que ocorram duas alianças partidárias disciplinadas, colaborando para comportamentos cooperativos entre os poderes.

Diante de uma estrutura como esta, então: como é o comportamento legislativo em temas de política externa?

Como citado no Capítulo 1, no Chile não ocorre uma relação de abdicação em favor do executivo em temas de política externa, mesmo com uma maioria em ambas as casas. A Câmara apresentar-se como um ator que é capaz de vetar as decisões do presidente, o que constrange os poderes ao diálogo e cooperação. Vê-se assim a influência da *Cámara* também como um ator, o que justificou compreender os determinantes de seu comportamento através do estudo das votações nominais em temas de política externa.

O pano de fundo da troca de coalizões no governo trouxe à pesquisa a problemática de: qual seria o reflexo disso na tomada de decisão? a política externa esteve sob influência de novos atores, quais são os reflexos disso nos resultados?

Ao testar a variável ideologia, os pontos ideais mostraram que não houve troca de posicionamento dos deputados/partidos no período de mudança no governo. É preciso evidenciar que o resultado dos testes apontou relação da ideologia em 80% das votações nominais, confirmando que não ocorre um *bipartisanship* ou abdicação das atribuições do legislativo, e que a troca de governos deixou a política externa sob atores com novas ideologias.

A variável que demonstrava o apoio ao presidente também apresentou significância e relação com o comportamento. A regressão logística demonstrou que, de um apoio maior da esquerda para o governo de esquerda, com a mudança de governo, o apoio maior se tornou da direita para o governo de direita, e em ambos os casos os deputados pertencentes ao governo são mais propensos a votarem a favor das iniciativas presidenciais do que a oposição, com grandes chances de votar contrariamente proporcionalmente maior ao posicionamento ideológico contrário.

A partir disso, foi adicionado o estudo das votações semelhantes para verificar se essa relação de governo-oposição foi significativa. De modo geral, os deputados não manifestaram posicionamentos partidários, mesmo com pontuais mudanças de posicionamento em matérias semelhantes nas duas legislaturas, demonstrando que os casos são mais específicos e particulares, dificultando uma generalização, mas que indicaram uma manutenção da ideologia nas justificativas e intervenções do plenário.

Para complementar a análise das VIs, a etapa de atenção à literatura da política externa do Chile revelou o impacto da troca de coalizões através de linhas de continuidade e ruptura. Houve linhas de continuidade na política externa chilena, pelo menos até o ano de 2012, mais perceptíveis. O fator ideologia esteve presente em casos complicadores na política externa, como nos casos em que Piñera destacou os aspectos de distanciamento político da Bolívia e a Venezuela. E numa rápida observação na tabela 3, observam-se algumas votações tratam do tema com problemas entre a Venezuela e o Chile, justamente no período analisado.

Já a ruptura foi mais evidente com as ações de integração regional, que foi priorizado em seu aspecto comercial por Piñera e secundarizando o aspecto político dos governos anteriores. Exemplo disso foram as mudanças no tipo de relações comerciais, os tratados bilaterais de livre comércio foram mais numerosos no governo Bachelet, já Piñera optou por negociações comerciais em blocos. Outro aspecto foi a maior atenção à Ásia-Pacífico, mesmo com a manutenção de relações estreitas com Brasil e Argentina, a atenção dada às relações bilaterais com outros Estados foi mais evidente no governo de Piñera³⁵.

Portanto, as variáveis ideologias e pertencimento ou não ao governo se relacionaram com o comportamento legislativo do período, conseqüentemente, confirma-se a hipótese de comportamento ideológico e a decorrência de mudanças no direcionamento e objetivos da política externa chilena. E a hipótese não foi contraditória aos estudos mais aprofundado de algumas votações semelhantes ou da política externa do período. Observou-se que houve casos de continuidade dos votos de deputados e partidos em temas semelhantes, provavelmente justificados pela ideologia partidária; e nem foi contrária ao constatado pela datação da política externa, que demonstrou novas ênfases e direcionamentos, priorizando o comércio e as relações com o Pacífico, mesmo que os princípios e objetivos da Política externa chilena tenham sido respeitados.

³⁵ Relações com: México, Colômbia, Peru, Espanha, Japão, Indonésia e Nova Zelândia (CCRI, 2014 p.33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio L.; MORATORI, Mainá. Operações de Paz e Políticas Públicas: o caso do Haiti. In: 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2011, Cascavel, PR. **Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**, de 9 a 12 de outubro de 2011.

AMARAL, Gabriela; MATTOS, Thais. A parceria Trans-Pacífico como uma estratégia de contenção da China. **Revista Aurora**, UNESP-Marília, Vol. 7, n. 1, 2013 (p. 111-134)

AMORIM NETO, Octavio. O papel do Congresso nas questões de defesa: entre a abdicação e o comprometimento. In: JOBIM, N.; ETCHEGOYN, S.; ALSINA, J. P. [Orgs] **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras** – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ANINAT, C.; LANDREGAN, J.; NAVIA, P.; VIAL, J. Political Institutions, Policymaking Processes and Policy outcomes in Chile. In: ANINAT, C., et al. **Research Network Working Paper R-521**. Inter-American Development Bank, 2006

BARBETTA, Pedro A. Correlação e Regressão. In: BARBETTA, Pedro A. **Estatística Aplicada às ciências sociais**. Editora da UFSC, 6ª edição, Florianópolis, 2006

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case Study Methods in the International Relations Subfield. **Comparative Political Studies**, Vol. 40 n2, 2007. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/40/2/170>

BERNAL-MEZA, Raúl. Las relaciones China-Mercosur y Chile. **Revista CICLOS en la história, la economía u la sociedad**, Vol.21 no.42, Buenos Aires, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-37352013000200004&script=sci_arttext

BERNAL-MEZA, Raúl. Política exterior de Argentina, Chile y Brasil: perspectiva comparada. In: Saraiva, José Flávio Sombra. **Foreign Policy and political regimes**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003

BJERELD, Ulf; DEMKER, Marie. Foreign Policy as Battlefield: a study of National Interest and Party Motives. In: **Scandinavian Political Studies**, Vol. 23 nº1, 2000

BREUNING, Marijke. **Foreign policy analysis: a comparative introduction**. New York: Palgrave Macmillan, 2007 (cap 1 e 5)

BUSTAMANTE, Gilberto; RIVERA, Jorge. La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridad regional. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, Vol. 6. No. 11, (2011b)

BUSTAMANTE, Gilberto; RIVERA, Jorge. Los actores de la Política Exterior: el caso del Congreso Nacional de Chile. **POLIS**, Revista de la Universidad Bolivariana, Vol. 10, nº 28, (2011a)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 356ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 19ª, miércoles 16 de abril de 2008 (p.32-36)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 357ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 56ª, miércoles 28 de julio de 2009 (p. 44-5)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 357ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 117ª, miércoles 12 de enero de 2010 (p. 39-40)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 357ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 43ª, miércoles 17 de junio de 2009 (p.38-53)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 358ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 70ª, martes 2 de septiembre de 2010 (p. 39-40)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 358ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 41ª, miércoles 17 de junio de 2010 (p. 17-41)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 359ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 5ª, martes 22 de marzo de 2011 (p. 18-25)

CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE. 360ª Legislatura: Redacción de sesiones. Sesión 13ª, miércoles 11 de abril de 2012. (p.40-57)

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Boletín Estadístico Año 2013. Valparaíso: 7 de Enero de 2014. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_13.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Boletín Estadístico, Año 2012. Valparaíso: Enero de 2013. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_12.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Glosario. Disponible em: <http://camara.cl/glosario.aspx#m>

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, 1 de Enero al 31 de Diciembre de 2007: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2007. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_07.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, 1 de Enero al 31 de Diciembre de 2008: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2008. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_08.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, 1 de Enero al 31 de Diciembre de 2009: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2009. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_09.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, 1 de Enero al 31 de Diciembre de 2010: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2010. Disponible em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_10.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, 1 de Enero al 31 de Diciembre de 2011: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2011. Disponível em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_11.pdf

CÁMARA DE DIPUTADOS de CHILE. Resumen Estadístico, Año 2006: Trabajo Parlamentario, Camara de Diputados, 2006. Disponível em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/estadisticas/resumen_06.pdf

CAREY, John. M. Las virtudes del Sistema binomial. **Revista de Ciência Política (Santiago)**, v.26 n.1 Santiago 2006.

CARLSNAES, W. Actors, structures, and foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia [Orgs.]. **Foreign Policy: theories, actors, cases**. New York: Oxford University Press Inc., 2008 (Chapter 6)

CARROLL, Royce; POOLE, Keith. Roll Call Analysis and the Study of Legislatures. In: MARTIN, Shane; SAAFELD, Thomas; STRØM, Kaare [Edited by]. **The Oxford Handbook of Legislative Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014

CENTRO DE ESTUDIOS MIGUEL ENRIQUEZ (CEME). Bachelet ya es la primera Presidenta de Chile. **CEME** - Archivo Chile. Disponível em: http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2005/2vuelta/elecciones2vuel_0004.pdf

CLINTON, Joshua; JACKMAN, Simon; RIVERS, Douglas. The Statistical Analysis of Roll Call Data. **American Political Science Review** Vol. 98, No. 2 May 2004

CONSEJO CHILENO PARA LAS RELACIONES INTERNACIONAIS (CCRI). Memorial del Consejo Chileno para las Relaciones Internacionales, 2014. Disponível em: [http://www.consejochileno.cl/Images/publicaciones/MEMORIA%20CCRI%202014%20\(completa\).pdf](http://www.consejochileno.cl/Images/publicaciones/MEMORIA%20CCRI%202014%20(completa).pdf)

CONSEJO CHILENO PARA LAS RELACIONES INTERNACIONAIS (CCRI). Memorial del Consejo Chileno para las Relaciones Internacionales, 2010. Disponível em: http://www.consejochileno.cl/Images/publicaciones/MEMORIA_CCRI%202010.pdf

CONTRERAS, Rodrigo. El acuerdo de asociación transpacífico en la política comercial chilena. **Revista Puentes**, Vol. 14 n°3, 2013.

FELIÚ, Pedro. **Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina**. 179f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FELIÚ, Pedro. **Votações nominais, espectro ideológico político-partidário e Política Externa: o caso chileno (1994-2006)**. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, junho de 2008

FERNÁNDEZ-RAMIL, Ma. de los Angeles. Análisis exploratorio de la Presidencia de Michelle Bachelet (caso de Chile). In: Análise apresentada en el **Panel “Género en el**

poder: Chile, Argentina, Alemania y España” del Seminario Género en el Poder: el Chile de Michelle Bachelet. Organizado por el Observatorio de Género y Equidad, 28 y 29 de mayo de 2009. Disponible em: <http://www.observatoriogeneroyliderazgo.cl/seminario/wp-content/uploads/2009/04/mafa.pdf>

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999 (Cap. 1)

FREITAS, José A. Pacheco. José Mujica, Sebastián Piñera y Juan Manuel Santos: entre la continuidad y el cambio políticos en Sudamérica. **Revista Agenda Internacional** Ano XVII, n°28, 2010 – pp249-277

FUENTES, Cristián. Balance crítico de la política exterior de Chile 1990-2009. In: QUIROGA, Y.; ENSIGNIA, J. [Editores]. **Chile en la Concertación (1990-2010): una mirada crítica, balance y perspectivas**. Santiago: Fundación Friedrich-Ebert-Stiftung Chile, 2009

FUNK, Roberto. Chile: Segundo tiempo. **Revista de Ciência Política**, Vol. 29 n 2, 2009 pp 301-326.

GARCÍA-ORTIZ, Gabriela; VALENZUELA, Patricio O. Trade Policy: tool or end? A comparative analysis of chilean and venezuelan cases. In: **Conference ‘Evolution of Internacional Trading System: prospects and challenges’**, Department of World Economy Faculty of Economics, St. Peterburg State University. Disponible em: [http://worldec.ru/content/conference/october%202013/Issue-2013%20\(this%20year\).pdf#page=56](http://worldec.ru/content/conference/october%202013/Issue-2013%20(this%20year).pdf#page=56)

GODBOUT, Jean-François and HOYLAND, Bjørn. Legislative Voting in the Canadian Parliament. In: Paper Presented at **the Canadian Political Association Meeting**, Vancouver, BC, 2008.

GODBOUT, Jean-François and HOYLAND, Bjørn. Parties and Voting in Parliament, In: Paper presented at the **Center for Study of Democratic Politics workshop**, Princeton University, December, 2013.

GODBOUT, Jean-François. Parliamentary Politics and Legislative Behaviour. In: Paper Presented at the **Canadian Political Association Meeting**, Montréal, 2010.

HERZ, Monica; HOFFMAN, Andrea. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (Cap. 1)

HILL, Christopher. **Foreign Policy in International Relations**. In: The changing politics of foreign policy. New York: Palgrave Macmillan, 2003

HIX, Simon; NOURY, Abdul and ROLAND, Gérard. Dimensions of Politics in the European Parliament. **American Journal of Political Science**, Vol. 50, No. 2, 2006 pp. 494-511.

HIX, Simon; NOURY, Abdul. Government-Opposition or Left-Right? The Institutional Determinantes of Voting in Legislatures. **Working paper**, 2011.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: actor-specific theory and the ground of Internacional Relations. **Foreign Policy Analysis** n°1, 2005.

HUDSON, Valerie. The History and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia [Orgs.]. **Foreign Policy: theories, actors, cases**. New York: Oxford University Press Inc., 2008 (Chapter one)

HUDSON, Valerie; VORE, Christopher. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. **Mershon Internationa Studies Review**, Vol. 39 n 2, 1995

IBÁÑEZ, Graciela. Chile's new foreign policy: leaving Pacific Waters? Portal Forbes, 26 de março de 2014. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/gracielaibanez/2014/03/26/chiles-new-foreign-policy-leaving-pacific-waters/>

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Maritime Dispute (Peru v. Chile): judgment, 27 January 2014. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/137/17930.pdf>

JARPA, Carolina; NEIROT, Andrea. Chile en América del Sur ¿La Integración Regional supera las instancias del discurso oficial? **Estudios Latinoamericanos**, Ano 4, n°8, 2012

KHONG, Yuen Foong. Neoconservatism and the domestic sources of American foreign policy: The role of ideas in Operation Iraqi Freedom. In: SMITH, Steve; Hadfield, Amelia; Dunne, Timothy [Org]. **Foreign Policy: theories, actors, cases**. Oxford University Press, 2008

KING, Gary. Political Parties and Foreign Policy: a structuralist approach. **Political Psychology**, Vol. 7, n°1, 1986

KLEPAK, Hal. Defensa y cooperación en el hemisferio: el confuso cuadro atual. In: Atlas Comparativo de la Defensa em América Latina y Caribe. **RESDAL**, 2010

LANDMAN, Todd. **Issues and methods in comparative politics: an introduction**. London and New York: Routledge, 2008

MATSUMOTO, Carlos Eduardo H. **As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 276f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília – IREL/UnB, Brasília, Distrito Federal, 2011

MCCORMICK, J.; WITTKOPF, E. Bipartisanship, Partisanship and Ideology in Congressional-Executive Foreign Policy Relations, 1947-1988. **The Journal of Politics**, Vol. 52, n° 4, 1990 pp 1077-1100

MELLO E SILVA, Alexandra de. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações Unidas e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 41 n2, 1998

MEYER, Peter. Chile: political and economic conditions and U.S. relations. **Congressional Research Service (CRS Report)**, Janeiro 2014

MINGST, Karen. O indivíduo. **Princípios das Relações Internacionais** [trad.: Arlete Simile Marques] – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. Intereses de la Política Exterior de Chile. Portal do Ministério de Relaciones exteriores de Chile, 2014 Disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20080802/pags/20080802193244.html>

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. Política Exterior. Portal do Ministério de Relaciones exteriores de Chile, 2014. Disponível em: <http://chileabroad.gov.cl/sobre-chile/asi-es-chile/organizacion-politica/politica-exterior/>

MINISTERIO DEL INTERIOR. Decreto Supremo nº 1150, de 1980: Constitución Política de la República de Chile. Disponível em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/constitucion_politica.pdf

MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA. Decreto 100, Santiago, 17 de septiembre de 2005. Fija el texto refundido, coordinado y sistematizado de la Constitución Política de la República de Chile [Versão 3 de mayo de 2014]. Disponível em: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302#-1>

NEVES, João Augusto de Castro. O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA. **Contexto Internacional**, Vol. 25 nº1, 2003.

NÚÑEZ, Rogelio. La Alianza del Pacífico y el nuevo gobierno de Bachelet. Portal INFOLATAM, 7 de febrero de 2014. Disponível em: <http://www.infolatam.com/2014/02/07/la-alianza-del-pacifico-y-el-nuevo-gobierno-de-bachelet/>

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. O conceito de Política Externa. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005 (Cap. 1)

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Contexto internacional**, Vol.29 no 2, 2007

OLIVEIRA, Jorge Amâncio de. Partidos políticos e a política externa: o comportamento legislativo na Câmara de Deputados, 1995-2009. **Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI)**, USP, maio de 2013.

ONUKEI, Janina; RIBEIRO, Pedro Feliú; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Political Parties, Foreign Policy and Ideology: Argentina and Chile in Comparative Perspective. **Brazilian Political Science Review**, Vol. 3 nº2, 2009. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/18/14>

OWENS, John. Explaining party cohesion and discipline in democratic legislature: purposiveness and contexts. **Journal of Legislative Studies**, Vol. 9 nº4, 2003. Disponível

em: <http://www.journalsonline.tandf.co.uk/openurl.asp?genre=article&issn=1357-2334&volume=9&issue=4&spage=12>

POOLE, Keith; DANIELS, Steven. Ideology, Party, and Voting in the U.S. Congress, 1959-1980. **The American Political Science Review**, Vol. 79, No. 2, 1985 (pp. 373-399)

PROYECTO ELITES LATINO AMERICANAS – PELA. Universidad de Salamanca. Base de Datos. Disponible em: <http://americo.usal.es/oir/Elites/>

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Vol. 14, n 36, 2010 pp.147-174

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, Vol. 51, No. 1, 1998.

ROSENTHAL, Howard and VOETEN, Erik. Analysing Roll Calls with Perfect Spatial Voting: France 1946-1958. **American Journal of Political Science**, Vol. 48, No. 3, 2004.

SAIEGH, Sebastian. Recovering a basic Space with Elite surveys: Evidence from Latin America. **Legislative Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 1, 2009 (pp. 117-145)

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de Estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1), 2013. Disponible em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292013000100003&script=sci_arttext.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. Case Selection Techniques in Case Study Research: a Menu of Qualitative and Quantitative options. **Political Research Quarterly**, Vol. 61 n2, 2008

SEGOVIA, Carolina; GAMBOA, Ricardo. Chile: el año en que salimos a la Calle. **Revista de ciencia política**, Vol. 32 n°1, 65-85, 2012

SERVIÇO ELEITORAL DE REPUBLICA DE CHILE (SERVEL CHILE). Votación País Presidencial 2ª V 2009. Disponible em: http://www.servel.cl/SitioHistorico/index2009_p2v.htm

SIAVELIS, Peter M. Chile: las relaciones entre el poder ejecutivo y el poder legislative después de Pinochet. **Revista de Ciência Política** Vol XXIV (N°1), 2004. Disponible em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2004000100003&script=sci_arttext

STEIN, Arthur. Constraints and Determinants: structure, purpose and process in the Analysis of Foreign Policy. In: STARR, H. [edited]. **Approaches, levels, and methods of analysis in international politics: crossing boundaries**. New York: Palgrave Macmillan, 2006

SUBSECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. Inscripción automática y voto voluntario. Série 3: participación ciudadana para una mejor democracia. Disponible em: http://www.gobiernoabierto.cl/sites/default/files/biblioteca/Serie_3.pdf.

TORO, Sergio. Conducta legislativa ante las iniciativas del ejecutivo: unidad de los bloques políticos en Chile. **Revista de Ciência Política**, Vol. 27 nº1, 2007.

TSEBELES, George. Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_06

VALDIVIESO, Patricio. Congreso Nacional y política exterior chilena. Estado actual y algunas propuestas. **Rev. Estudios Internacionales**, 158 (2007), Instituto de Estudios Internacionales – Universidad de Chile.

VALENZUELA, Ricardo Gamboa. Chile y el Liderazgo sudamericano de Brasil: ¿Qué estrategia prefieren sus élites? **Working paper nº18**, 2011. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/arquivos/plataforma_democratica_working_paper_18_2011_espanhol.pdf

VAN EVERA, S. Hypotheses, Laws, and Theories: a user's guide. **Guide to methods for students of political Science**. New York: Cornell University Press, 1997

WALDER, Paul. Caminando Sobre La Misma Huella. **Archivo Chile - Centro de Estudios Miguel Enriquez (CEME)** - Política exterior del gobierno Bachelet, abril de 2006. Disponível em: http://www.archivochile.com/Chile_actual/04_gob/chact_gob0025.pdf

WARE, Alan. **Partidos Políticos y Sistemas de Partidos**. Madrid: Ediciones Istmo, 2004 (Introducción, Primeira Parte)

WESKAMP, Andrés. **Política Exterior y partidos políticos en Chile: El caso de UNASUR**. 145f. Tesis (Magíster en Estudios Internacionales) – Instituto de Estudios Internacionais, Universidad de Chile, 2013

WILHELM, Ricardo. Inscripción automática y voto voluntario ¿Una realidade próxima? Portal Electoral.cl, octubre de 2011. Disponível em: http://www.electoral.cl/upload/docs/Inscr%20Automatica%202011_9.pdf

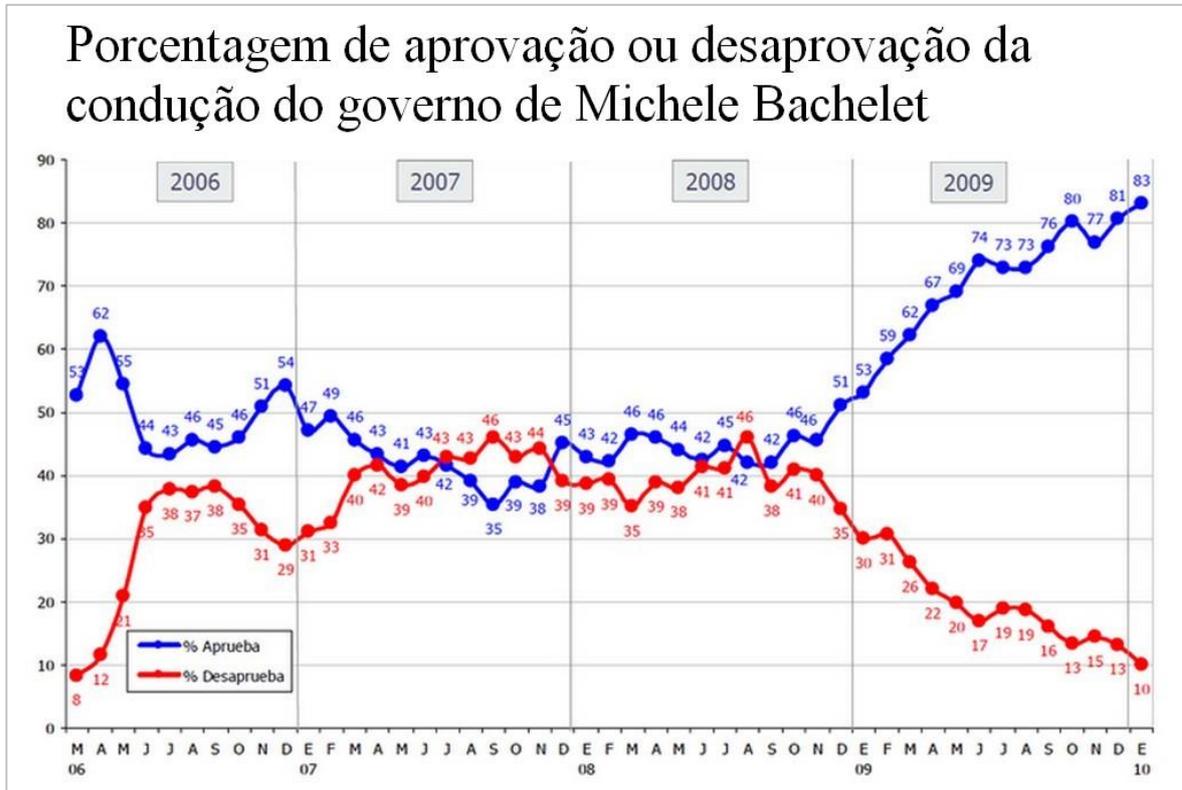
YOPO, Boris. La Política Exterior del Nuevo Gobierno: entre el Discurso y un necesario pragmatismo. In: ENSIGNIA, J.; et. Al. [Editores]. **Política exterior en el Chile post Concertación: quo vadis?** Santiago: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011

YOPO, Boris. Un Nuevo ciclo en la política exterior. In: **Análisis y propuestas**, Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012.

ZUCCO, Cesar. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential settings. **The journal of Politics**, Vol. 71, 2009

ZUCCO, Cesar; LAUDERDALE. Distinguishing between influences on Brazilian legislative behavior. **Legislative Studies Quarterly**, XXXVI, 3, August 2011

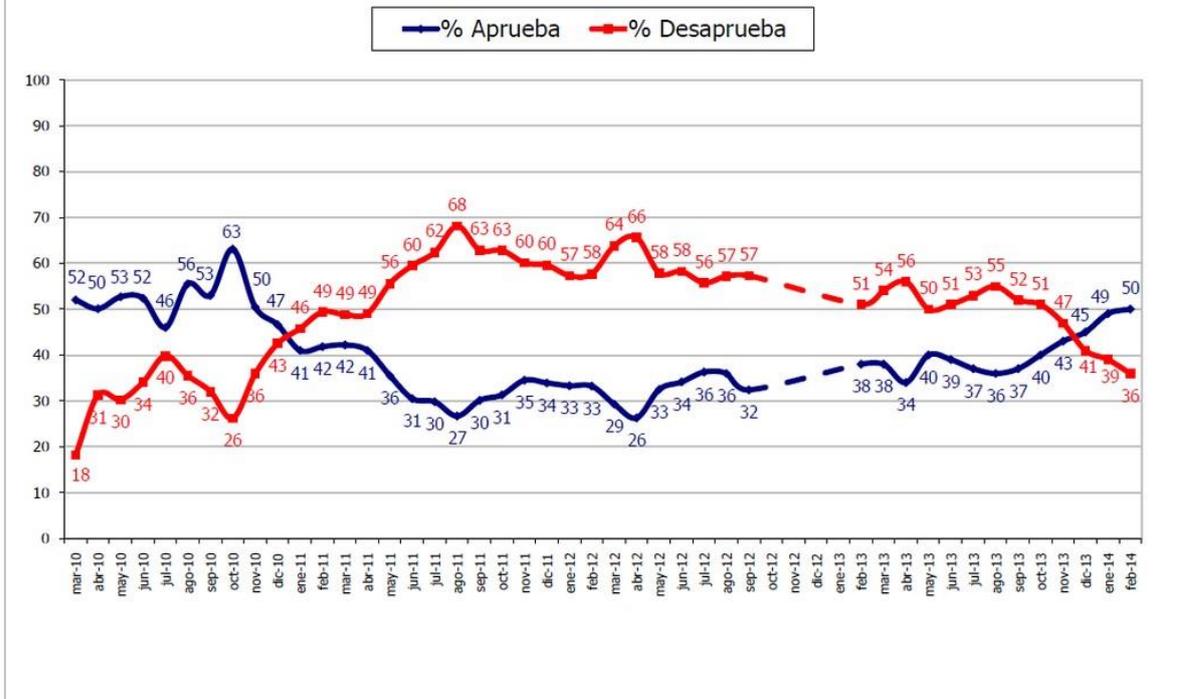
ANEXO 1



FONTE: Adaptado de *Encuesta de Opinión Pública: Evaluación Gestión del Gobierno*, ADIMARK GfK - ENERO 2010. Disponível em: http://www.adimark.cl/es/estudios/documentos/Ev_Gob_Ene2010.pdf

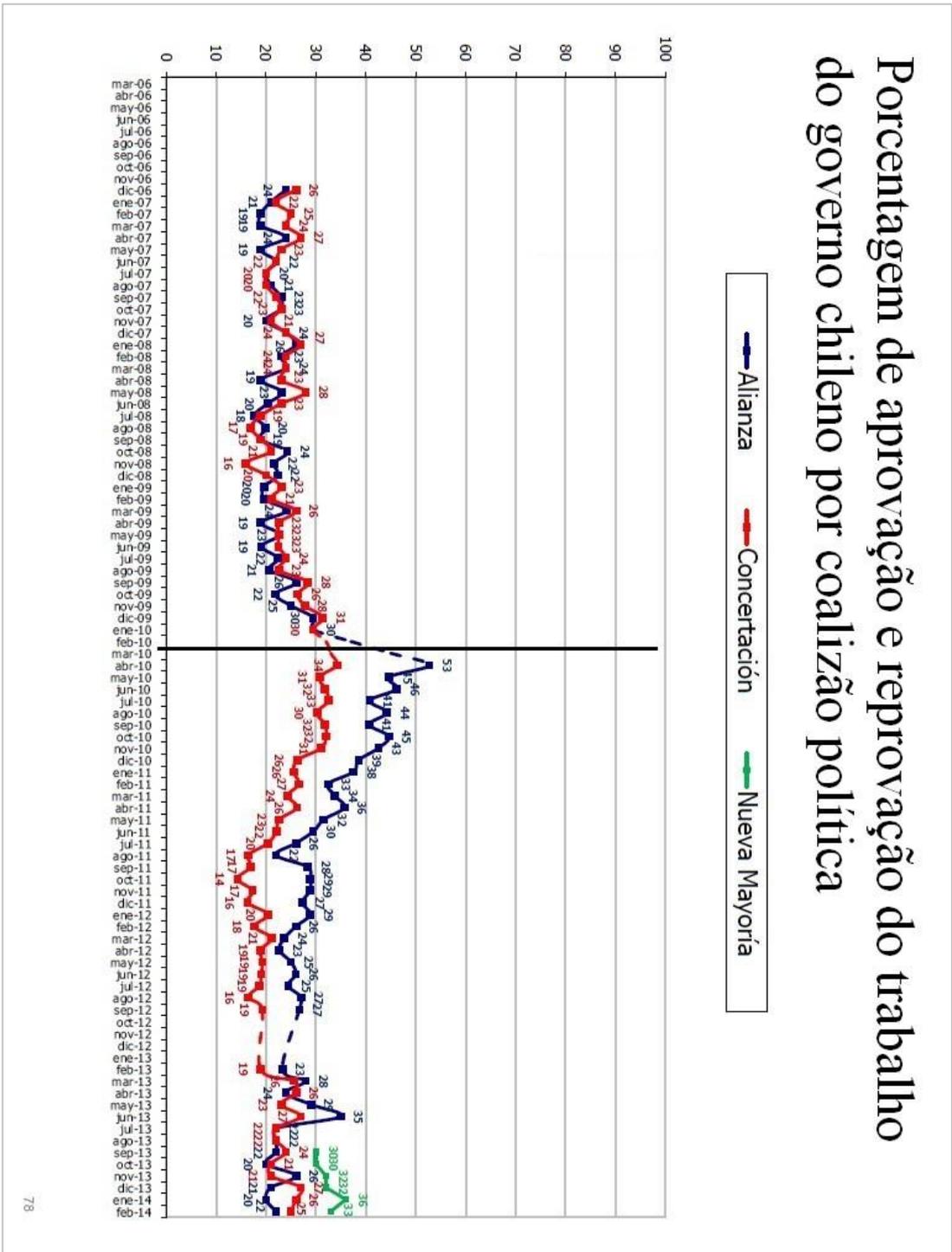
ANEXO 2

Porcentagem de aprovação e desaprovação da condução do governo de Sebastián Piñera



FONTE: Adaptado de Encuesta de Opinión Pública: Evaluación Gestión del Gobierno ADIMARK GFK - FEBRERO 2014. Disponível em: http://www.adimark.cl/es/estudios/documentos/2.eva.gobierno_feb%2014_informe%20completo.pdf

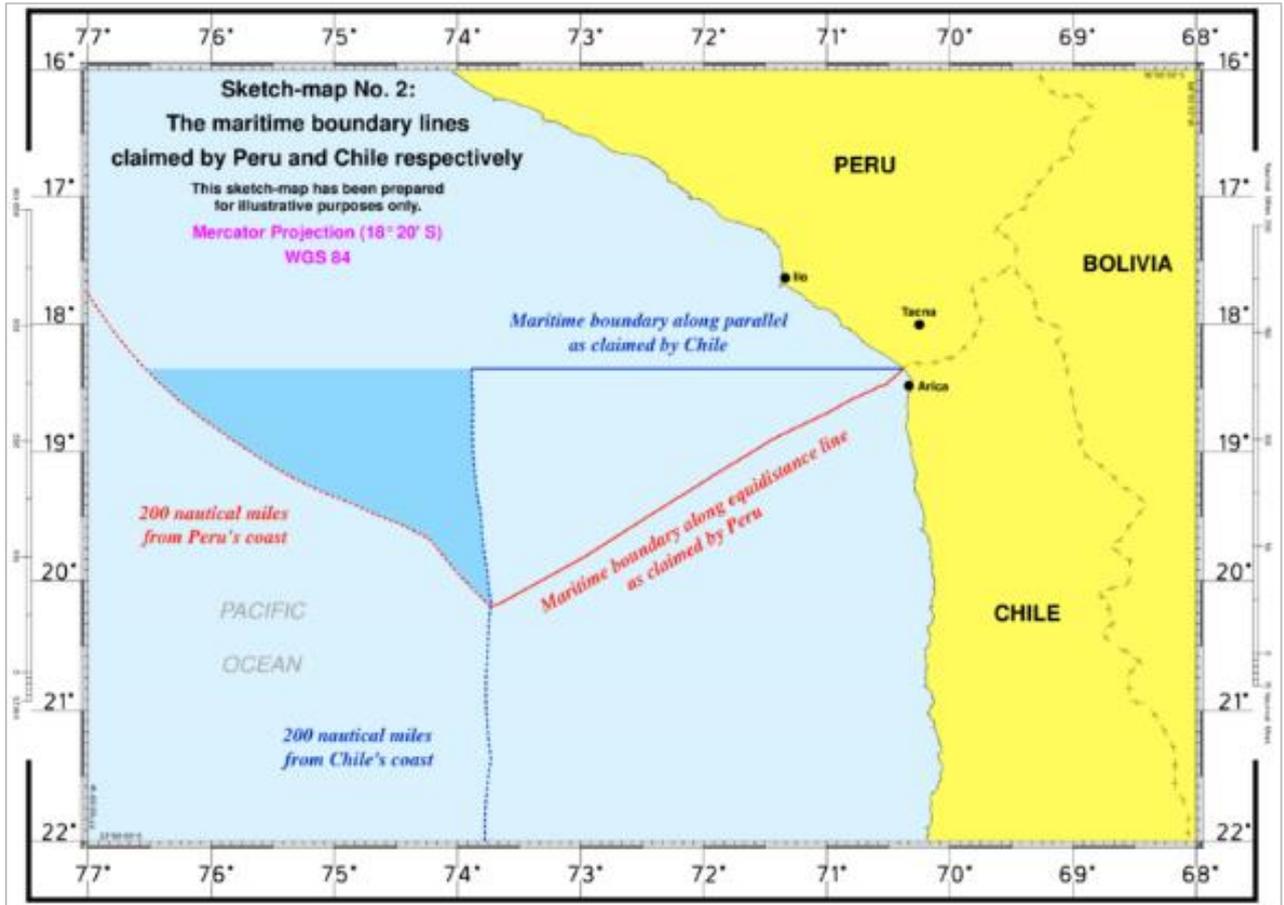
ANEXO 3



FONTE: Adaptado de *Encuesta de Opinión Pública: Evaluación Gestión del Gobierno* ADIMARK GFK - FEBRERO 2014. Disponível em: http://www.adimark.cl/es/estudios/documentos/2.eva.gobierno_feb%2014_informe%20completo.pdf

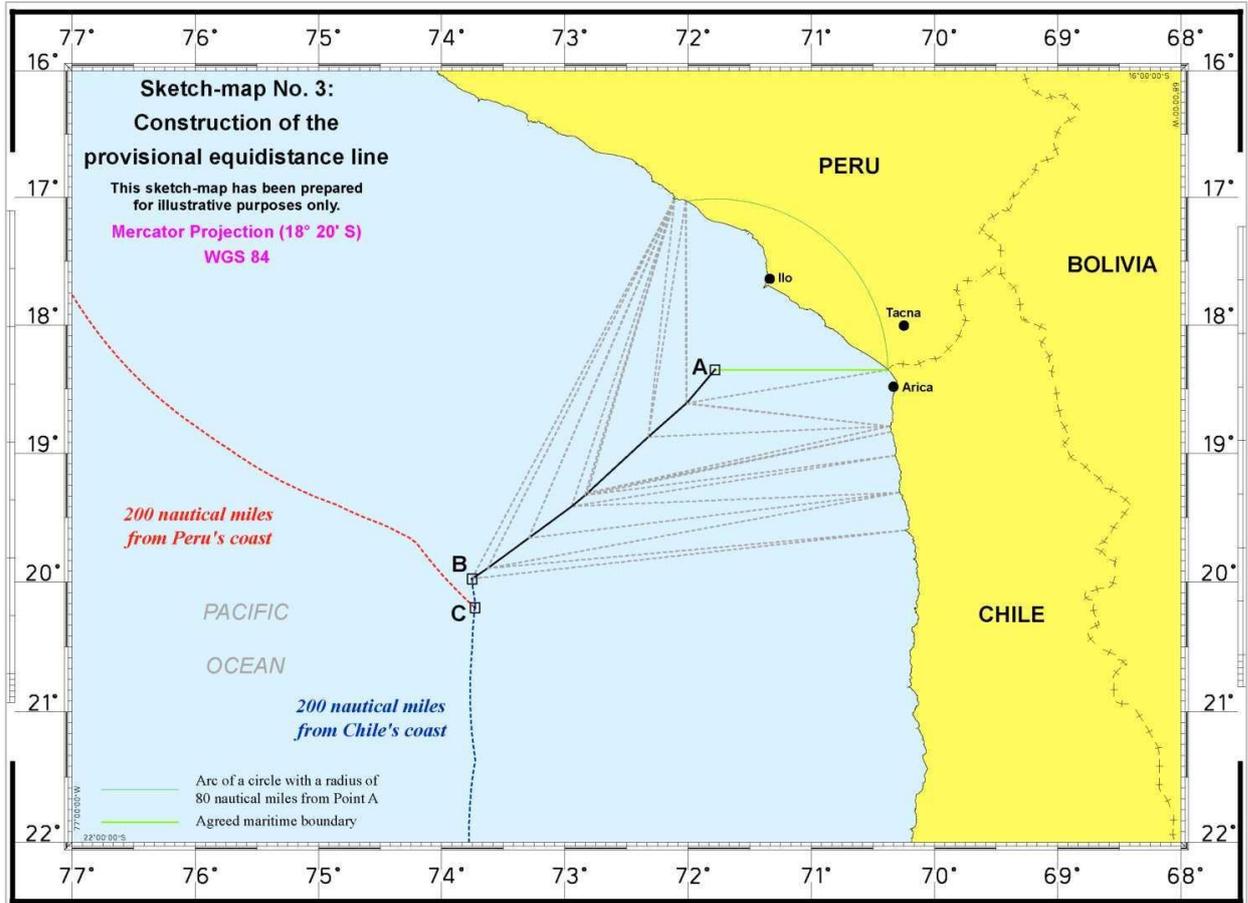
ANEXO 4

Mapa A) Disputa Marítima Chile V. Peru – Pedido de revisão do Peru



FONTE: International Court of Justice, 2014

Mapa B) A resolução da Corte Internacional de Justiça em 2014 por uma linha equidistante.



FONTE: International Court of Justice, 2014

Nova Fronteira: o Trecho A da fronteira marítima começa na intersecção do Paralelo da Latitude passando pelo Marco No. 1 e a linha do mar, e continua por 80 milhas náuticas ao longo do paralelo; o trecho B é uma linha reta equidistante de direção Sudoeste que segue o desenho das costas dos dois países e segue até o ponto B, que é a o ponto base de 200 milhas náuticas da costa chilena; e o pequeno trecho seguinte segue até o ponto C, numa direção mais a Sul, que é a intersecção das fronteiras marítimas antigas com a distância de 200 milhas náuticas da costa do Peru.